

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

**DILMA BARROS BRAGA**

**A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: OS BAIROS IRACI  
E PRAINHA- ITACOATIARA-AM**

**Versão Corrigida**

**São Paulo  
2011**

**DILMA BARROS BRAGA**

**A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: OS BAIROS IRACI E  
PRAINHA - ITACOATIARA-AM**

**Dissertação apresentada à Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da  
Universidade de São Paulo para obtenção  
do título de Mestre em Geografia**

**Área de Concentração: Geografia Humana**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vanderli Custódio**

**São Paulo  
2011**

**Nome: BRAGA, Dilma Barros**

**Título: (re)produção do espaço urbano: os bairros Iraci Prainha-Itacoatiara-AM**

**Aprovado em: \_\_\_\_\_**

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr. \_\_\_\_\_**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**

**Prof. Dr. \_\_\_\_\_**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**

**Profa. Dra. Vanderli Custódio**

**Assinatura: \_\_\_\_\_**

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus filhos Bruno Barros Braga e Renata Barros Braga, por compreenderem a minha ausência de mãe e me apoiarem na conquista dos meus ideais;

Ao meu esposo, David Pereira Braga Filho, com amor e gratidão por sua tolerância e apoio ao longo de todo o Curso e durante a elaboração deste trabalho;

A minha orientadora Vanderli Custódio, por acreditar no meu projeto, possibilitando a construção de um trabalho científico, numa cidade tão carente de informação como Itacoatiara.

Aos moradores dos Bairros Iraci e Prainha que compartilharam informações fundamentais para a elaboração da pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora professora doutora Vanderli Custódio, pela orientação, paciência, incentivo e dedicação, um exemplo, de educadora comprometida com a docência.

Às coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, professoras doutoras Sandra Lencioni e Mônica Arroyo, por acreditarem num projeto audacioso e não deixarem o Curso perder a qualidade.

A professora doutora Rosa Ester Rossini, um ícone da USP, por todo apoio e dedicação ao Curso.

À professora doutora Marilene Corrêa da Silva Freitas, pela sua sensibilidade em consolidar um convênio tão importante para a formação de profissionais para o Estado do Amazonas.

Ao doutor Marcílio Freitas maior incentivador para a consolidação do Convênio entre Universidade de São Paulo e Universidade do Estado do Amazonas.

Aos professores doutores que deixaram suas famílias em São Paulo, para poderem contribuir com seus conhecimentos na formação de novos Mestres e Doutores, no Amazonas.

A Universidade do estado do Amazonas-UEA

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas, pela concessão de bolsa durante o estágio em São Paulo.

À Secretaria Estadual de Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC), pela minha liberação para estudo, sem isso ficaria impossível continuar a pesquisa.

À minha amiga Arliene Auxiliadora do Nascimento Bezerra Vilaça que compartilhou comigo angústias e alegrias em São Paulo, durante os meses do período de estágio e qualificação do curso.

Ao meu amigo José Carlos Miranda Dias, pelo incentivo durante todas as etapas do Curso.

Ao presidente da Câmara de Vereadores de Itacoatiara, Dr. Raimundo Silva que liberou os documentos necessários para a fundamentação da pesquisa.

Ao João Manuel Filgueiras Ferreira, em nome de quem agradeço aos demais servidores da Câmara de Vereadores pela disponibilidade em ajudarem a encontrar as informações solicitadas.

Ao Jorge Silva, grande profissional que desenhou todos os mapas e Plantas da cidade constantes neste trabalho, funcionário da Secretaria de Infraestrutura do município.

Ao Claudemilson Nonato Oliveira, amigo de todas as horas, grande incentivador desta pesquisa.

Ao Dr. Francisco Gomes da Silva, pelo seu grande cabedal de conhecimentos sobre Itacoatiara, o que lhe rendeu inúmeros livros, acervo incondicional para pesquisadores que se interessam pela história da “Velha Serpa”.

Ao senhor Jurandir Pereira da Costa, ex-prefeito de Itacoatiara, pelas informações prestadas.

Ao senhor Ademar Marques, grande conhecedor da história de Itacoatiara.

A Tereza Pereira dos Santos, pelos grandes momentos de alegrias socialização de conhecimentos durante o Curso.

A Ana Elisa Rodrigues Pereira, funcionária do LABOPLAN, pela compreensão e prestimosa colaboração durante a convivência nesse local.

A todos e todas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão deste trabalho.

## EPÍGRAFE

O andar apressado, o olhar distante e frio, um único pensamento: chegar depressa em algum lugar. São os papéis que assumimos ou nos são impostos pela sociedade urbana hoje (Ana Fani.A.Carlos).

## RESUMO

Esta pesquisa de Geografia Urbana, cujo tema é a *(Re) produção do Espaço Urbano: os Bairros Iraci e Prainha - Itacoatiara-AM*, objetivou analisar o processo de urbanização e o crescimento da cidade de Itacoatiara- AM, para compreender o porquê das políticas de infraestrutura urbana não serem direcionadas nas mesmas proporções para os Bairros Iraci e Prainha. Para essa compreensão, tratou-se dos processos das transformações socioeconômicas e políticas pelas quais passaram e passam Itacoatiara. Notadamente, a partir da década de 1950, pelo êxodo rural e pelas transformações que ocorreram na década de 1960, representadas pela mudança da natureza e do significado da rede urbana na Amazônia, devido à redefinição do papel da região na divisão territorial do trabalho no Brasil e sua incorporação ao processo geral de expansão capitalista pela sua função portuária. É no decorrer desse processo que Itacoatiara tem a reprodução do seu espaço urbano que desencadeou a expansão e o aumento populacional da cidade, surgindo vários bairros, com problemas de infraestrutura urbana. Dentre esses, o Bairro Iraci em 1957, nascido de loteamentos realizados pela Prefeitura, para alocar as famílias que vinham para a cidade, por causa das enchentes do Rio Amazonas e pela redução das atividades tradicionais; o mesmo aconteceu posteriormente com o Bairro da Prainha, no final da década de 1960-1970, que surgiu como fruto de “invasão”. Considerou-se “a cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado [...]”. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 2009, p.45). Fundamentando-se na pesquisa de campo, nas observações *in loco*, nas conversas informais, entrevista e nas literaturas consultadas se pode perceber que na correlação de forças econômicas, políticas e sociais, engendradas pelas políticas públicas de infraestrutura urbana, ocorreram profundas desigualdades na implantação de infraestrutura urbana nos Bairros Iraci e Prainha que estão presentes desde a produção de seus espaços, pois a forma como cada um se apresenta atualmente evidencia as marcas do poder do capital no espaço urbano. Deste modo, as desigualdades sociais, em todos os seus aspectos, têm sido responsáveis por uma produção desigual dos Bairros aqui analisados. Espera-se, como resultado prático da pesquisa, que sejam efetivadas as políticas de infraestrutura urbana para o Bairro da Prainha, nas mesmas proporções que são direcionadas para o Bairro Iraci, o que, indubitavelmente, possibilitará aos moradores da Prainha, o direito a moradia digna, saúde, educação, ou seja, o usufruto da cidade.

**Palavras-chave:** Itacoatiara, Amazonas, Bairros Iraci e Prainha, Espaço Urbano

## ABSTRACT

The present research on Urban Geography, which deals with the Production of Urban Spaces: the neighborhoods of Iraci and Prainha – Itacoatiara – AM, aims to analyze the process of urbanization and the growth of the city of Itacoatiara-AM in order to understand why the projects of urban infrastructure were not equally dimensioned for both places, Iraci and Prainha. Therefore, it discusses the processes of social, economical and political transformations of the region. Since the 1950s the rural exodus and the transformations of the 1960s, seen in the changes of nature and the meaning of the urban network in Amazon, changed the importance the region, as it was incorporated to the general process of capitalist expansion, due to its port position. During this period there happened a great populational growth in the city and, as result the development of various neighborhoods with urban problems. Iraci is one of those neighborhoods, which was created to allocate the families that came to work in the city to escape from the floatings of the Amazon River and for the lack of traditional activities. The same happened with Prainha form 1960 to 1970. The city was considered as a human construction, social product, materialized work because How you occupy a certain place reflects certain living necessities (Carlos, 2009, p. 45). With the support of in field research and “in loco” observations as well as other academic researches it is possible to understand the economical, political and social forces based on public policies that created unequal social realities that also produced inequalities in the neighborhoods. It is expected, as a practical result, that the same policies start to be adopted in both places, Prainha and Iraci, what ell improve the life of Prainhas citizens.

Keywords: Itacoatiara, Amazonas, and Prainha Iraci Neighborhoods, Urban Space

## LISTAS

<b>De ilustrações</b>	<b>Pag.</b>
Figura 1: Localização do Município de Itacoatiara no Amazonas/ Brasil- (s/ escala).....	17
Figura 2: Vista aérea de Itacoatiara-AM	20
Figura 3: Croqui da hidrovia que faz o eixo multimodal entre Sapezal (MT), Porto Velho (RN) e Itacoatiara (AM)	21
Figura 4: Avenida Parque cartão postal da cidade	24
Figura 5: Parte da orla da requalificada da cidade	25
Figura 6: Planta atual da cidade de Itacoatiara, com seus 24 bairros	28
Figura 7: Estrada Torquato Tapajós (AM-010), Manaus-Itacoatiara, 1965	33
Figura 8: Jangada com toras de madeira	35
Figura 9: Lago do Maquira - depósito de madeira	35
Figura 10: Navio atracado carregando	35
Figura 11: Navio com madeira para exportação	35
Figura 12: Madeireira Carolina -1987	38
Figura 13: Madeireira Gethal – 1986	40
Figura 14: Planta da cidade com nove bairros, 1980	43
Figura 15: Planta da cidade com treze bairros, 1990	43
Figura 16: Terminal de Grãos – Hermasa	44
Figura 17: Zonas e bairros de Itacoatiara atual – 2010	51
Figura 18: Mapa do Bairro de Iraci	53
Figura 19: Bairro com aspecto rural- 1965	55
Figura 20: Construção do Residencial Iraci-1969	55
Figura 21: Casa original do conjunto Novo Horizonte	58
Figura 22: Casa original do Conjunto Iraci	58
Figura 23: Mansão do conjunto Novo Horizonte	59
Figura 24: Mansão do conjunto Iraci	59
Figura 25: A verticalização inicia no Bairro Iraci	60
Figura 26: Rua Aquilino Barros, área pobre do Bairro Iraci	63
Figura 27: Mapa do Bairro da Prainha	64
Figura 28: Igarapé da Prainha que originou o nome do Bairro- 1960-1970	65
Figura 29: Palafita com acúmulo de lixo	66
Figura 30: Casa típica das primeiras construções do Bairro da Prainha	67
Figuras 31 e 32: Ruas são pontes ou caminhos tortuosos	68
Figuras 33 e 34: Casas em situação de risco	69
Figura 35: Casas em situação de risco II	70
Figura 36: Ambiente natural degradado	70
Figura 37: Ponte antiga	73
Figura 38: Ponte atual	73
Figura 39: Mapa do bairro especificado na Lei 071, de setembro 2006	74
Figura 40: Mapa da Prainha que não acompanha o texto da Lei 071, set. 2006	75
Figura 41: Tipos de ruas do Bairro da Prainha contempladas no Mapa	76
Figura 42: Uma das ruas principais do bairro	76
Figura 43: Tipo de casa: Prainha dos ricos	77
Figura 44: Tipos de casas: Prainha dos pobres	77
Figura 45: Água fétida ao lado da casa de Floriano, rua Ita 2	105
Figuras 46 e 47: Tipos de moradias dos Conjuntos Cidadãos em Manaus	114
Figura 48: Ação policial na reintegração de posse	116
Figura 49: Ação dos invasores	116
Figura 50: Tipos de moradias das áreas de “invasões” em Itacoatiara (AM)	118

Figura 51: Moradias de áreas de “invasão” II de Itacoatiara (AM)	118
Figura 52: Pessoas em situação de risco (enchente de 2009)	119
Figura 53: Tipo de habitação do Conjunto Mutirão	122
Figura 54: Tipo de casa do Conjunto Cidadão construída pela (SUHAB)-2008	123
Figura 55: Tipo de casas do Conjunto Parque Poranga (Minha Casa Minha Vida)	124
Figura 56: Tipo de casa encontrada no Bairro Iraci	128
Figura 57: Casa do Iraci, área inundável	128
Figura 58: Tipos de habitação em área alagada do Bairro da Prainha	130
Figura 59: Casa da Dona Conceição em situação de risco para a família	133

## De gráficos

Grafico 1: Sexo dos entrevistados	83
Grafico 2: População segundo a faixa etária	84
Grafico 3: Distribuição por estado civil	85
Grafico 4: Tempo de residência no bairro	86
Grafico 5: Qual local/bairro de residência anteriormente	88
Grafico 6: Número de pessoas por residência	89
Gráfico 7: Número de cômodos	90
Gráfico 8: Nível ocupacional dos entrevistados	91
Gráfico 9: Rendimento mensal familiar	92
Gráfico 10: Nível de instrução dos entrevistados	94
Gráfico 11: Tipo de posse	96
Gráfico 12: Material do imóvel	97
Gráfico 13: Telhado	97
Gráfico 14: Tipos de piso	98
Gráfico 15: Tipo de sanitário	98
Gráfico 16: Possui fossa séptica	99
Gráfico 17: Considerando a questão como conforto, vizinhança, lazer após mudança	100
Gráfico 18: O que chama mais a atenção	101
Gráfico 19: Qual o maior problema do Bairro	102
Gráfico 20: Saneamento básico	102
Gráfico 21: Coleta diária Árvores	103
Gráfico 22: Árvores	104
Gráfico 23: Animais silvestres	105
Grafico 24: Igarapés/lagos	106
Gráfico 25: Animais aquáticos	106
Gráfico26: Satisfação com a vida no bairro	108

## De tabelas

Tabela 1: População residente por Grupo em Itacoatiara	19
Tabela 2: Quadro populacional de Itacoatiara-AM I	48
Tabela 3: Tipos de serviços encontrados no Bairro Iraci	62

## De siglas

AABB: Associação Atlética Banco do Brasil  
AM: Amazonas  
AIRMA: Associação dos Itacoatiarenses Residentes em Manaus  
ANVISA: Agência Nacional de Vigilância Sanitária  
ARENA: Aliança de Renovação Nacional  
BNH: Banco Nacional de Habitação  
CEAM: Centrais Elétricas do Amazonas  
COHAB: Companhia de Habitação  
CRECI: Conselho Regional Corretores Imobiliários  
FECANI: Festival da Canção de Itacoatiara  
FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FIMACO: Programa de Financiamento de Material de Construção  
FINASA: Programa de Financiamento para Saneamento  
FPJ: Fundação João Pinheiro  
FUNASA: Fundação Nacional de Saúde  
GAM: Grupo André Maggi  
HMA: Hidrovia Madeira Amazonas  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia  
IPASEA: Instituto de Previdência e Assistência Social do Estado do Amazonas  
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano  
ISS: Imposto Sobre Serviço  
PDS: Partido Socialista Brasileiro  
PMDB: Partido Do Movimento Democrático Brasileiro  
PROMORAR: Programa de Erradicação de Sub-Habitação  
PSB: Partido Socialista Brasileiro  
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro  
PIM: Polo Industrial de Manaus  
PIB: Produto Interno Bruto  
PLANASA: Plano Nacional de Saneamento  
PROSAMIM: Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus  
SAAE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto  
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas  
SEDUC: Secretaria de Estado e Educação  
SEMED: Secretaria Municipal Educação Amazonas  
ULBRA: Universidade Luterana do Brasil  
ZFV: Zona Franca Verde

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 URBANIZAÇÃO DE ITACOATIARA: OS PRINCIPAIS AGENTES DA PRODUÇÃO E (RE)PRODUÇÃO DOS BAIROS IRACI E PRAINHA</b> .....	17
1.1. Aspectos da Localização .....	17
1.2. Aspectos da Infraestrutura Urbana e Sócioeconômica .....	18
1.3. Os Principais Agentes do Crescimento da Cidade e da Reprodução dos Bairros Iraci e Prainha .....	29
1.3.1. As Enchentes do Rio Amazonas Associadas à Decadência das Atividades Tradicionais dos ribeirinho .....	30
1.3.2. A Zona Franca de Manaus .....	32
1.3.3. As Madeireiras .....	35
1.3.4. Projeto Hermasa: Terminal Portuário Privativo Misto de Transporte de Grãos de Itacoatiara .....	44
<b>2 CARACTERIZAÇÃO E REPRODUÇÃO DOS BAIROS IRACI E PRAINHA</b> .....	53
2.1. O Bairro Iraci .....	53
2.2. O Bairro da Prainha .....	63
<b>3 COMPARAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL ENTRE OS BAIROS DE IRACI E PRAINHA</b> .....	81
3.1. Sexo, Faixa Etária e Distribuição por Estado Civil .....	81
3.2. Tempo de Residência e Origem .....	85
3.3. Número de Pessoas por Residência, Número de Cômodos .....	88
3.4. Ocupação, Rendimento Mensal e Nível de Instrução .....	89
3.5. Sobre a Caracterização dos Imóveis: Tipo de Posse, Material do Imóvel, Telhado, Piso, Sanitário e Fossa .....	94
3.6. Conforto, Vizinhança e Lazer .....	98
3.7. Saneamento Básico e Coleta de Lixo .....	101
3.8. Árvores, Animais Sivistres, Igarapés/Lagos e Animais Aquáticos .....	103
3.9. Considerações Gerais Sobre os Dados de Campo .....	108
<b>4 A PROBLEMÁTICA DA HABITAÇÃO EM ITACOATIARA E NOS BAIROS DE IRACI E PRAINHA</b> .....	110
4.1. A Produção da Habitação Brasil .....	111
4.2. A Produção de Habitação no Amazonas .....	114
4.3. A Produção de Habitação em Itacoatiara .....	116
4.3.1 A Reprodução da Habitação no Bairro Iraci .....	127
4.3.2. A Reprodução da Habitação no Bairro da Prainha .....	131
4.4. O Bairro da Prainha no Plano Diretor .....	137
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	146
<b>ANEXOS</b> .....	152

## INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira no século XX, desencadeada pelos processos econômicos que elegeu a cidade como reprodutora do capital, se tornou um problema para os administradores públicos no âmbito municipal e estadual, por conta do crescimento rápido das cidades e da população urbana. Isso pode ser identificado em vários autores que abordam o tema, entre os quais se podem citar Santos (1985, 1988, 2001, 2009), Corrêa (1987, 2002) e Carlos (2003, 2008, 2009), entre outros, que estudam a dinamização da ocupação do espaço urbano e suas conseqüências para a população.

Afirma Corrêa (2002) que o estudo da cidade ainda é um tema extremamente caro para os diversos pesquisadores da sociedade como os historiadores, sociólogos, urbanistas, economistas, antropólogos, geógrafos e todos os que se ocupam da problemática do espaço urbano e da transformação da cidade.

Outro aspecto que chama a atenção dos pesquisadores em relação às questões urbanas, diz respeito à forma segregada da ocupação do solo urbano, conforme argumenta Martins (2008, p.11):

No decurso do processo acelerado de urbanização uma grande parte dos trabalhadores e das classes médias foi, portanto, alojada de uma maneira relativamente aceitável, mas sem intervenção arquitetônica ou urbanística. Ao contrário, essa expansão das cidades é acompanhada de uma degradação da arquitetura e do quadro urbanístico. As pessoas, sobretudo os trabalhadores são dispersas, distanciadas dos centros urbanos. O que denominou essa extensão das cidades é a segregação econômica, social, cultural. O crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social.

Assim, um estudo sobre o crescimento da cidade de Itacoatiara passa por uma visita aos processos políticos, econômicos e sociais que ocorreram ao longo do tempo que nos possibilita compreender a fisionomia da urbe e conseqüentemente dos Bairros Iraci e Prainha. Então, levamos em conta neste

trabalho as mudanças ocorridas no processo de urbanização que modificou a configuração espacial da cidade, bem como as mudanças decorrentes da ocupação do espaço urbano. Urbano que, portanto, se define não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual de maneira recuada no tempo, mas ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora, (Lefebvre 1999, p.28).

Assim, ao se observar as transformações do espaço da cidade de Itacoatiara-AM, buscou-se nos processos socioeconômicos e políticos pretéritos respostas para compreender a situação das condições infraestruturais tão distintas nos dois Bairros estudados: Iraci e Prainha.

O tema para esta investigação surgiu a partir de observações enquanto residente do Bairro Iraci e da própria experiência enquanto educadora de escola pública, exercendo a função de supervisão e orientação escolar no Município de Itacoatiara, na Escola João Bosco Ramos de Lima, no qual há todo um discurso no que tange às mudanças ocorridas no processo de urbanização e no meio ambiente da cidade, bem como questionamentos sobre as profundas diferenças socioespaciais e de infraestrutura urbana existentes entre os Bairros de Iraci e Prainha.

O objetivo desta pesquisa é para compreender porque das políticas de infraestrutura urbana não serem direcionadas nas mesmas proporções para os Bairros Iraci e Prainha. A temática pesquisada é importante, por esboçar uma investigação evidenciando o desenvolvimento e a importância das políticas públicas no Município de Itacoatiara, tomando como referência a Constituição de 1988, no seu artigo 182, no qual indica que a responsabilidade sobre a elaboração da política de desenvolvimento urbano passa pela ação e execução do Poder Municipal, conforme diretrizes especificadas em lei, tendo por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade garantindo o bem-estar da sua população; sendo exposto no artigo 30, inciso VII, que trata das competências dos municípios, que os mesmos devem promover, “no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”.

Para sustentação teórico-metodológica, a pesquisa fundamentou-se em estudos bibliográficos dos autores supracitados que tratam do tema da

urbanização. Além disso, está sendo privilegiada a pesquisa de campo, com levantamento de dados nas instituições públicas municipais (Prefeitura, Câmara de Vereadores) e com os próprios moradores da cidade. Os dados coletados na pesquisa de campo com a aplicação de questionários socioeconômicos fechados para 20% da população dos Bairros estudos foram sistematizados, e, associados à fundamentação teórica, a fim de integrar teoria e prática, fazendo uma comparação socioeconômica e ambiental dos Bairros Iraci (instituído por loteamento planejado e padrão econômico elevado) e Prainha (constituído na forma de uma invasão e de moradias precárias). Com as observações feitas *in loco*, com as imagens obtidas e dados coletados, foi possível tecer uma amostra do perfil dos moradores dos citados Bairros.

O trabalho tem como proposta quatro capítulos: o primeiro aborda a Urbanização de Itacoatiara e os principais agentes da produção e reprodução dos Bairros Iraci e Prainha; o segundo trata da Caracterização e produção dos Bairros Iraci e Prainha; o terceiro aborda a Comparação socioeconômica e ambiental entre os referidos Bairros; no quarto e último mostra-se a Problemática da habitação em Itacoatiara nos Bairros Iraci e Prainha.

Com as informações contidas em cada capítulo desta pesquisa, espera-se contribuir, para o entendimento sobre os principais fatores que contribuem para aprofundar as desigualdades socioespaciais, principalmente promovidas pelas políticas públicas de infraestrutura urbana, na cidade de Itacoatiara e nos Bairros Iraci e Prainha. Assim, é pertinente a assertiva de Milton Santos (2009, p.33) ao afirmar:

O espaço se converte numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto. A crescente separação entre as classes agrava a distância social. Enquanto as nossas cidades crescem, a distância entre os homens aumenta. Os homens vivem amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros.

## CAPÍTULO 1

### A URBANIZAÇÃO DE ITACOATIARA: OS PRINCIPAIS AGENTES DA PRODUÇÃO E (RE) PRODUÇÃO DOS BAIROS IRACI E PRAINHA

#### 1.1. Aspecto da localização

A cidade de Itacoatiara situa-se no Médio Amazonas (Figura 1) e faz parte da Região Metropolitana de Manaus, sob a Lei Complementar nº. 52 de 30 de maio de 2007. A palavra Itacoatiara é de origem indígena e significa Pedra Pintada<sup>1</sup>, possuindo em seu território dois distritos: Itacoatiara<sup>2</sup> (sede) e Amajari (distrito). Conecta-se por via rodoviária com a capital, Manaus, da qual se distancia 266 km percorridos pela Rodovia AM-010, dista ainda por via fluvial, 201km. A ligação por linha aérea ocorre por meio do aeroporto Arico Barros com 30 minutos de percurso.

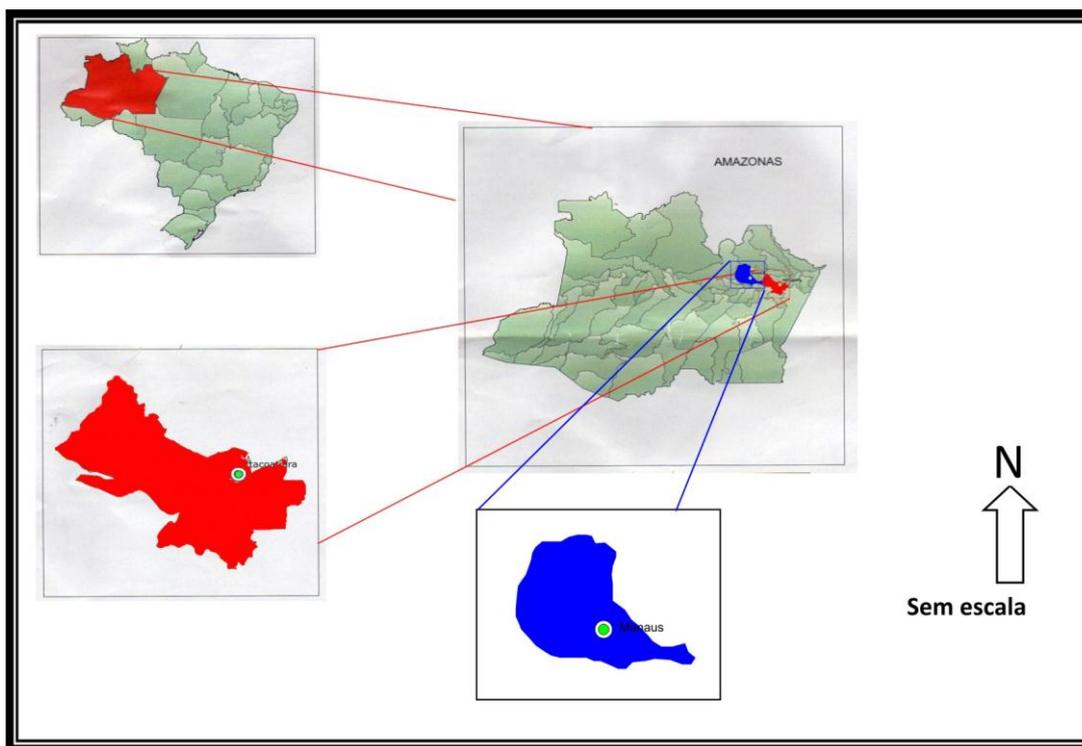


Figura 1: Localização do Município de Itacoatiara no Amazonas/ Brasil- S/ escala  
Fonte: IBGE, 2010

<sup>1</sup> Itacoatiara significa “pedra pintada”, devido às gravuras nas pedras localizadas nas ribanceiras em frente à cidade no bairro do Jauari. Em uma delas é possível identificar-se: a palavra Tropa, o desenho de uma cruz, uma escada e a data de 1.744. Atualmente a pedra que representa o nome da cidade está exposta na Praça Central em frente à Igreja a Matriz.

<sup>2</sup> Itacoatiara foi a terceira localidade amazonense a receber o título de cidade, antecedida somente por Tefé e Manaus (SILVA, 1997, p.50).

Do ponto de vista da localização, a área territorial do Município é de 8.949,2 km<sup>2</sup>, que em termos percentuais representa 8% da região nordeste do Estado do Amazonas. O município limita-se ao norte com Itapiranga e Silves; a leste com Urucurituba e Boa Vista do Ramos; ao sul com Maués, Nova Olinda do Norte e Autazes; a oeste com os municípios de Careiro, Manaus e Rio Preto da Eva. A cidade de Itacoatiara apresenta relevo que varia de suave ondulado a plano, situa-se sobre extensa planície com fraca dissecação, características da planície amazônica, com a presença de áreas inundáveis.

## **1.2. Aspectos da infraestrutura urbana e socioeconômica**

Itacoatiara atualmente representa o terceiro município da Região Metropolitana de Manaus em termos populacionais e econômicos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (2010) apontam uma população de 86.840 habitantes, predominantemente jovens (Tabela 1), com características na sua maioria cabocla, uma mistura de índio com europeu e africano, sendo 57.424, da zona urbana e 29.416 da zona rural. É o principal núcleo urbano, de maior dinamismo econômico da região do Médio Amazonas. Tal importância se dá por conta de sua economia que possui como principais atividades: a indústria madeireira a (Precius Woods-Mil Madeireira), é a mais importante do setor local; o “Pólo Moveleiro”<sup>3</sup>, área onde ficam localizadas as fábricas de móveis; o Projeto Hermasa que engloba o Terminal Portuário Privativo Misto de Transporte de Grãos em Itacoatiara, o Estaleiro naval, a usina de extração e beneficiamento de óleo de soja, a Escola de Capacitação de Fuzileiros Navais e a Fundação André Maggi.

---

<sup>3</sup> O pólo moveleiro, inaugurado em 1998, na administração do Prefeito Miron Osmario Fogaça (PSB), fica localizado na rua Mário Andrezza no bairro Jardim Florestal.

População Residente por Grupo		%
00 a 04 anos	12.457	14,3
05 a 09 anos	11.624	13,4
10 a 19 anos	22.123	25,5
20 a 29 anos	14.305	16,5
30 a 39 anos	9.705	11,2
40 a 49 anos	6.897	7,9
50 a 59 anos	4.494	5,2
60 a mais anos	5.235	6,0

Tabela 1: População residente por grupo em Itacoatiara  
Fonte: IBGE-2010

Quanto à atividade comercial, em Itacoatiara é possível destacar: a) comércio atacadista de mercadorias de primeira necessidade; b) comércio varejista; c) comércio de alimentação e d) comércio de rua.

O comércio atacadista abastece alguns municípios vizinhos como Urucurituba, São Sebastião do Uatumã e outros, visto que parte do abastecimento de mercadorias de primeiras necessidades desses municípios são fornecidas pelos estabelecimentos localizados no Centro, no bairro de Santo Antônio e no Jauari. O comércio varejista é voltado especialmente para atender os consumidores internos, existindo variedades e especificidades de produtos. Quanto ao comércio de alimentos, a cidade conta com bares, pizzarias, lanchonetes, restaurantes, supermercados e minimercados como seus principais representantes. O comércio de rua é representado pelas feiras, camelôs e vendedores ambulantes que completam este setor da economia.

Por se encontrar situada na margem esquerda do Rio Amazonas, Itacoatiara (Figura 2), possui uma área privilegiada e uma posição geográfica que lhe permite, segundo Alesessander Roque<sup>4</sup>, ter um porto multimodal, em função do calado (profundidade do rio) com navegação apropriada para o ano todo,

<sup>4</sup> Alesessander Roque é Tecnólogo em Construção Civil, formado pela Universidade Tecnológica do Amazonas – UTAM (entrevista realizada em janeiro de 2011).

devido ter uma proximidade relativa com Manaus por via terrestre, aérea e pela própria dinâmica fluvial.

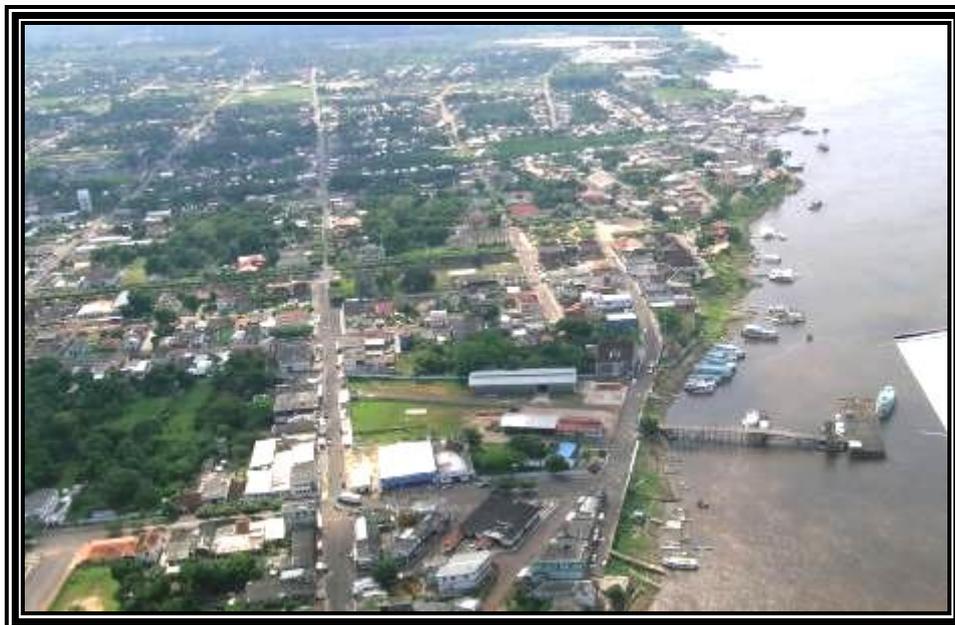


Figura 2: Vista aérea de Itacoatiara-AM  
Fonte: Mil Madeireira (*Precious Woods*), 2008

A dinâmica fluvial dos rios da Amazônia funciona como estradas nas mais variadas direções desde a constituição de seu sítio. Neste sentido, concorda-se com Souza (2008, p.113-15, apud TRINDADE JR, 2005)<sup>5</sup> quando o mesmo afirma que:

Ainda hoje, os rios da Amazônia funcionam como verdadeiras estradas integrando a região, sendo muitas vezes o único meio de acesso para algumas localidades. A densa rede de drenagem fluvial amazônica desempenhou um importante papel de localização das cidades [Muitas...] interações e modos de vida [...] são estabelecidos entre os cidadãos e o rio, seja esse tratado como via de transporte de importância fundamental, seja este considerado como fonte de recursos econômicos e de subsistência, seja ainda como referencial simbólico intrinsecamente relacionado à vida do homem amazônico.

<sup>5</sup> TRINDADE JR. S. C.; SILVA, M. A. P.; MALHEIRO, B. C. P. Belém, *a cidade e o rio: uma apresentação do tema*. In: TRINDADE JR, S. C.; SILVA, M. A. P. (Org.) *Belém, a cidade e o rio na Amazônia*. Belém: EDUFP, 2005.

A estratégica localização geográfica do Município, com o rio sendo uma condição para a economia do mesmo desde a sua gênese, foi um dos fatores significativos para que Itacoatiara fosse escolhida como “Pólo madeireiro” nas décadas de 1970-1980. A posição que ocupa este município na foz do rio Madeira e o perímetro do Médio Amazonas, com seus portos servindo de elo com o Centro-Oeste, Matogrosso e Rondônia, por intermédio da hidrovia Madeira/Amazonas (Figura 3) é fundamental para o escoamento de madeira, bem como de grãos de soja pelo grupo André Maggi-(Hermasa), uma vez que facilita a chegada da matéria prima (soja), oriunda dos Estados de Matogrosso e Paraná, via Rondônia, para serem embarcados em navios graneleiros, de diversas bandeiras no porto de Itacoatiara, possibilitando levar os grãos rumo aos mercados mundiais, tornando assim, o município um corredor, ou seja, um entreposto de soja.



Figura 3: Croqui da hidrovia que faz o eixo multimodal entre Sapezal (MT), Porto Velho (RN) e Itacoatiara (AM), sem escala.  
Fonte: Oliveira, 2005.

Com relação à infraestrutura portuária, a cidade conta com os seguintes portos: o Municipal (público) administrado pelo Serviço Nacional de Portos e Hidrovias - SNPH, que opera com cargas, geralmente onde é escoada toda a produção madeireira do município, cuja estrutura comporta um píer flutuante de 70m de comprimento, comportando também, na parte terrestre, escritórios para administração, além de disponibilizar o embarque e o desembarque de

passageiros que utilizam barcos de recreio advindos de municípios vizinhos e outros Estados e o Terminal Portuário privativo Misto de Itacoatiara (TPPMI), com píer de 2.400m<sup>2</sup>, o Terminal de Fertilizantes de 175m que recebe a contra bordo, outros navios, para operação de carga e descarga, sendo os dois de propriedade da Hermasa Navegação da Amazônia S/A.

A dinâmica fluvial caracterizada pela movimentação de barcos regionais de pesca, de transporte de passageiros e turistas, bem como de navios para transporte de cargas e grãos é muito intensa durante o ano todo. Além dos portos já citados, ressalta-se o Porto do bairro Jauari, utilizado para escoamento e comercialização de pescado e produtos agroextrativistas, embarque e desembarque de passageiros da zona rural da cidade e de outros municípios vizinhos que fazem uso de sua estrutura portuária com embarcações de pequeno porte.

Em Itacoatiara, como principais fontes de emprego e renda, destacam-se a agricultura familiar, o comércio atacadista de primeira necessidade, varejista, alimentação, o comércio de rua, o funcionalismo público (Federal, Estadual e Municipal), as indústrias madeireiras, o pólo moveleiro e o porto graneleiro-Hermasa. A cidade conta com os serviços bancários de quatro agências: Banco da Amazônia; Banco do Brasil; Caixa Econômica Federal e Bradesco, além de serviços de correios e telégrafos. Podem ser encontrados na cidade supermercados com boa infraestrutura, pequenos comércios, restaurantes, pizzarias, hotéis, pousadas, serviços de comunicação realizados por três emissoras de rádio, sete canais de televisão, uma operadora de telefonia fixa, quatro telefônicas móveis e serviços de internet.

O transporte terrestre é feito por duas empresas de ônibus intermunicipal que atuam diariamente, fazendo a conexão entre Itacoatiara e Manaus pela Rodovia AM-010, num percurso de quatro horas, com saída do terminal rodoviário localizado no Bairro Iraci, num intervalo de uma em uma hora. A cooperativa de taxistas também oferece este tipo de serviços de conexão com Manaus, numa viagem com duração em média de três horas. O transporte intraurbano é feito por mototáxis, carros de passeio, motocicletas e bicicletas.

Os serviços de saúde são disponibilizados pelas seguintes instituições: Hospital José Mendes, unidade mista destinada a prestar serviços de atendimento

laboratorial, atendimento cirúrgico de baixa complexidade e maternidade; postos de saúde, distribuídos nos bairros, Araújo Costa, São Francisco, Jauari, Iraci, Colônia e Centro; Superintendência Estadual de Saúde (SUSAM); Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); clínicas particulares e laboratórios de análises e clínicas. Vale ressaltar que os casos de doenças de altas complexidades são encaminhados para a capital Manaus, devido à falta de médicos especialistas em doenças complexas. Os poucos médicos que atuam no município, são em sua maioria, clínicos gerais. Os problemas na área de saúde em Itacoatiara não são diferentes dos do restante do País, devido à falta de políticas públicas, o que tornam deficientes os serviços, pois o investimento está concentrado apenas em estrutura física.

No âmbito educacional, o setor é bastante desenvolvido, pois a cidade conta com 27 escolas distribuídas entre a rede municipal e estadual de ensino, que oferece Ensino Fundamental e Médio. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Itacoatiara, aparece desde 1998, como pólo de referência em Educação Superior no Médio Amazonas, por agregar 10 municípios entre eles: Urucurituba, Silves, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã, Nova Olinda do Norte, Rio Preto da Eva, Urucará, entre outros que utilizam os campus, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Estadual do Amazonas (UEA). Essas Universidades disponibilizam os cursos de Letras; Engenharia Florestal; Licenciatura em Informática; Licenciatura e Bacharelado em Educação Física; Química; Matemática; Engenharia de Produção; Farmácia e Sistema de Informação. Além da particular Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) que oferece os cursos de Educação a distância-EAD, de Pedagogia, Administração de Empresas, Gestão Financeira e Ciências Sociais.

Vale ressaltar que, segundo a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), 95% dos professores, são graduados em Normal Superior, sendo que 1% está se graduando nas diversas áreas do conhecimento. Dentre os professores da rede estadual de ensino, 100% têm graduação nas diversas áreas do conhecimento. Esse fato foi possível, por intermédio de um convênio firmado entre o Poder Público municipal e estadual, com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA),

pelo Projeto PROFORMAR, que visava à graduação de professores, no Curso Normal Superior, funcionando com o Sistema de Educação Mediado a Distância.

Na área cultural, a cidade conta com o Festival da Canção de Itacoatiara (FECANI), que atrai músicos de municípios vizinhos e de todas as regiões do País. Apresentando sempre como atração, artistas de expressão nacional. Esse evento é promovido pela Associação dos Itacoatiarenses Residentes em Manaus (AIRMA), em parceria com a Prefeitura e ocorrem todos os anos desde 1985, no início do mês de setembro, durante três dias, no Centro de Convenção Juracema Holanda, localizado no bairro Mutirão. Neste período passam pela cidade em torno de trinta mil pessoas, conforme dados do Segundo Batalhão da Polícia Militar.

A festa religiosa, da padroeira Nossa Senhora do Rosário, acontece no dia 1º. de novembro, representa outro evento com grande atração de pessoas para a cidade. O cinema Dib Barbosa, a Galeria de Artes Terezinha Peixoto, o Centro Cultural da Fundação André Maggi, a biblioteca pública e os prédios históricos<sup>6</sup> construídos na época áurea da borracha, compõem o acervo cultural da cidade

A avenida parque (Figura 4) representa atualmente, o cartão postal da cidade: inicia próximo da margem do Rio Amazonas e termina com o prosseguimento da Rodovia Torquato Tapajós-AM 010.

---

<sup>6</sup> Com o apogeu da borracha, a cidade de Itacoatiara, a partir de 1890, recebe uma fisionomia moderna e multicultural; marcada pela vinda de imigrantes e pelo investimento propiciado pela acumulação de capital, proveniente da economia agro-extrativista: a produção do látex. A exportação e os elevados preços do produto trouxeram mudanças significativas, alavancando a construção de prédios públicos e privados que se constituíram no patrimônio histórico da cidade. A sociedade que se formava, de homens de negócios, era exigente, clamava por modernidade, por um projeto urbanístico com grandes construções.



Figura 4: Avenida Parque. cartão postal da cidade  
Fonte: Claudemilson, 2005

Em 2006, por meio de um convênio firmado entre os governos municipal e estadual, foi construído o muro de arrimo (Figura 5) na beira rio (orla), além da requalificação de praças e jardins.



Figura 5: Parte da orla requalificada da cidade  
Fonte: Enéas Gonçalves, 2010

O abastecimento de água é feito pelo Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), autarquia com personalidade jurídica própria com sede e foro em Itacoatiara, criado sob o Decreto nº. 1, de 19 de janeiro de 1968, para prestar serviço de distribuição de água encanada com valores monetários cobrados do consumidor. A água é captada de 27 poços artesianos distribuídos nos vários bairros da cidade, o Bairro Iraci é um deles.

A energia elétrica fica a cargo da Companhia de Energia Elétrica do Amazonas (CEAM), desde 1971. Com o aumento da ocupação urbana o serviço é precário, pois constantemente há racionamento de energia. A maioria das comunidades rurais foi contemplada com o Programa “Luz Para Todos” do Governo Federal.

A limpeza pública é realizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura que disponibiliza para a limpeza da cidade: três caminhões, duas caçambas e três pequenos tratores que fazem a coleta diária. O lixo é levado para a lixeira municipal, localizada na zona oeste, no bairro de São Jorge. A cidade não tem um sistema de esgoto, apenas são construídas sarjetas para o escoamento de águas pluviais.

Itacoatiara apresenta características distintas no processo de produção e reprodução do seu espaço urbano, refletidos nos vários momentos econômicos, no fenômeno natural das enchentes do Rio Amazonas; na exploração do Látex e da Juta; na extração madeireira e no projeto Hermasa: com o porto graneleiro. Esses fatores são retratados na paisagem, demonstrando o processo de urbanização em que se encontra a cidade.

Embora Itacoatiara apresente uma boa infraestrutura urbana, em relação as demais cidades que compõem o Médio Amazonas, por exemplo, Silves, Urucurituba, Itapiranga, São Sebastião do Uatumã; os bens e serviços produzidos socialmente, (exceto a educação), não acompanham o crescimento da cidade, principalmente no que tange às questões: saúde, segurança, sistema de esgoto, tratamento de água e transporte coletivo, pois o adensamento populacional foi se espalhando e esses serviços se tornaram precários; ademais, é inexistente na cidade o transporte coletivo, realizado por meio de serviço de mototáxi.

A cidade possui 24 bairros, sendo que a maioria deles surgiu de “invasões”<sup>7</sup> de terras particulares dos latifundiários, que com o tempo foram sendo legalizadas pelo Poder Público. Essa forma de constituição dos bairros trouxe sérios problemas de infraestrutura urbana, bem como bairros diferenciados, tais como Iraci e Prainha (destacados na planta da cidade). O primeiro com um padrão socioeconômico mais elevado, o segundo em total abandono, sofrendo com a precariedade e inexistência de serviços e políticas públicas, de saúde, de segurança, de sistema de esgoto; inexistência de geração de emprego e renda, habitação, transporte público. Desse modo, concorda-se com Carlos (2009, p.45) quando comenta que:

A cidade enquanto construção humana, produto social, trabalho materializado, apresenta-se enquanto formas de ocupações. O modo de ocupação de determinado lugar da cidade se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver.

Neste contexto, a ocupação do espaço da cidade de Itacoatiara reproduzida principalmente pela forma como foi sendo habitada por invasões, apresenta-se com características periféricas, com grande precariedade de infraestrutura urbana. Nos bairros de baixa renda, reside uma população abandonada que sofre com todos os tipos de mazelas (violência, prostituição, falta de saneamento básico etc). A inexistência de políticas de geração de emprego e renda compromete a qualidade do crescimento da cidade, contribuindo para a geração da violência (assaltos, roubos, latrocínios) que vem se intensificando na cidade nos últimos dois anos. Contudo, a população tem se reunido em audiências públicas, na Câmara Municipal com autoridades municipais e estaduais (Prefeito, Secretário de Segurança Pública, Delegados, Vereadores, Presidentes de bairros e a Sociedade Civil organizada) para discutir a situação da violência.

A cidade de Itacoatiara que já foi a segunda economia do Amazonas, no auge das madeireiras, nos anos de 1980-1990, vem perdendo espaço e,

---

<sup>7</sup> As palavras invasões e invasores nos remetem a sujeitos e ações criminosos, contudo, os moradores que buscam essa via de obtenção de um teto, não podem, *grosso modo*, ser assim considerados. Isto posto, optamos por utilizar os termos invasão e invasores sem aspas.

tornando-se, conforme dados do IBGE (2010) a terceira em termos econômicos, com a população cada vez mais empobrecida e em alguns Bairros como Eduardo Braga I e II, Nogueira Junior, Prainha, Bairro da Paz, apresenta casos de pobreza extrema. Abaixo, a planta da cidade (Figura 6, adiante) apresenta os vinte a quatro bairros da cidade, com destaque para Prainha e Iraci.

Verifica-se em Itacoatiara que, apesar de o município apresentar, segundo os dados do IBGE (2010), o terceiro Produto Interno Bruto (PIB) do Amazonas, no valor de R\$ 822.215 milhões, esse percentual não tem se refletido no que tange ao desenvolvimento da cidade e na qualidade de vida da população, tendo em vista que existem grandes desigualdades de infraestrutura urbana e socioeconômica nos vários bairros. Nota-se que o Bairro da Prainha a situação é degradante, no Bairro Iraci, especificamente na rua Aquilino Barros, pode-se constatar problemas de sérios de inundações.

É fácil observar que a renda concentra-se nas mãos de um pequeno grupo tais como: donos de indústrias, comerciantes e as próprias autoridades, em detrimento da maioria da população que fica à mercê da boa vontade do Poder Público municipal, esperando que sejam tomadas medidas para solucionar problemas que há muito fazem parte dos discursos políticos em épocas de campanha eleitoral; na expectativa de que se tomem medidas políticas consistentes e qualitativas para amenizar o sofrimento da população, que padece pela falta de geração de emprego e renda, e que deseja ver acabar a precariedade dos serviços públicos que ora são, ou melhor, não são apresentados à população.

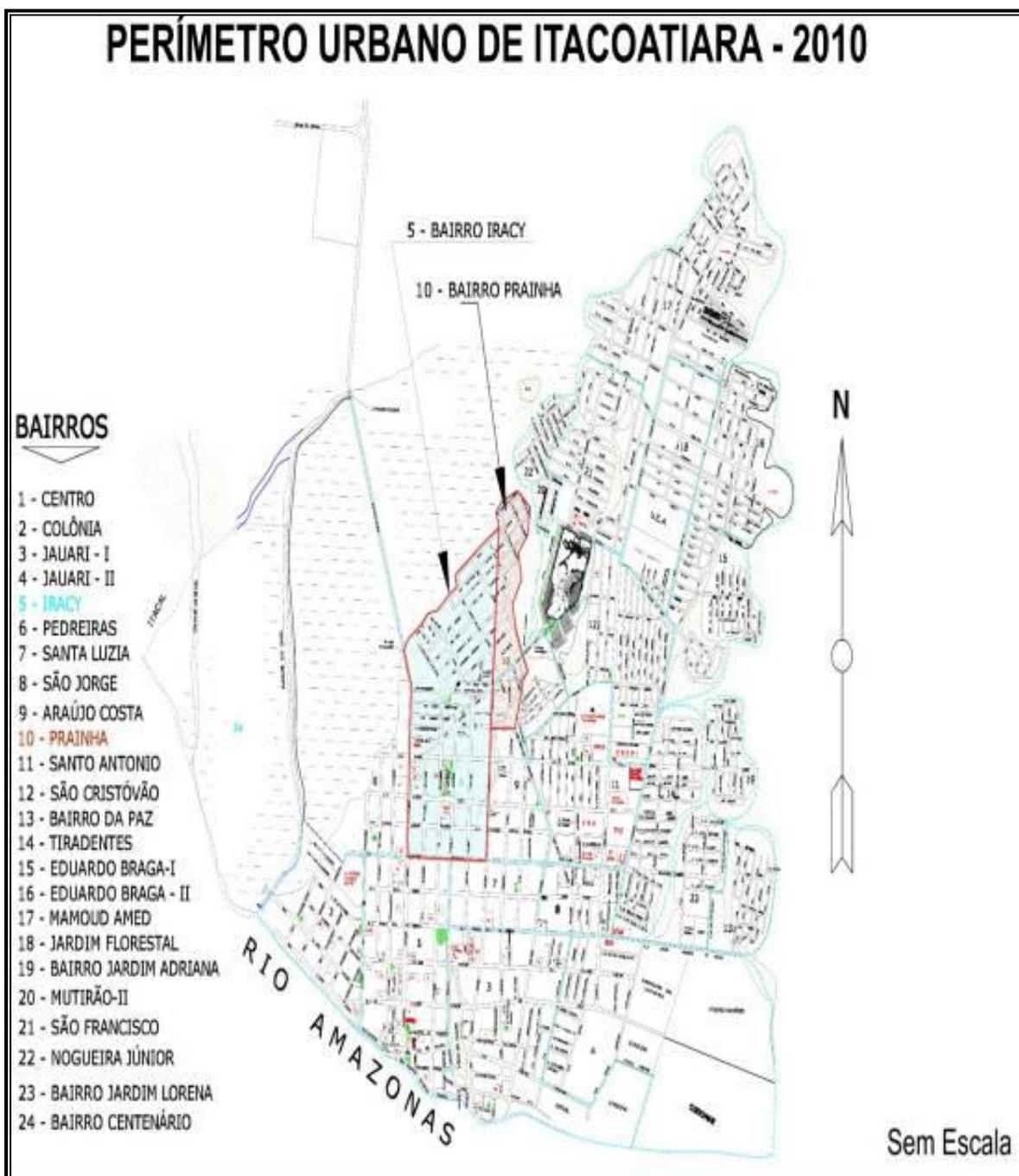


Figura 6: Planta atual da cidade de Itacoatiara, com seus 24 bairros

Fonte: Secretaria de Municipal de Infraestrutura, 2010

### 1.3. Os principais agentes do crescimento da cidade e da reprodução dos bairros Iraci e Prainha

O espaço urbano de Itacoatiara experimenta mudanças significativas, principalmente em épocas de enchentes do Rio Amazonas. Notadamente, a partir

da década de 1950, e pelas transformações que ocorreram na década de 1960, representadas pela da rede urbana na Amazônia, devido à redefinição do papel da região na divisão territorial do trabalho no Brasil e ao processo geral de expansão capitalista. Itacoatiara está inserida nesse contexto, por intermédio da sua localização geográfica e pela principal função desempenhada desde a sua criação: a portuária.

É no decorrer desse processo que Itacoatiara passou a vivenciar uma intensa produção e reprodução do seu espaço urbano. Segundo Santos (1988, p. 22) *“A produção do espaço urbano é resultado da ação dos homens agindo sobre o espaço, é a expressão das relações de produção que transformam e reproduzem o próprio espaço”*. Assim sendo, percebe-se em Itacoatiara, a interferência de vários fatores e agentes (as enchentes, as madeiras; porto graneleiro; o Poder Público) que corroboram para esse quadro. Essa interferência é significativa para as mudanças que ocorrem no espaço urbano, por provocarem o adensamento espacial e populacional, pois, entende-se que os principais fatores e agentes do crescimento da cidade e da produção e reprodução dos Bairros Iraci e Prainha, são: a) as enchentes do Rio Amazonas associadas à decadência das atividades tradicionais na vida dos ribeirinhos; b) a Zona Franca de Manaus; c) as madeiras; d) o Projeto Hermosa: Terminal Portuário Privativo Misto de Transporte de Grãos Itacoatiara. Além do Poder Público.

### **1.3.1. As enchentes do rio Amazonas associada à decadência das atividades tradicionais na vida dos ribeirinhos**

As enchentes do Rio Amazonas são consideradas um dos principais fatores da migração da zona rural para a zona urbana de Itacoatiara, é pertinente afirmar a grande influência desse fenômeno natural na modificação do espaço citadino, principalmente a partir das décadas de 1950/1970, quando a exploração dos produtos agroextrativistas, (juta, malva, castanha, cacau, sorva) tornou-se escasso e as famílias passaram a morar na cidade, o que acarretou o surgimento de vários bairros, com problemas de infraestrutura urbana. Dentre esses, o Bairro Iraci em 1957, nascido em loteamentos feitos pelo Poder Público, para alocar as famílias que vinham para a cidade, por causa das enchentes e pela redução das

atividades tradicionais; o mesmo aconteceu posteriormente com o Bairro Prainha, no final da década de 1960 início da de 1970, que surgiu como fruto de invasão. Esses Bairros serão alvo desta pesquisa. Por isso, os Bairros Iraci e Prainha terão tratamento e estudo direcionados, assim como uma caracterização mais detalhada nos capítulos seguintes.

Conforme relato de D. P.<sup>8</sup>, morador de Itacoatiara (entrevista realizada em janeiro de 2011): “[...] as pessoas que moravam na zona rural viviam do agroextrativismo, e recebiam auxílio do Poder Público, por ocasião das enchentes, como madeira para a construção de marombas [...]”, espécie de assoalhos suspensos sobre o piso de madeira que protegem, do avanço das águas, tanto as pessoas, quanto os animais. Além disso, as famílias recebiam produtos de primeira necessidade para permanecerem no seu local de origem. Inclusive as próprias pessoas produziam seus alimentos para consumir durante o período (seis meses) da cheia do rio Amazonas.

A partir da década de 1950-1970, os ribeirinhos foram deixando de receber o devido auxílio ou só recebiam em época de eleição. Os produtos agroextrativistas foram se exaurindo ou perdendo valor no mercado, então, a cada enchente, os ribeirinhos passaram a se deslocar para a cidade. Devido a essa imigração, surgiram, com o apoio do Poder Público, loteamentos com doação de madeira para construir suas casas, no atual Bairro Iraci. Entretanto, nem todos eram beneficiados e os que não recebiam madeiras, eram colocados em barracões, nas imediações do Bairro São Jorge.

Dessa forma, a população ribeirinha ao se socializar com os serviços urbanos, não retornava mais para as suas casas na zona rural. Fixando residência na cidade, passaram a ocupar as áreas insalubres próximas aos igarapés (Prainha e São Jorge) que com o tempo foram sendo aterrados com a construção desmedida de autoconstruções. Assim, a expansão urbana de Itacoatiara, gerada pelo fluxo migratório da zona rural, todos os anos em época das enchentes do Rio Amazonas, aumentou o processo de expansão da cidade e constituíram os Bairros Iraci e Prainha.

---

<sup>8</sup> D. P. é morador de Itacoatiara, há mais de cinquenta anos, foi funcionário da Prefeitura na década de 1970, no setor de Terras.

A expansão do espaço urbano vai tomar novas proporções, com a dinâmica econômica que se insere em Itacoatiara. Essa dinâmica econômica que culminou com um novo êxodo migratório para a cidade, a partir da década de 1970, e permanece até os dias atuais, tem relação direta com a implantação da Zona Franca de Manaus-1967, uma ação dos programas desenvolvimentistas do período militar (1964-1984), direcionado para o Estado do Amazonas, que impulsionou a economia do Estado, e, consolidando o território amazonense ao espaço nacional e internacional capitalista.

### **1.3.2. A Zona Franca de Manaus**

O Estado do Amazonas fez-se notar de maneira mais concreta a partir de 1966, principalmente, quando foi implementado pelo governo militar, o modelo de desenvolvimento determinante para o incremento da urbanização, denominado “*Operação Amazônia*”. Tal modelo divulgava um conjunto de medidas que visavam “solucionar os problemas” econômicos e sociais da região Amazônica e, portanto, do Estado do Amazonas, que se estendiam desde a época áurea da borracha. Segundo Becker (2008, p. 225):

O regime militar com seu projeto de rápida modernização da sociedade e do território levou ao auge a economia de fronteira. Para tanto, o Estado desenvolveu uma tecnologia espacial impondo sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político – a “malha programada”, constituída do conjunto de programas e planos governamentais.

A autora afirma ainda que o Governo Federal assumiu o processo de modernização, implantando com rapidez a “malha planejada”, com os seguintes componentes: grandes redes de integração espacial; superposição de territórios federais aos territórios estaduais; subsídios ao fluxo de capital para apropriação privada da terra e; incentivos à migração para ocupar o território e formar mão-de-obra.

A autora informa ainda que ocorreram algumas transformações estruturais na Amazônia, no que tange à economia, antes baseada numa área extrativista, que dá vez a uma indústria relativamente importante; na estrutura do povoamento, que se localizava ao longo dos rios, desenvolve-se atualmente ao

longo de estradas implantadas na região e, sobretudo, mudanças no que se refere ao processo de urbanização. Muito se falou na expansão da fronteira agrícola, mas ela foi sempre início de uma fronteira urbana, porque o urbano precedeu a própria expansão agrícola. Dessa forma, a Amazônia foi sendo habitada por imigrantes de todas as regiões do País e por grupos internacionais com interesses diversos.

Para contribuir ainda mais com as informações, menciona-se Trindade Júnior (2008, p. 9), ao afirmar que foi quando ocorreram às grandes transformações políticas e desenvolvimentistas na realidade regional, houve repercussão de maneira decisiva na representação das cidades amazônicas, tais como abertura de estradas, redes de comunicação e migração, mais especificamente nas cidades do Estado do Amazonas. Dentre as quais figura Itacoatiara.

Nessa conjuntura, foi criada a Zona Franca de Manaus, sob o Decreto-Lei nº 288, de 1967, com o objetivo de criar um pólo de desenvolvimento industrial e agropecuário, por meio de investimento de capital nacional e internacional, fazendo parte do conjunto de medidas que se constituíram no primeiro Plano de Desenvolvimento e Ação Econômica do governo ditatorial. Nesse sentido, argumenta Corrêa (1987, p.59):

A urbanização concentrada revalorizou, especialmente a Cidade de Manaus, erigindo-a em metrópole regional da Amazônia Ocidental. Seu crescimento foi notável no período 1960-1980: sua população passa de 152.432 habitantes em 1960, para 283.685 em 1970 e 611.763 em 1980. Este crescimento resultou dos efeitos da política de industrialização da capital amazonense, através das vantagens oferecidas pela SUFRAMA: 1960-1980.

Percebe-se que tal modelo econômico, não só atingiu a urbanização da capital, Manaus, como também influenciou decisivamente no processo de urbanização da cidade de Itacoatiara, pois a partir da criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, em 1967, abriu-se caminhos para a implantação das madeireiras no município de Itacoatiara nas décadas de 1970-1980. Contribuindo para isso a implantação do Pólo Industrial de Manaus (PIM), em 1970.

Por causa da proximidade de Manaus e Itacoatiara, ligadas pela Rodovia AM-010 (Figura 7)<sup>9</sup>, houve facilidade de locomoção das pessoas residentes nos municípios circunvizinhos e zona rural, que ao se deslocarem para a capital amazonense, em busca de emprego, passaram por Itacoatiara e, em muitos casos, deixaram na cidade as suas famílias, o que a tornou o município local de residência, pois esse município ficava mais próximo de Manaus, possibilitando encontrarem a família nas folgas do trabalho. Isso também se deu, pelo fato de Itacoatiara já oferecer uma infraestrutura urbana com serviços diversos nas áreas de transporte (ônibus) interurbano, saúde, educação, energia elétrica, água encanada, comércio e serviços, dentre outros, o que permitia proximidade com os familiares e a busca por melhores condições de vida.

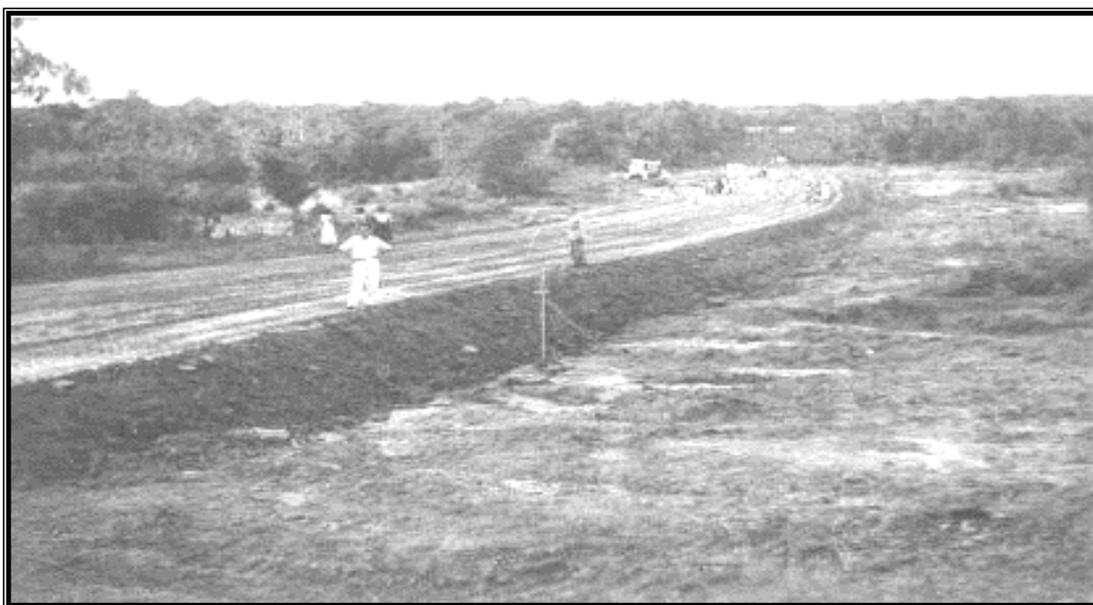


Figura 7: Estrada Torquato Tapajós (AM-010), Manaus-Itacoatiara, 1965  
Fonte: Enéas Gonçalves. Secretário Municipal de Infraestrutura, 2010

Essa dinâmica fez exceder a procura por moradia nos bairros próximos ao centro e adjacências, pois as pessoas que tinham recursos conseguiam comprar um terreno, ou ainda, alugar ou comprar uma casa. Todavia os que não dispunham de renda, buscavam nas áreas mais distantes um local para morar.

---

<sup>9</sup> O período da juta deixou marcas. Com a necessidade de interligação por via terrestre com Manaus, deu-se o início da abertura da Rodovia AM-10, inaugurada em 1965, ligando Itacoatiara a Manaus, isso significou um novo eixo de ligação e articulação, pois a estrada teve um papel significativo na estrutura e expansão da cidade, inclusive até os dias atuais

Esses fatos influenciaram o aumento das ocupações do Bairro da Prainha, na zona norte, e São Jorge na zona sul, e a construção do Conjunto Habitacional Iraci, o primeiro nessa modalidade de moradia, expandindo a cidade no sentido norte-sul.

Neste contexto, a urbanização do Estado do Amazonas conhecida atualmente e estabelecida para Itacoatiara é o resultado da implantação da política de integração nacional que definiu a Amazônia como fronteira econômica, ocasionando ao Estado do Amazonas mudanças sociais e econômicas centradas na industrialização. É nesse bojo que o município de Itacoatiara passa a conviver com a dinâmica econômica das madeireiras o que acarretou a mobilidade do trabalho, a expansão urbana e, principalmente, à mudança nos hábitos e costume da população itacoatiarense.

### **1.3.3. As madeireiras**

O interesse dos proprietários dos meios de produção do ramo madeireiro por Itacoatiara deve-se à facilidade da exploração abundante de madeira; pois, 90% da produção madeireira provinham da floresta de várzea. A estratégica localização geográfica da cidade, situada na margem esquerda do Rio Amazonas, facilitava a exploração. Além disso, Itacoatiara era nas décadas 1970-1980, o segundo município com melhor infraestrutura urbana do Amazonas, visto que havia porto, estrada, aeroporto, hospital, energia elétrica, água encanada, tráfego fluvial propício para manuseio da matéria-prima puxada por jangada (Figura 8); disponibilizava local próprio de armazenamento de madeira, no lago da Maquirá (Figura 9); barateamento e exportação da produção em grande escala por meio de navios cargueiros (Figuras 10 e 11) e ainda, mão-de-obra barata.

Para cumprimento deste contexto, o município fez algumas concessões, doando terra do patrimônio público<sup>10</sup>, facilitando, assim, a abertura de estrada de

---

<sup>10</sup> A Câmara Municipal, através da Lei nº. 19 de 29 de junho de 1981 autorizou o Executivo Municipal a doar para a empresa Atlantic Veneer da Amazônia - Indústria de Madeira Ltda, um terreno de forma regular, pertencente ao Patrimônio do Município, situado na zona 5 (Leste) da planta da cidade, onde foi construído um conjunto residencial destinado a utilização dos funcionários da empresa e, inclusive, para ampliação do seu parque fabril em atividade, trata-se de uma área de 233.661m<sup>2</sup>, (Prefeito Chibli Calil Abraham, da extinta Aliança de Renovação Nacional – ARENA, partido que apoiava o regime militar).

acesso ao “Pólo madeireiro”<sup>11</sup>, e providenciando pavimentação asfáltica<sup>12</sup>, visando, conforme discursos, a geração de emprego e renda para o município.

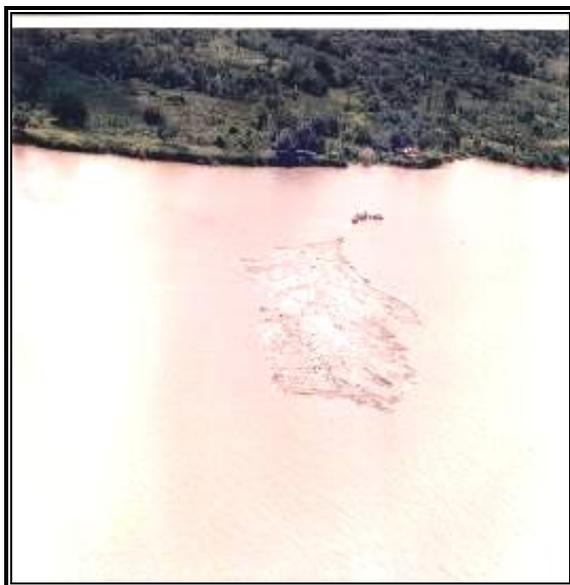


Figura 8: Jangada com toras de madeira  
Fonte: Enéas Gonçalves, 2010

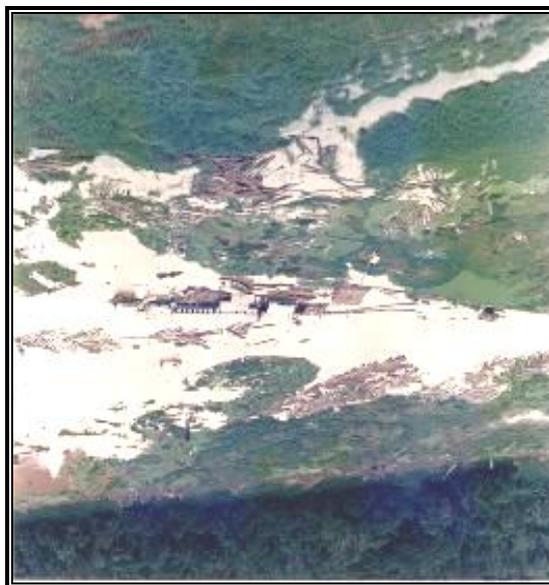


Figura 9: Lago do Maquira - depósito de madeira  
Fonte: Enéas Gonçalves, 2010



Figura 10: Navio atracado carregando  
Fonte: Enéas Gonçalves, 2010

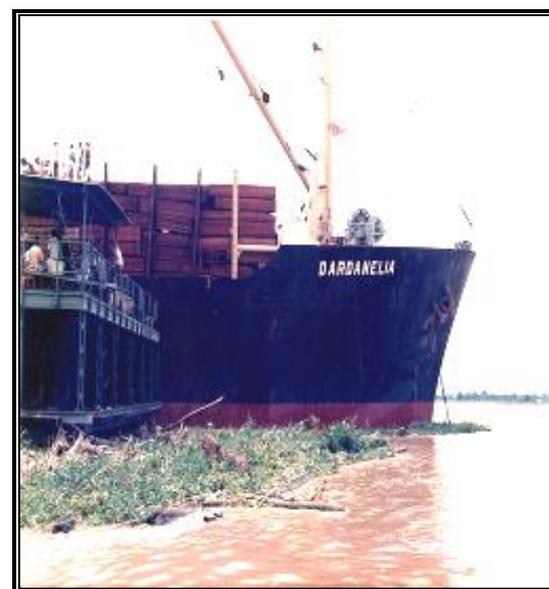


Figura 11: Navio com madeira para exportação  
Fonte: Enéas Gonçalves, 2010

<sup>11</sup> A Lei nº. 045, de 16 agosto 1984, autorizou o Poder Executivo municipal a criar, no Orçamento Geral do Município um crédito adicional no valor de CR\$ 45.000,000 (Quarenta e cinco milhões de cruzeiros) para a construção de uma estrada de acesso ao Pólo Madeireiro (Gestão do Prefeito Mamoud Amed Filho – também da ARENA)

<sup>12</sup> A Lei nº. 3, de 06 de janeiro de 1984, autorizou o Poder Executivo Municipal, a criar no Orçamento Geral do Município o valor de CR\$ 7.000,00 (Sete milhões de cruzeiros) para efeito de cobertura das despesas de pavimentação asfáltica da estrada que dá acesso ao Pólo Madeireiro (Gestão do Prefeito Mamoud Amed Filho – da citada ARENA).

Segundo relato de A. M.<sup>13</sup>, “[...] em Itacoatiara, há tempos, existia muitas serrarias de pequenos e médios portes abastecidas por matéria-prima oriunda das florestas de várzeas, localizadas ao longo dos rios Purus, Juruá, Solimões, Madeira, Urubu e Uatumã. Matéria-prima que passou a atender as grandes madeireiras. A exploração de madeira de terra firme ficou concentrada no entorno da sede do município, tendo como maior exploradora a Precious Woord Amazon - Mil Madeireiras, a primeira a possuir um Plano de Manejo Florestal Sustentável.

Por isso, os madeireiros, “caçadores de oportunidades”, a partir da abertura econômica implantada no Estado do Amazonas; por meio da criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), e devido ao crescente número de intermediários para a compra de madeira e terrenos para implantação das madeireiras, encontraram em Itacoatiara o local ideal para suas atividades, pelas facilidades já mencionadas, transformando a cidade em Pólo beneficiador e exportador de madeira.

Sem dúvida que o processo de produção (industrialização de madeira), transformou a economia da cidade e a vida dos itacoatiarenses, que passaram a se deparar com outras realidades: o êxodo rural e o fluxo migratório de municípios vizinhos e de outros Estados, atraídos pela oferta de emprego nas madeireiras, o que influenciou o espraiamento da cidade de Itacoatiara, com o surgimento de vários bairros que se constituíram na periferia da cidade.

Sobre as migrações, Noronha (1998, p.118-119) salienta:

As migrações contribuíram bastante para elevar a taxa de crescimento através da vinda de pessoas de outros estados, regiões e até de países próximos [...], a industrialização causadora desse processo vem concorrendo para que o homem do interior (meio rural) se desloque em direção a cidade (meio urbano), levado pelo desenvolvimento da indústria, comércio e serviços que ocorre na zona urbana.

Concordar-se com o autor, já que em Itacoatiara foi significativo esse processo migratório, no entanto, vale ressaltar que a implantação das madeireiras foi e continua a ser relevante para a economia local, por gerar emprego e renda. Entretanto, contribuiu para a formação de uma moradia populacional desestruturada, fazendo com que as pessoas que vinham principalmente das

---

<sup>13</sup> A. M. é empresário do ramo madeireiro, sua empresa foi uma das primeiras a serem implantadas no município (entrevista em janeiro de 2011).

zonas rurais instalassem-se em palafitas próximas de igarapés, que aos poucos foram poluídos e descaracterizados, pelo acúmulo de lixo, a exemplo do Bairro da Prainha e do Jauari.

Atualmente a degradação ambiental é notória, inclusive ocasionada pelas madeireiras na sua implantação e no decorrer de suas atividades de serragem e exploração dos recursos florestais, pois além da degradação de igarapés, grandes áreas de florestas são desmatadas, sem que haja o remanejamento florestal.

O município de Itacoatiara é visto como “Pólo Madeireiro”, a partir do momento que grandes empresas deste setor se instalaram em Itacoatiara, algumas delas, todavia, foram beneficiadas mais diretamente com incentivos do município, objetivando a geração de emprego e renda. Entre elas podemos citar: a Atlantic Veneer do Brasil e a Gethal, as únicas instaladas na zona urbana, nas terras do senhor Moises Israel, grande latifundiário da cidade; as demais foram se implantando nas margens da Rodovia AM-010, em terras particulares. As empresas que compunham e ainda compõem o Pólo madeireiro são:

1. Atlantic Veneer do Brasil, empresa com capital americano, que se instalou em Itacoatiara em 1975<sup>14</sup> (Figura 12), tinha como gerente o senhor Admar Pawloski. Os donos da empresa, um grupo americano, compraram um terreno na margem esquerda do Rio Amazonas, no bairro do Jauari, onde foi instalada uma fábrica de laminado e construído moradias para os funcionários. A procura por Itacoatiara estava ligada principalmente ao fato de a cidade oferecer infraestrutura para realização de grandes projetos (porto de grande calado, hidrovias, estrada, aeroporto, matéria prima abundante, mão-de-obra barata, serviços bancários e outros). Para essa empresa, que já estava em atividade, foi doado em 1981, um terreno, pertencente ao patrimônio do município, situado na zona cinco (leste) da planta da cidade, pelo prefeito Chibly Calil Abraham, da Aliança de Renovação Nacional (ARENA), para ser construído um conjunto residencial destinado aos funcionários da empresa e, inclusive, para a ampliação do parque fabril, com área de 233.661m<sup>2</sup>. Ainda foi aberta e pavimentada, pelo Poder Público municipal

---

<sup>14</sup> Na década de 1980, mudou a nomenclatura para Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais S/A. Com a crise econômica brasileira na década de 90, por causa dos vários planos econômicos que se sucederam, bem como pelas leis ambientais severas que surgiram com a Constituição de 1988, ocorreu a venda da empresa Carolina indústria e Comércio de Madeiras Tropicais S/A, para a Mil Madeireira que se mantém atualmente como uma das maiores empresas no ramo madeireiro em Itacoatiara.

(Prefeito Mamoud Amed Filho, da ARENA), uma estrada de acesso ao Polo madeireiro.

No terreno doado pelo Prefeito Chibly Abraham, foi construído um conjunto habitacional com aproximadamente 100 casas de madeira com sala, quarto e cozinha, e, mais 10 em alvenaria, no bairro de São Cristóvão. Essa área era pouco habitada e ficava não muito distante da empresa. O número de casas construídas não foi suficiente para atender a demanda dos funcionários da fábrica, e os que não tinham o privilégio de morar em uma dessas unidades viviam de aluguel ou compravam suas próprias casas. Com o fechamento da empresa no início de 1990 (comprada pela Madeireira Itacoatiara Ltda. MIL (*Precious Woods*), as casas construídas no bairro São Cristóvão foram repassadas para os funcionários que moravam no local, como forma de indenização.



Figura 12: Madeireira Carolina -1987  
Fonte: Enéas Gonçalves, 2010

2. A Madeireira Itacoatiara Ltda. (MIL) (*Precious Woods*), criada em 1976, de capital suíço. De acordo com os dados fornecidos pela empresa, a mesma detém uma área de 80.571 hectares de floresta que foi adquirida de proprietários particulares no município de Itacoatiara. Essa área é recortada pelas estradas AM-363 e AM-010. Sendo a empresa do setor na Amazônia que tem um Plano de Manejo Sustentável. Seus lucros advêm da exportação para o Mercado Comum Europeu, gerando

atualmente, em média 800 empregos. Vale ressaltar que os cargos de alto escalão são assumidos por profissionais de países europeus ou das regiões Sul e Sudeste do País. Os cargos de corte de árvores e serragem são preenchidos por pessoas que moram próximas da empresa ou na cidade, muitos semi-analfabetos. Para os que moram na cidade, é disponibilizado transporte coletivo diariamente. Essa empresa incorporou a empresa Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais S/A.

3. A Gethal Amazonas S/A, empresa de capital panamenho, criada em 1980, (Figura 13 adiante), tinha como um dos proprietários o senhor Ernesto Talheilmer, instalada também na margem direita do Rio Amazonas, no bairro do Jauari, detinha o maior projeto de reflorestamento do Estado do Amazonas, com plantios de mais de 100.000 mudas/ano, oriundas do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFs), desenvolvido no município de Manicoré, em área explorada de 19.800 hectares.

A empresa empregava 623 funcionários, e, como a Atlantic Veneer, construiu casas para seus funcionários, nas próprias imediações da empresa, visto que a maioria vinha de fora do município. Os empregados do médio escalão viviam em casas construídas próximas a empresa. Essas casas se diferenciavam conforme o cargo exercido, algumas eram de alvenaria, outras de madeira. Para os de alto escalão eram alugadas ou compradas casas nos melhores locais da cidade, geralmente no centro e seu entorno, para os trabalhadores do chão de fábrica só restava o aluguel ou morar nos bairros mais distantes, ou nas áreas de fruto de invasões. A compra de casas pela empresa, fez com que muitas famílias vendessem suas residências próximas ao centro e fosse morar em locais mais afastados, (bairros de Santo Antônio, São Cristóvão, Tiradentes e outros), essa ação também fez aumentar o preço dos imóveis e dos terrenos nos melhores locais da cidade.

Vale ressaltar que essa empresa no final da década de 1990, não se adequou ao novo contexto político-econômico do Brasil: abertura política, vários planos econômicos e severas leis ambientais, a partir da Constituição de 1988. Esses fatos foram fatores preponderantes para o fechamento da referida empresa, ocasionando o desemprego de mais de 600 trabalhadores. As casas que ficavam fora do terreno da empresa foram vendidas ou negociadas com os

funcionários no ato da indenização, o que restou da instalação (Patrimônio) da empresa foi colocado à venda.



Figura 13: Madeireira Gethal - 1986  
Fonte: Enéas Gonçalves, 2010

4. A Braspor Madeiras Ltda. foi criada em 1995, na estrada AM 010, (Itacoatiara-Manaus) em terreno de propriedade particular, seus proprietários eram portugueses, o responsável pela empresa em Itacoatiara era o senhor Abilio Castro Mesquita. A empresa gerava em média de 145 a 200 empregos, no entanto, a mesma não resistiu à crise econômica fechando no início do ano 2000.
5. A MW Florestal Ltda., criada em 1996, na AM 010, em terreno de propriedade particular, com capital sueco. Atualmente a empresa esta sendo gerenciada por Alexander Hofer, funcionando com mais de 100 empregados.

A implantação dessas empresas, com forte capital estrangeiro no país, atuando como verticalidades hegemônicas, como diria Santos (2001)<sup>15</sup>, ocasionou significativas alterações no espaço da cidade com o aumento da população, principalmente vinda da zona rural (que já tinha e tem uma tendência de procurar a cidade por causa das enchentes do Rio Amazonas e pela escassez dos recursos agroextrativistas), e de outros municípios vizinhos que chegavam em busca de trabalho nas referidas madeireiras.

<sup>15</sup> SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p.105-112.

O crescimento da cidade foi significativo: década a década (1970-1980). A população urbana de Itacoatiara superou a população rural em 1980, no auge das madeireiras, foi nesse período que Itacoatiara, teve ampliado seu espaço urbano.

No entanto, o auge das madeireiras ao mesmo tempo em que se constituiu como um momento de crescimento econômico e populacional representou no que tange à riqueza, a concentração nas mãos de alguns comerciantes, autoridades e dos próprios donos das madeireiras. A afirmação de Loureiro (2009, p. 94) explica bem essa realidade ao dizer que:

A exploração de madeira, nos moldes em que ela se processa na região, não possibilita a participação dos pequenos produtores na renda gerada, nem mesmo quando estes vendem madeira dos seus lotes para madeireiras, a fim de obter algum dinheiro líquido. Isto porque as principais atividades produtivas da Amazônia, em termo de renda, e que são objeto de políticas públicas de estímulo a produção, geram apenas renda individual ou altamente concentrada (...) a renda gerada não é socializada. Os problemas são socializados, não os ganhos.

Então, é desta forma que foi e é processada a exploração da madeira em Itacoatiara: com mínima participação dos pequenos produtores e dos trabalhadores das indústrias madeireiras (chão de fábrica) nos lucros, que não lhes possibilita renda suficiente para conseguirem morar nos espaços melhores da cidade. Por isso, a população de baixa renda vai sendo obrigada a se afastar cada vez mais do espaço central e seu entorno, para as áreas mais distantes, o que se configura nos dizeres de Oliveira (2005), quando afirma que a procura por moradia provocada pelo dinamismo econômico e crescimento demográfico refletiu-se de imediato nas invasões dos igarapés de Paramirin e Osório, por pessoas de baixa renda.

Assim, os igarapés localizados nas zonas leste e sul desapareceram por completo ou tornaram-se apenas áreas alagadiças. Além disso, houve o aumento de bairros periféricos como: Santo Antonio, São Cristóvão, Jardim Amanda e Tiradentes; loteamentos no Jauari; a construção do Conjunto Habitacional Novo Horizonte, em 1987 e do Conjunto Habitacional Mutirão em 1988; além da aceleração e expansão dos Bairros Iraci e Prainha. O primeiro perdeu as características ainda rurais, dando lugar a uma área de expansão da cidade com maior infraestrutura urbana, tornando-se um Bairro habitado na sua maioria por

grupos sociais com melhor poder aquisitivo. Enquanto o segundo foi sendo habitado mais ainda, pela classe trabalhadora de baixa renda, cujos salários só lhes proporcionavam ocupar lugares insalubres por meio de invasão.

A geração de divisas ao município trazidas pelas madeireiras tem proporcionado ao Poder Público municipal o investimento em infraestrutura urbana (pavimentação de ruas, construção de escolas, praças, ampliação do hospital municipal e outros serviços) que geralmente, concentra-se nas áreas centrais e seu entorno, cabendo aos bairros mais afastados o abandono.

Portanto, é possível afirmar que as madeireiras não só impulsionaram a atração migratória como também alavancaram a expansão da cidade em todas as direções (Figuras 14 e 15). As plantas da cidade demonstram a evolução do crescimento urbano nas décadas de 1980-1990, que se amplia ainda mais, com a implantação do Porto Graneleiro/Hermasa, no final da década de 1990, proporcionando um adensamento espacial que se caracterizou ainda mais pela divisão do espaço urbano entre os vários grupos sociais.



Figura 14: Planta da cidade com nove bairros, 1980  
Fonte: Secretaria de infraestrutura

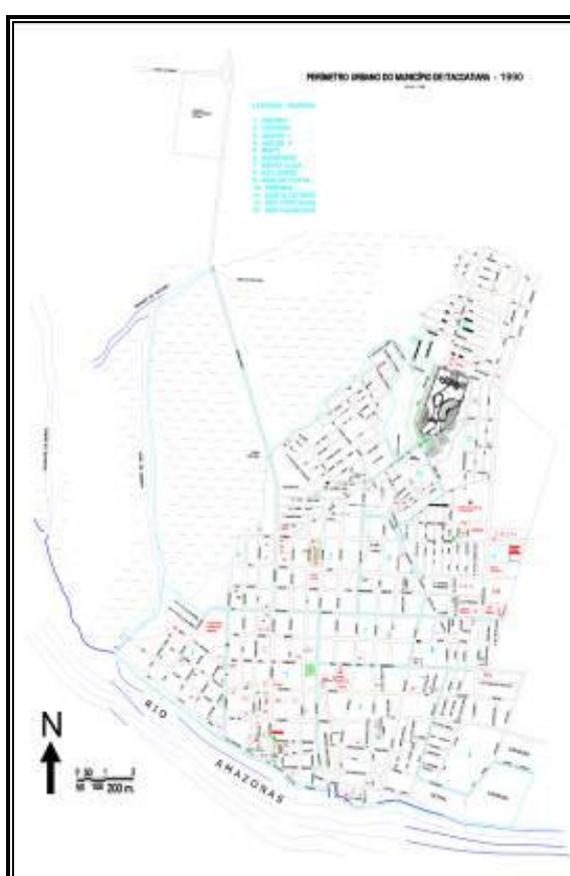


Figura 15: Planta da cidade com treze bairros, 1990  
Fonte: Secretaria de Infraestrutura

### 1.3.4 Projeto Hermasa: terminal portuário privativo misto de transporte de grãos de Itacoatiara

A implantação do Porto Graneleiro, na década de 1990, dará novos contornos à expansão urbana de Itacoatiara. A posição que Itacoatiara ocupa na foz do Rio Madeira e o perímetro do médio Amazonas pode ser compreendido como motivo da escolha da cidade para ser à base do Terminal Graneleiro (Figura 16), pois o município é um dos principais nós da Hidrovia Madeira/Amazonas.

Estudos realizados pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, afirmam que o Porto de Itacoatiara, pela profundidade, é propício para receber navios de grande porte o ano todo, além da cidade possuir uma situação geográfica privilegiada, pela facilidade do escoamento da produção de soja para os Estados Unidos e por apresentar significativas reduções de distâncias e custos para a África, Ásia e Europa.



Figura 16: Terminal de Grãos - Hermasa  
Fonte: Enéas Gonçalves, 2010

Desse modo, constata-se que a facilidade local é melhor do que a apresentada pela região Centro-Sul, justificando-se a escolha do município de Itacoatiara para receber investimentos no transporte, comercialização e

armazenamento de grãos, colocando-a como um entreposto de soja. Assim sendo, o objetivo do empreendimento da Hermasa S/A foi a implantação de um sistema integrado de cereais que permitisse a redução dos custos de frete e despesas portuárias, criando alternativa para o escoamento da soja da região Centro-Oeste (Mato Grosso) pela Hidrovia do Rio Madeira, criando um corredor agroexportador.

Segundo Oliveira (2005), os recursos para a viabilização da Hidrovia Madeira-Amazonas (HMA) foram possíveis, quando o Governo Federal aplicou os recursos consignados no Plano Plurianual de Metas, para promover o balizamento visual por satélite, sobretudo nas áreas consideradas críticas para a navegação no Madeira, o que significou a redução das apólices de seguro do transporte e o valor final no preço do frete. A soja, que era exportada pelo porto de Paranaguá-PR ou Santos-SP, tomaria o caminho da Hidrovia Madeira-Amazonas (HMA), encurtando distância e economizando custos.

Ainda Oliveira (2005), no que se refere à integralização dos investimentos, diz que o custo inicial da implantação do Terminal Portuário Privativo Misto Itacoatiara (TPPMI) e da Hidrovia Madeira Amazonas(HMA), foi orçado em R\$ 87 milhões de reais ficando distribuídos entre o Banco Mundial, o Governo Federal, os Estados do Amazonas e Rondônia, e o Grupo André Maggi (GAM), no período compreendido entre 1995 e 2000. Com a implantação do Porto Graneleiro e da Hidrovia, houve redução do chamado Custo-Brasil. Por exemplo, a tonelada que era exportada por Santos-SP ou Paranaguá-PR, que teria o preço final de U\$ 110 por tonelada para chegar à Europa, chegaria ao mesmo destino pela HMA, ao custo reduzido de U\$ 75 por tonelada.

Assim, em 1995, formou-se uma associação entre o Governo do Estado do Amazonas e o Grupo Mato-Grossense André Maggi (GAM), cuja parceria teve financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), SUDAM, SUFRAMA e Banco Mundial, para implementação do Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara (TPPMI), sendo que o mesmo tem a logística de transporte, desde o início, sob a responsabilidade da empresa Hermasa Navegação da Amazônia S/A, de capital misto, também com participação acionária do Governo do Estado do Amazonas e do Grupo André Maggi (GAM). Ao Município de Itacoatiara, coube a isenção de Imposto Sobre

Serviço (ISS), por cinco anos, conforme a Lei de nº 41, de 8 de dezembro de 1997, e o recebimento de impostos.

A Hermasa S/A, empresa do Grupo Maggi, propiciou para a cidade de Itacoatiara uma nova alternativa no que tange ao emprego e renda, em meio à crise que se abateu sobre as madeireiras Gethal e Braspor que enceraram suas atividades. Quanto ao número de empregos, a empresa divulgava aproximadamente 500 empregos diretos a cada 50.000 hectares plantados; além de remuneração acima de três salários mínimos, bem como, redução da dependência de serviços sociais e maior arrecadação de impostos para a cidade de Itacoatiara. Esses novos investimentos significaram a estruturação de outros empreendimentos que vieram se somar à estrutura produtiva do Terminal Graneleiro.

Entre os outros empreendimentos que foram implantados no bojo do Terminal Portuário Privativo Misto de Transporte de Grãos Itacoatiara, estão: o Estaleiro Naval; a usina de extração e beneficiamento de óleo de soja; a Escola de Capacitação de Fuzileiros Navais; a Fundação André Maggi, a fábrica de leite de soja (vaca mecânica), entre outros. Do ponto de vista do emprego e renda, o crescimento das atividades econômicas do terminal graneleiro até 2010, possibilitou ao Grupo André Maggi (GAM) aumentar de 1.744 para 2.500 o número de empregados, com crescimento de 20%. Das empresas que compõem a *holding* do Grupo André Maggi, a Hermasa Navegação da Amazônia S/A é a que concentra o maior quadro de trabalhadores, com um efetivo de 780 pessoas no quadro funcional. Destes, cerca de 95%, residem em Itacoatiara e na região circunvizinha.

Contudo, a Hermasa S/A em Itacoatiara, oferece uma base salarial para início de carreira aos trabalhadores não-administrativos de R\$ 900,00. Além disso, o grupo André Maggi, gera ao município, segundo informação do Diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura Municipal, Ademar Marques, por meio de pagamento de Imposto Sobre Serviço (ISS), uma importância aproximada de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) mensais.

Todavia, apesar de o empreendimento gerar cifras em impostos ao município, os investimentos em saneamento básico e habitação não chegaram aos bairros mais empobrecidos. O Bairro da Prainha localizado na zona norte, é

um exemplo, continua com os mesmos caminhos de terra da época de sua ocupação nos idos final anos de 1960-1970.

As constatações da inexistência de políticas habitacionais decorrem de constantes invasões que ocorreram nas últimas décadas, que fizeram surgir cinco Bairros: Mamoud Amed, Nogueira Junior, Eduardo Braga I e II e Bairro da Paz, na zona leste da cidade. Vale frisar que estes empreendimentos fizeram surgir ainda novos loteamentos, como o Jardim Lorena e Jardim Adriana além de impulsionar os loteamentos na área do Bairro Iraci e o aumento das autoconstruções no Bairro da Prainha, localizados na zona norte.

Entende-se que a urbanização da cidade de Itacoatiara costuma estar atrelada a interesses políticos e econômicos desde a sua fundação, devido a sua localização servir como ponto estratégico de embarque e desembarque de produtos da floresta, ou seja, a cidade atualmente continua funcionando como um entreposto na região do Médio Amazonas, de embarque e desembarque de soja do Projeto Hermasa, e de madeiras das empresas madeireiras que continuam em atividades, a Mil Madeireiras, por exemplo, além do favorecimento de mão-de-obra barata.

O Estado, o Município e os empresários, por intermédio de impostos, vêm aumentando o seu patrimônio, pois são os únicos que têm se beneficiado dessa condição, principalmente o setor madeireiro, sem se preocuparem com a melhoria das condições de vida da população como um todo, já que os investimentos em infraestrutura urbana e os bens e serviços produzidos (saneamento básico, sistema de esgoto) são precários e em alguns Bairros, como a Prainha, inexistentes.

É bom se reafirmar que o município de Itacoatiara, segundo dados do IBGE (2010), concentra o terceiro Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Amazonas, perdendo apenas para a capital Manaus (por causa do pólo industrial) e Coari (pela exploração de gás). Em 2008, o valor chegou a R\$ 822.215 milhões, mas os impostos, pelo que se observa na cidade, não estão retornando para a população pobre.

Outrossim, as políticas públicas privilegiam a infraestrutura do centro da cidade e seu entorno, onde se localizam as pessoas com maior poder aquisitivo, enquanto que os bairros periféricos estão largados, inexistindo um

comprometimento do Poder Público municipal, em traçar políticas sociais capazes de garantir melhor atendimento na saúde e no transporte coletivo inexistente na cidade. O sistema de esgoto, energia elétrica (em constante racionamento) é um problema sério que ainda não se apresenta solução; quanto a projetos de habitação para as pessoas de baixa renda representa outro sonho que dificilmente poderá tornar-se realidade para os grupos desprivilegiados da cidade.

Pensa-se que esses dados são relevantes para a compreensão do processo que desencadeou o crescimento da cidade de Itacoatiara e se refletem no adensamento populacional dos Bairros Iraci e Prainha, contribuindo para as precariedades de infraestrutura urbana e habitacional, principalmente neste último, pois foram os referidos agentes e fatores, Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, Madeireira e Terminal Portuário Privativo Misto de Transporte de Grãos Itacoatiara-Hermasa, os principais vetores econômicos do fluxo migratório da zona rural, de municípios vizinhos e de todas as regiões do País para a cidade.

A dinâmica econômica que a cidade passou a usufruir, a partir das décadas de 1960-2010 (Zona Franca de Manaus, Madeireiras e Projeto Hermasa), como meio de promoção de desenvolvimento local, reflete a importância que esses agentes tiveram e ainda tem para a consolidação econômica e espacial da cidade. O adensamento populacional (Tabela 2) é aumentado década a década.

Ano	Total	Urbana	%	Rural	%
1960	25.627	8.934	34,9	16.693	65,1
1970	37.346	15.935	42,7	21.411	57,3
1980	52. 888	26.996	51,0	25.892	49,0
1991	58.757	37.380	63,6	21.377	36,4
2000	72.105	46.465	64,0	25.640	36,0
2010	86.840	57.424	66,1	29.416	33,9

Tabela 2: Quadro populacional de Itacoatiara-AM  
Fonte: IBGE. *Censo Demográfico de 1960-2010*.

Considerando a tabela acima, pode se verificar uma significativa diminuição da população rural, a partir de 1980, sendo que esse fato se torna cada vez mais evidente na última década. Essa diminuição da população rural foi manchete do Jornal *A Crítica* de 27 de abril 2011, “*Oposição culpa governo pelo êxodo rural no Amazonas*”. Nos últimos quinze anos entre (1995- 2010), segundo o Jornal *A*

*Crítica*, o Governo do Amazonas, nas gestões dos ex-governadores Amazonino Mendes (PTB) e Eduardo Braga (PMDB), implementaram dois programas de desenvolvimento do interior: o *Terceiro Ciclo* e o *Zona Franca Verde*.

O Terceiro Ciclo criado em 1995, pelo governador Amazonino Mendes, tinha como objetivo gerar riqueza no interior do Amazonas, com o desenvolvimento do setor primário, muitos milhões foram gastos em implementos agrícolas como: motoserras, motores rabetas, fornos de farinhas que eram distribuídos principalmente em época de eleição.

Em 2003, na gestão do governador Eduardo Braga, foi criado o programa Zona Franca Verde (ZFV), com uma proposta de desenvolvimento do interior atrelada as questões ambientais, o então governador, implementou o “*Bolsa Floresta*” e continuou distribuindo implementos agrícolas, implantou a Agência de Desenvolvimento Sustentável e a de Meio Ambiente. Mas pelo visto, esses programas não foram capazes de assegurar o tão propagado desenvolvimento no interior, que se propunha a manter a população rural em seu local de origem.

É válido salientar a opinião do Deputado Marcelo Ramos (PSB), em entrevista ao repórter Aristide Furtado, do Jornal A CRÍTICA do dia 27 de abril 2011. Afirma o deputado que: “[...] o encolhimento da população rural mostra o fracasso da política de Governo para o setor primário”. Segundo ele, “Experiências como o “Terceiro Ciclo” e a “Zona Franca Verde”, que consumiram milhões do contribuinte, existem muito mais no campo da propaganda eleitoral do que como ação concreta. A consequência social de tudo isso é que as sedes dos municípios, que já têm dificuldades com serviços básicos, com a migração da zona rural concentram ainda mais miséria”. Sendo que 48 municípios perderam população rural, Itacoatiara está entre eles, como visto na tabela supracitada.

Na cidade de Itacoatiara podem-se identificar as ações de vários agentes produtores do espaço, que segundo Corrêa (2002, p.12) são: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos.

As ações desses agentes sociais, que fazem e refazem a cidade, entre 1960 a 2010, foram as mais diversas, produzindo mudanças na paisagem

citadina, dando origem a mais de quinze bairros<sup>16</sup> e ao mais recente conjunto residencial denominado “Cidadão”, em 2008.

Contudo, os Governos do Estado do Amazonas tiveram também um papel fundamental no adensamento espacial da cidade de Itacoatiara, foram eles os responsáveis indiretos pelo fluxo migratório, visto que as políticas públicas para a zona rural não atenderam às necessidades da população, ocasionando a saída dos ribeirinhos do seu local de origem, o que resultou num intenso processo de expansão urbana, pelos grupos sociais excluídos que lutam pela sua sobrevivência, através de associações, de sindicatos, em busca de um pedaço de chão digno, que na maioria das vezes, concentram-se em áreas degradadas com nenhuma infraestrutura urbana, como é o caso das pessoas que moram no Bairro da Prainha e parte do Iraci.

Para Carlos (2009, p.26), no espaço urbano, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação no espaço residencial e pelo direito à cidade.

Neste contexto, é pertinente a afirmação de Corrêa (2002, p. 11) ao dizer que a complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinada área da cidade.

Diante do exposto, pode-se afirmar que em Itacoatiara a pressão demográfica pelos vários grupos sociais, Estado, proprietários fundiários, trabalhadores e os grupos sociais excluídos (desempregados sem habitação digna), foi bastante intensa, ocasionando ainda mais a fragmentação do solo urbano, sendo que o vetor principal seguiu em direção norte (Figura 17 adiante), para onde foram construídos os primeiros conjuntos residenciais situados no Bairro Iraci, e as inúmeras autoconstruções no Bairro da Prainha, uma das áreas mais procuradas para o uso residencial, pelos grupos sociais excluídos, migrantes da zona rural de baixa renda ou sem nenhuma renda, pois nessa área o valor do

---

<sup>16</sup> Atualmente Itacoatiara possui 24 bairros, distribuídos em quatro zonas (planta da cidade 2010).

solo é muito reduzido, ou seja, aos que possuem baixos salários ou nenhum, não lhes é permitido residir nas áreas mais valorizadas da cidade, perpetuando a segregação entre os grupos sociais e a continuidade da inexistência de projetos de infraestrutura para os bairros onde residem pessoas de baixa renda

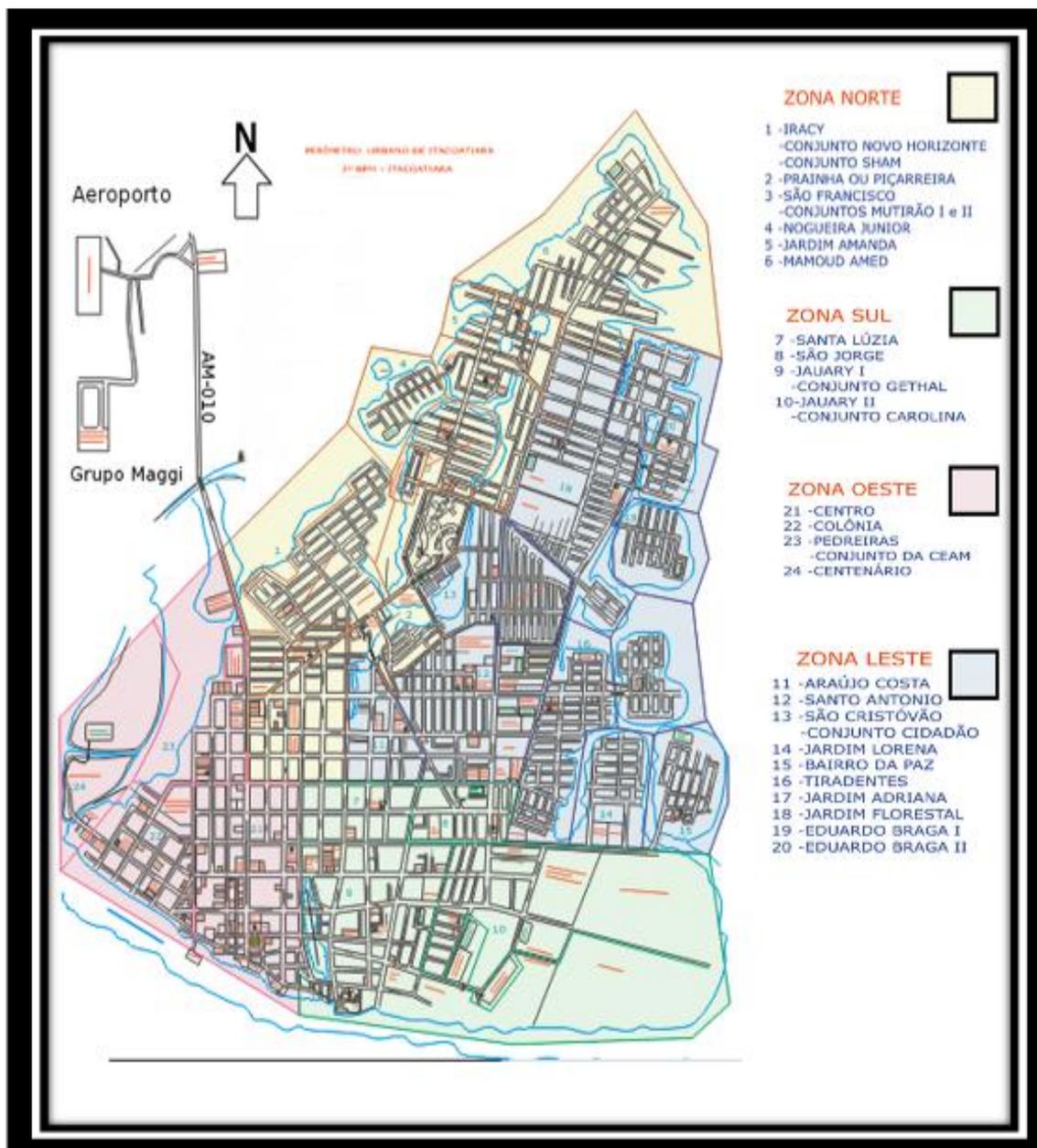


Figura 17: Zonas e bairros de Itacoatiara atual - 2010

Fonte: 2º Batalhão de Polícia Militar do Amazonas (BPM). Itacoatiara-AM, 2009

É importante enfatizar que a urbanização que ora se apresenta em Itacoatiara, faz parte do papel desempenhado por cada fator e agente (Enchentes associadas à decadência das atividades tradicionais na vida dos ribeirinhos, Zona Franca de Manaus-SUFRAMA, Madeireiras e Projeto Hermasa: Porto Graneleiro, Poder Público), grandes responsáveis pelas intensas mudanças no aumento populacional e na modificação da cidade, fazendo com que Itacoatiara fosse se tornando de “cidade da floresta” em “cidade na floresta” pelo seu relacionamento com novas realidades, diz Saint-Clair (2010, p. 117) que:

A forma de articulação e de interação das “cidades na floresta” se dá, em grande parte, muito mais com outras realidades fora da região do que propriamente com a realidade interna. Tratam-se, em sua maioria, de cidades que se tornaram bases logísticas para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional.

Assim, com o aumento das relações sociais e econômicas, pela incorporação de grandes projetos capitalistas, nacionais e internacionais (madeireiras e Porto graneleiro/Hermasa), as atividades produtivas e o interesse dos donos dos meios de produção, associado ao de uma elite em formação, transformaram Itacoatiara, em “cidade na Floresta”. Por tudo isso, o intenso processo de expansão da cidade, modificou a fisionomia do Bairro Iraci, e aumentou a ocupação do Bairro da Prainha, uma vez que os Bairros têm a sua produção e reprodução intrinsecamente ligadas ao crescimento da cidade, como veremos.

## CAPITULO 2

### CARACTERIZAÇÃO E PRODUÇÃO DOS BAIRROS DE IRACI E PRAINHA

#### 2.1. O Bairro Iraci

O Bairro Iraci está localizado na entrada da cidade de Itacoatiara, faz parte da zona norte, foi constituído sob o Decreto Lei nº. 53 de 24 de novembro de 1957, com o nome de Getúlio Vargas, na administração de Raimundo Pereles (PSD). O Bairro (Figura 18), em 1993, mudou o nome para Iraci, por ter sido instituído nas terras da antiga Fazenda Iraci, de propriedade do senhor José Alves Simões. As terras foram desapropriadas pelo Poder Público para a construção de um campo de pouso de pequenas aeronaves e para alocar famílias que vinham da zona rural devido às enchentes do rio Amazonas no final da década 1950.

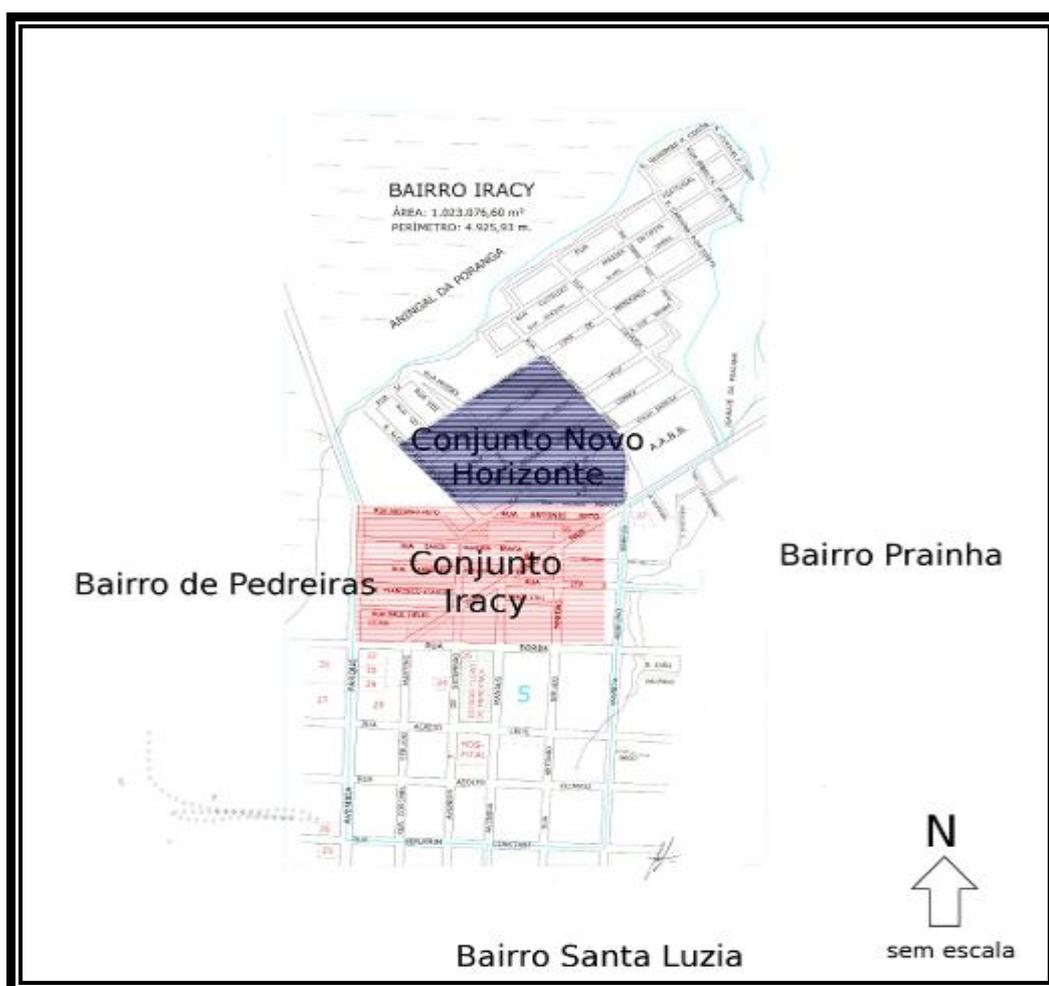


Figura 18: Mapa do Bairro de Iraci  
 Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura, 2010

Na década de 1950, quando ocorreu mais uma das grandes cheias do Rio Amazonas, os ribeirinhos que até então viviam do agroextrativismo e recebiam muitas vezes incentivos para permanecerem em seus locais de origem, foram forçados a abandonarem suas propriedades, rumo à sede do município. O Bairro Iraci pode-se dizer que foi construído por intervenção do Poder Público, com a justificativa de resolver os problemas de moradia. Afirma Spindola (2001, p.27) que os ribeirinhos com suas famílias quando chegavam do interior recebiam do prefeito terrenos e madeiras para a construção de suas casas. Essa prática se deu com maior intensidade entre os anos 1950-1970, pois, a cada enchente, novas famílias chegavam e novos loteamentos e arruamentos eram abertos pelo Poder Público, mas, o processo de ocupação do Bairro foi realizado sem nenhuma infraestrutura urbana, o consumo de água era obtido pelos moradores por intermédio de cacimbas (espécie de poço) para suprir as necessidades.

O abastecimento de água se deu somente em 1968, com a criação do Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE). Autarquia com personalidade jurídica própria, com sede e foro em Itacoatiara, criado sob o Decreto nº. 1, de 19 de janeiro de 1968, para prestar serviço de distribuição de água encanada à população da cidade, captada de poços artesianos. A distribuição de água encanada inclusive se dava de forma precária. Assim foi sendo configurado o espaço do Bairro Iraci.

No final da década de 1960, o Bairro passou por mudanças significativas na sua paisagem. As características rurais (Figura 19) mudaram com a construção do Conjunto Residencial Iraci (Figura 20). O Conjunto implantado nas terras do antigo aeroporto da extinta (COHAB-AM), atual (SUHAB), foi uma parceria entre os governos estadual e municipal, pois, segundo a Lei nº. 6, de 26 de setembro de 1967, o prefeito Aurélio Vieira dos Santos (ARENA), autorizou a doação de terras do patrimônio municipal, localizadas no Bairro Getúlio Vargas (atual Iraci), com uma área de (191.500 m<sup>2</sup>), à COHAB-AM, para a construção de 230 casas populares. Sendo que a primeira lei de doação de terras foi retificada pela Lei de nº. 16, de 11 de julho de 1969, alterando a área anterior, para 191.000m<sup>2</sup>, assinada pelo prefeito Sr. Jurandir Pereira da Costa (ARENA).



Figura 19: Bairro com aspecto rural- 1965  
Fonte: Antonio Valdinei, 2011

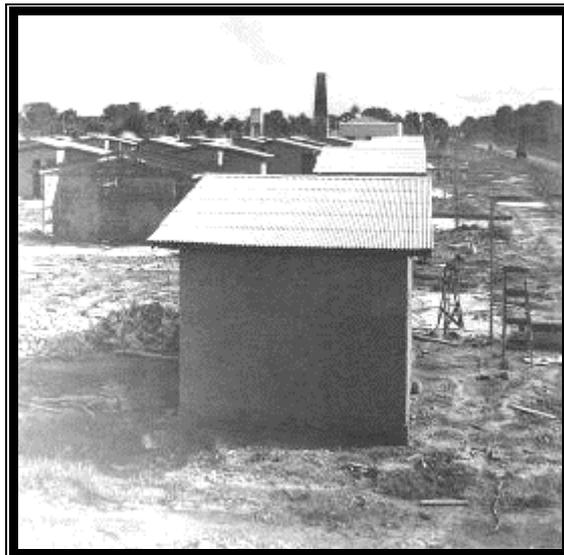


Figura 20: Construção do Residencial Iraci-1969  
Fonte: Antonio Valdinei, 2011

De acordo com o ex-prefeito, Jurandi Pereira da Costa, filiado ao antigo partido político da Aliança de Renovação Nacional (ARENA): “na cidade de Itacoatiara, as opções de emprego e renda eram poucas, a construção do conjunto residencial Iraci, foi uma forma de geração de emprego e renda e de habitação para a população da cidade, então, a contrapartida do município foi a doação de terras para a construção das casas e toda a infraestrutura necessária para funcionamento do conjunto residencial, pois era uma política do Banco Nacional de Habitação”, ou seja, o município só foi contemplado com as construções das casas pela COHAB, porque doou as terras e fez algumas benfeitorias para implantação do referido Conjunto.

O processo de construção do Conjunto residencial Iraci, teve relação direta com o dinamismo econômico pelo qual a cidade passou a ter a partir da implantação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) em 1967, e com a exploração das madeireiras que iniciavam seu trabalho no município. O Conjunto Residencial Iraci, a partir de 1969, modificou a fisionomia do Bairro que tinha características ainda rurais, com a ampliação das casas de alvenaria e com o surgimento de uma nova convivência dos antigos com os novos grupos de moradores. Esses grupos sociais eram os que tinham como pagar para morar, formados por funcionários da iniciativa privada, funcionários públicos, bancários e políticos que aos poucos foram deixando as áreas centrais para morar no referido Conjunto Residencial.

É bom ressaltar que, a precariedade da água encanada para população do Bairro e adjacências, foi sanada com a escavação de dois poços artesianos, conforme Decreto nº. 085 de 13 de julho de 1984, assinado na gestão do ex-prefeito Mamoud Amed Filho (ARENA). A abertura dos poços artesianos visava a ampliação da rede de abastecimento de água da cidade que não vinha atendendo a demanda, se constituindo em sérios problemas para a população. Foi com essa estratégia que o Poder Público negociou e desapropriou 9.500 m<sup>2</sup> de terra dos herdeiros de José Alves Simões, dono da Fazenda Iraci, para a construção dos referidos poços, como consta no texto do Decreto 085 de 13 de julho de 1984.

Com o aumento populacional da cidade, que passou de 15.935 habitantes em 1970, para uma população aproximada de 26.996, em 1980, no auge da economia gerada pelas madeireiras, modificam-se ainda mais a estrutura espacial do Bairro Iraci (que se espraiava com as construções das casas comuns e vários estabelecimentos comerciais), visto que essa dinâmica impôs a construção de um novo conjunto residencial. Em 1985, o prefeito Sr. Mamoud Amed Filho, assinou um convênio com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas (IPASEA), com a mesma concepção de construção do Conjunto Residencial Iraci, a de gerar emprego e renda, bem como habitação para os servidores públicos estaduais e municipais.

Assim, sob a Lei nº. 20, de 22 de agosto de 1985, como contrapartida do município, foi doada ao IPASEA, uma área de terras, medindo 180.473,70 m<sup>2</sup> para a construção de 200 casas, o referido conjunto residencial foi concluído em 1987 com o nome de Novo Horizonte. A concessão de terras significa a transferência do bem público para o privado, pois afirma Oliveira (1999, p. 70) que:

A concessão de lotes urbanos não tem apenas uma dimensão local de garantir a manutenção do poder político para determinados grupos, possibilita também, e de maneira articulada a produção ampliada das formas espaciais de outras regiões do país, garantindo de um lado que segmentos dominantes se utilizem das ações públicas para obtenção de vantagens e para os segmentos populares como a maneira de manutenção das desigualdades, servindo apenas como paliativos, sendo, por isso uma maneira planejada de controle espacial que garante a ocupação, reprodução e expansão da cidade de acordo com as relações sociais de produção predominantes.

Neste contexto, não podemos deixar de ver o que está por trás da concessão de terras e principalmente, por trás da política de construção de conjuntos habitacionais (Residencial Iraci, Novo Horizonte, Conjunto Cidadão e Minha Casa Minha Vida) em Itacoatiara. A concessão de terras pode significar além de transferência de bem público, para o setor privado, como registrado, estratégia populista de legitimação de poder político, bem como, estratégia para restringir o acesso dos grupos sociais de baixa renda ao uso do solo em áreas com melhor poder de troca, gerando desigualdades sócioespaciais.

Em Itacoatiara, a construção de conjuntos habitacionais, representa um jogo de interesses, contraditórios que envolvem o político, o social e, principalmente, o econômico, pois o mercado imobiliário se torna dono do espaço engendrado pelo Poder Público que se torna parceiro da iniciativa privada, tornando-se muitas vezes omissos no seu papel de interventor de políticas públicas habitacionais que atendam a sociedade, principalmente a população de baixa renda.

É bom lembrar que a política habitacional do BNH, nos primeiros anos de atuação objetivava atender os grupos sociais de baixa renda. Com a implementação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), privilegiou-se a concentração de renda, além de adotar um modelo empresarial com parceria com a iniciativa privada. A água e o serviço de esgoto, antes de responsabilidade das prefeituras, foram privatizados, afastando os grupos sociais de baixa renda do direito ao uso desses serviços considerados bens públicos.

Então, a política social do BNH, perdeu seu objetivo principal, pois foi concebida uma dinâmica de atendimento a classe média, com a construção de conjuntos habitacionais, bem mais estruturados e com financiamento da casa própria em longo prazo. Essa medida marginalizou principalmente, as populações de baixa renda ou sem renda que passaram a habitar locais com infraestrutura mínima, afastados do centro da cidade.

Em Itacoatiara, o conjunto residencial Novo Horizonte beneficiou servidores públicos estaduais, municipais e funcionários da iniciativa privada. Assim o Bairro Iraci, foi crescendo em termos populacionais, os grupos sociais mais pobres passaram a dividir o espaço com os grupos sociais mais abastados que procuravam e ainda procuram o Bairro para moradia, sendo que os grupos sociais

menos favorecidos, por causa da sua condição se instalavam nas imediações da divisa com o Bairro da Prainha, nesse local ainda se observa casas em situação precária em áreas alagadiças, principalmente no período chuvoso.

A economia gerada pelo Porto Graneleiro, a partir da década de 1990, vai repercutir ainda mais no adensamento populacional do Bairro Iraci que, por possuir boa infraestrutura urbana e concentrar todos os tipos de serviços (comunicação, saúde, educação, lazer, supermercados, padarias, farmácias e outros serviços), tem despertado uma grande procura por habitações, gerando a valorização do solo urbano, principalmente onde se localizam os conjuntos habitacionais Iraci, Novo Horizonte e os novos loteamentos, dos herdeiros da Fazenda Iraci. As casas (originais) dos Conjuntos Novo Horizonte e Iraci (Figuras 21 e 22) deram lugar a casas bem construídas (Figuras 23 e 24) de empresários, bancários, comerciantes, médicos, políticos e outros que fazem parte da chamada classe média itacoatiarense.



Figura 21: Casa original do conjunto Novo Horizonte  
Fonte: David Braga, 2010



Figura 22: Casa original do Conjunto Iraci  
Fonte: David Braga, 2010



Figura 23: Mansão do conjunto Novo Horizonte  
Fonte: Dilma Braga, 2010.



Figura 24: Mansão do conjunto Iraci  
Fonte: Dilma Braga, 2010

As poucas casas construídas no início dos conjuntos habitacionais (Iraci e Novo Horizonte) vão sendo ofuscadas pelas mansões que fazem parte da nova paisagem do Bairro Iraci. Vale ressaltar que as ruas são todas pavimentadas e obedecem a um traçado em tabuleiro de xadrez, supondo um planejamento, mas não houve consideração do sistema de esgoto, visto que é comum as pessoas jogarem água servida (de uso doméstico, piscinas) diretamente nas ruas. Assim, o Bairro Iraci, foi crescendo em termos populacionais, mas sem um sistema de esgoto.

As transformações também ocorreram no que concerne ao ambiente natural, o Bairro era entrecortado por igarapés. No momento em que os primeiros loteamentos foram abertos, no final da década de 1950, a natureza foi sendo modificada com a construção dos Conjuntos Residenciais e a expansão do Bairro, igarapés foram aterrados dando origem a áreas alagadiças (aningais)<sup>17</sup>, servindo como alternativa para as famílias de baixa renda construírem suas residências, uma vez que o preço do solo nessas áreas é inferior as demais áreas do Bairro, principalmente do entorno dos conjuntos residenciais mencionados.

Por ser o Bairro Iraci um dos maiores da cidade, com uma população, segundo o (IBGE 2010), de 4.103 habitantes, são encontradas pessoas das mais

<sup>17</sup> Em tempo, aningais são espécies de vegetação que nascem nos leitos dos igarapés.

diversas profissões e locais, além daqueles moradores que originaram o Bairro (os ribeirinhos). O direcionamento de políticas habitacionais e de infraestrutura urbana (Poder Público e iniciativa privada) como: pavimentação de ruas, construção de praça, escolas, posto de saúde, estádio de futebol, hospital, clínicas particulares, dentre outros para a área, tem causado um processo de crescimento marcado por diferenças sociais, delimitando o território de grupos sociais distintos. Nos dois últimos anos, pode ser visto o início do processo de verticalização do Bairro (Figura 25).



Figura 25: A verticalização inicia no Bairro Iraci  
Fonte: Dilma Braga, 2010.

Segundo Mello (1997) o conceito de território refere-se à porção do espaço geográfico com seus atributos naturais e socialmente construídos que se define por relações sociais e políticas de um determinado grupo social. Não existe sociedade sem domínio de um território, pois a identidade sócio-cultural está ligada aos atributos do espaço (natureza, patrimônio arquitetônico e paisagem), o mesmo valendo para o espaço urbano. Desse modo, o uso diferenciado do espaço demonstra que nele os diferentes grupos sociais vão se inserindo construindo e reproduzindo um processo desigual de produção do espaço (urbano).

Assim sendo, os grupos sociais com maior poder aquisitivo, comerciantes, bancários, políticos, servidores públicos e os agentes imobiliários (em Itacoatiara, muitas vezes são os próprios donos da terra), vão interferindo e se apropriando das áreas bem localizadas, aquelas com todo um aparato de bens e serviços urbanos. No caso do Bairro Iraci, é visível a especulação imobiliária (embora em pequena escala), na última década, que tem forjado a valorização da terra. De acordo com France Paiva, Delegado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), em Itacoatiara, registro nº. 10.61F, a procura por compra de casa, no conjunto Novo Horizonte, assim como de terrenos nessa imediação, é muito grande por professores das Universidades Federal e Estadual que chegam à cidade e de pessoas de outras regiões do País, trabalhadores das madeireiras e da Hermasa.

Diz ainda France Paiva, que houve uma valorização dessa área do Bairro Iraci nos últimos cinco anos, uma casa do projeto original do conjunto Novo Horizonte, custa em torno de R\$ 30.000,00, quando a casa é reformada, o preço sobe para R\$ 70.000,00, em determinados casos chega até R\$ 100.000,00 reais. Um terreno que no início dos loteamentos se encontrava ao custo de R\$ 5.000,00 reais, atualmente é encontrado por aproximadamente R\$ 15.000,00, medindo 10 metros de frente por 25 metros de fundo. Outra situação é que os próprios donos da terra estão construindo casas (Vilas) para alugar ou mesmo vender. France enfatiza que a procura por esse local da cidade, é pela proximidade que o Bairro tem com o centro e por causa da infraestrutura urbana existente.

O Bairro Iraci é considerado de classe média para os padrões de renda de Itacoatiara, além de ser um local com pouca violência, os terrenos possuem títulos registrados em cartório, ou seja, é fácil a negociação de compra e venda de imóveis nessa área, por isso a grande procura por moradia. De recente pesquisa feita pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), em Itacoatiara, destacamos alguns serviços (Tabela 3) encontrados no Bairro Iraci, que estimulam a valorização da área.

Posto de saúde	1
Clinica particular	1
Escola	2
Igrejas	4
Consultório odontológico	2
Salão de Beleza	4
Supermercado	3
Mercadinhos	Vários
Restaurante	2
Universidade	1
Estádio de Futebol Municipal	1
Centrais Elétricas	1
Sindicato de professores	1
Estúdio fotográfico	1
Academia	1
Posto de gasolina	1
Borracharia	2
Câmara de vereadores	1
Sorveteria	2
Casa de Massagem e estética	1
Lojas de roupas	2
Conselho Regional de Corretores	1
lanchonetes	6
Rádio	1
Rede de TV	1
Papelaria	1
Oficinas mecânicas	3
Casa de materiais de construção	1
Banco de sangue	1
Farmácia	2
Loja de conveniência	1

Tabela 3: Tipos de serviços encontrados no Bairro Iraci  
Fonte: SEBRAE, 2011

Assim, para os cidadãos e cidadãs de baixa renda, só resta conseguir habitação em locais menos valorizados, muitas vezes são às margens de igarapés ou os aningais, perímetro compreendido na extensão da rua Aquilino Barros com a Benjamim Constant, próximo ao Bairro da Prainha (Figura 26). Isso fica explícito pelos padrões das casas localizadas nessas imediações, na sua maioria são de madeira ou mistas (madeira e alvenaria), que se diferenciam das casas que se espraiam pelas áreas dos Conjuntos Residenciais e pelas ruas principais do Bairro Iraci.



Figura 26: Rua Aquilino Barros, área pobre do Bairro Iraci  
Fonte: Dilma Braga, 2010

Portanto, o Bairro Iraci vê surgirem os loteamentos de alto padrão com a dinâmica econômica que atingiu a cidade. Pois, no decorrer dos últimos trinta anos o Bairro tem crescido em força política e econômica, e, conseqüente ao seu crescimento residencial, vem crescendo comercialmente. Os supermercados Helen, Pluma e Yasmin são exemplos da atual conjuntura econômica, bem como, todos os serviços que podem ser encontrados. O Bairro Iraci, mesmo sem um sistema de esgoto sanitário, continua sendo um dos mais procurados para moradia pelas pessoas com melhor poder aquisitivo.

## 2.2. O Bairro da Prainha

O Bairro da Prainha (Figura 27) localizado na zona norte é separado por uma única rua do Bairro Iraci. A ocupação teve início em 1960-1970, influenciada pelas enchentes do rio Amazonas. No local onde se originou o Bairro da Prainha existia uma área verde de castanheiras (*Bertolletia excelsa*), seringueiras (*Hevea brasiliensis*) e um igarapé, tanto que as pessoas se utilizavam do local como área de lazer, para tomar banhos, fazer passeios etc.

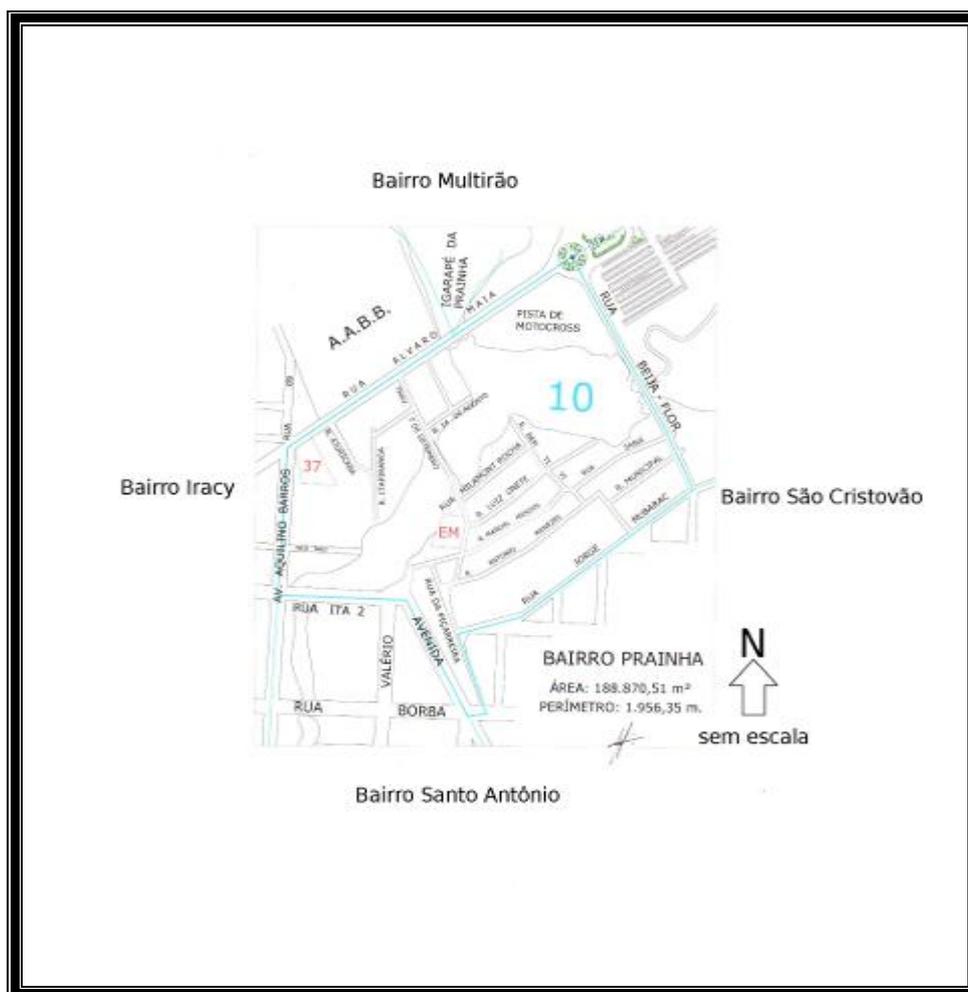


Figura 27: Mapa do Bairro da Prainha  
Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura, 2010.

O Bairro da Prainha, segundo Spíndola (2001) “nos anos de 1960, existiam “cassinos”, barracões com muita música onde as pessoas iam dançar e beber, se divertir”. Mas, toda a beleza do local foi sendo transformada com a ocupação da área.

Assim como nos bairros Iraci, Jauari e outros, os primeiros moradores a ocupar a área da Prainha foram famílias oriundas da zona rural, fugidas das cheias do Rio Amazonas. Na época da vazante, muitos retornavam para o local de origem, contudo outros permaneceram, construíram casas e passaram a ocupar definitivamente a área urbana. Foi nesse contexto que surgiu o Bairro da Prainha às margens do igarapé de mesmo nome, prainha (Figura 28). Então, a ocupação foi avançando sobre o igarapé, mas para que esta área fosse ocupada houve degradação ambiental, isso fez com que o local perdesse totalmente o aspecto original com o aterramento do igarapé.



Figura 28: Igarapé da Prainha que originou o nome do Bairro- 1960-70  
Fonte: Antonio Valdinei, 2011

Como na maioria dos bairros formados por invasão, é comum primeiro as pessoas ocuparem a área, demarcarem os terrenos, abrirem caminhos, construírem barracos, a igreja, denominarem a área e, somente alguns anos depois, é que o Poder Público urbaniza com serviços mínimos. No caso do Bairro da Prainha, a intervenção do Poder Público iniciou na administração do prefeito Chibly Abraham (ARENA) de 1977-83, pois foi ele quem alargou os caminhos que deram origem às principais ruas. Maricato (2003, p. 158) diz que:

A tolerância do Estado em relação à ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por parte das camadas populares, está longe de significar uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos. A população que se instala nessas áreas, não só compromete os recursos que são fundamentais a todos os moradores da cidade, como é o caso dos mananciais de água, mas ela se instala sem contar com qualquer serviço público ou obra de infraestrutura urbana, comprometendo a própria vida.

Nessa conjuntura, a ação do Poder Público não significou para os moradores do Bairro da Prainha um gesto de inserção dos mesmos aos bens e serviços coletivos. Pelas circunstâncias encontradas, nem água potável, um bem inseparável da vida, os moradores conseguem ter acesso com qualidade, principalmente aquelas que vivem em palafitas, construídas no que sobrou do Igarapé da Prainha que recebe todo tipo de dejetos. Isso tem acarretado ainda mais degradação do ambiente natural, com o acúmulo de lixo que se forma embaixo das palafitas (Figura 29) contribuindo para vários tipos de doenças, como verminose e, criação de insetos.



Figura 29: Palafita com acúmulo de lixo  
Fonte: Dilma Braga, 2011

Afirma A. B.<sup>18</sup>, que os primeiros moradores a ocuparem a Prainha foram: dona “Ximbica”, que construiu sua casa de palha na beira do igarapé (Figura 30); Leonardo Barata, Álvaro Botelho e José Carauari, todos vindos da zona rural. O senhor Leonardo foi quem deu início a construção da igreja católica, coberta de palha, o mesmo tinha uma imagem denominada de Santa Maria da Libertação, que veio com ele de Maturá, no Rio Madeira. Atualmente é a padroeira do Bairro. A.B, diz ainda a pavimentação das poucas ruas do local, aconteceu a partir de 1986, sendo uma promessa de campanha do candidato a Prefeito

---

<sup>18</sup> A. B, é morador do Bairro da Prainha há mais de trinta anos (entrevista em novembro de 2010).

Mamoud Amed Filho (ARENA), eleito sucessor de Chibly Abrahim (ARENA), em 15 de novembro de 1982-1989.

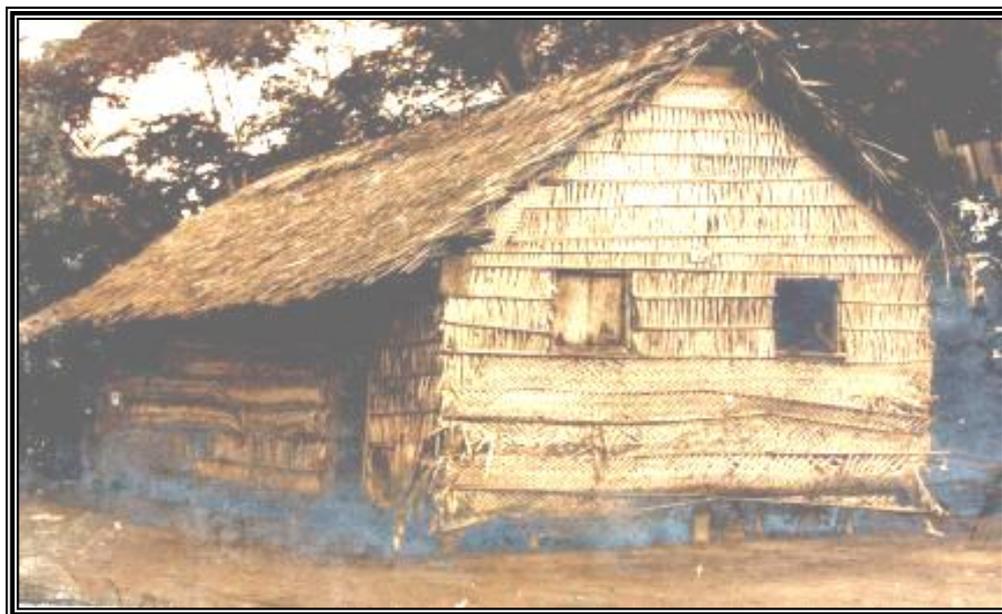


Figura 30: Casa típica das primeiras construções do Bairro da Prainha  
Fonte: Antonio Valdinei, 2011

Assim as primeiras habitações construídas refletiam e até hoje reflete a pobreza das pessoas que vinham da zona rural em busca de melhores condições de vida. A expansão e modificação espacial do referido Bairro foi se acelerando ainda mais nas décadas 1980-1990, com a vinda de diversas famílias da zona rural de outros municípios vizinhos, em busca de emprego nas madeireiras, assim como, no Porto Graneleiro/ Hermasa, sem qualquer qualificação profissional, ou escolaridade.

Entretanto, o crescimento demográfico conseqüente se fez junto à deficiência de saneamento básico, habitação digna, equipamento de saúde e educação, segurança e lazer; necessidades básicas para a qualidade de vida da população. No Bairro, vão ser encontradas casas totalmente em situação de risco (Figura 31) e caminhos tortuosos (Figura 32), indicando o total abandono de políticas de infraestrutura urbana.



Figuras 31 e 32: Ruas são pontes ou caminhos tortuosos  
Fonte: Dilma Braga, 2010.

Na sociedade urbana as desigualdades sociais são originadas por práticas e estratégias que restringem o acesso aos mais diversos e diferentes bens e serviços, principalmente a habitação; e as famílias sem recursos financeiros têm negado o direito à moradia digna, constituindo um modelo sócioespacial que se caracteriza pelas invasões em áreas insalubres. Segundo Carlos (2009, p. 24), a desigualdade que pode ser percebida “no olhar-se a paisagem” é consequência dos contrastes decorrentes do processo de produção do espaço urbano. Assim a forma como estão vivendo os residentes do Bairro de Prainha expressa às dicotomias sociais e os contrastes da atuação do Poder Público municipal, quanto ao direito à moradia e a vida (Figuras 33 e 34).



Figuras 33 e 34: Casas em situação de risco  
 Fonte: Bruno Braga, 2011

Por outro lado, a presente situação dos moradores e dos tipos de habitação do Bairro da Prainha reflete o uso diferenciado da cidade. Afirma Dias (2007, p. 24) que:

Na medida em que a cidade se expande, resta a população de menor poder aquisitivo, os espaços mais afastados e, na maioria das vezes, inadequados à moradia, enquanto lócus de reprodução do homem, como as periferias, ocupações urbanas, loteamentos clandestinos, fundos de vales, baixadas alagadas, áreas de pântanos, entre outros, ocupados pelos excluídos e despossuídos no qual é-lhe negado o direito a cidade formal.

Neste contexto, em Itacoatiara, o espaço urbano foi sendo reproduzido conforme o poder aquisitivo dos munícipes, no caso do Bairro da Prainha, se concentrou as famílias de baixa renda ou sem nenhuma renda. As casas foram sendo construídas em terra particular (família Simões), com valor de troca muito reduzido, ou sem uso, neste caso, é desinteressante para a iniciativa privada, pela incapacidade do solo se transformar em lucro, isso facilitou a ocupação do local. Santos (2008) esclarece que a evolução dos custos da construção, combinada com a dos preços dos terrenos, enquanto os salários permanecem os

mesmos, aparece como principal responsável pelo desenvolvimento das favelas. O preço da construção aumenta mais depressa que o custo de vida geral.

Em virtude dessa condição as autoconstruções tornam-se uma alternativa para as famílias de baixa renda que ocupam áreas de risco ou de preservação ambiental em Itacoatiara. A falta de infraestrutura e as condições subumanas em que vivem os moradores das invasões, mais especificamente do Bairro da Prainha, retratado nas (Figuras 35 e 36), deixam claro a falta e precariedade de políticas habitacionais, por parte da administração municipal de Itacoatiara, pois as moradias nos possibilitam entender as diversas relações existentes na cidade, que resultam na grande diferença socioespacial entre os diferentes bairros, principalmente entre os Bairros de Iraci e Prainha, por exemplo.



Figura 35: Casas em situação de risco II  
Fonte: Dilma Braga, 2011



Figura 36: Ambiente natural degradado  
Fonte: Dilma Braga, 2011

Os dois bairros, mesmo tendo surgido em épocas diferentes, Iraci em (1957) e Prainha (1970), mantém uma proximidade geográfica, como já foi dito estão separados por uma única via. Mas ao mesmo tempo em que os moradores estão próximos, a segregação socioespacial da Prainha, os tornam diferenciados, tanto que nos despertou a vontade de compreender tamanhas contradições. Então, levantamos o seguinte questionamento: Por que a efetividade de políticas de infraestrutura urbana não é direcionada nas mesmas proporções para os Bairros de Iraci e Prainha?

Vale lembrar que, no Bairro Iraci, (vizinho da Prainha), se concentra: serviços diversos, além da Câmara de Vereadores, ou seja, existem todas as condições para que os moradores se sintam cidadãos. Porém, no Bairro da Prainha<sup>19</sup>, as casas são precárias, a maioria são palafitas, os residentes, boa parte são semi-analfabetos, ou com ensino fundamental incompleto, poucos terminam o ensino médio ou chegam à universidade, a maioria sobrevive de subemprego, sem as mínimas condições dos serviços básicos de saúde, educação, segurança, transporte e saneamento básico, uma realidade presente no cotidiano desses moradores que estão excluídos do direito à cidade e à cidadania.

Por outro lado, a situação de abandono em que se encontra o Bairro da Prainha, acredita-se que não tem nada a ver com a forma como o mesmo foi constituído, mas pela falta de interesse político, pois os demais bairros originados dessa condição (invasão), inclusive os mais recentes<sup>20</sup>, já foram urbanizados. Enquanto o Bairro da Prainha, a impressão que se tem ao se olhar a paisagem, principalmente aonde iniciou o Bairro na década de 1970, é que tudo parou no tempo, os pequenos caminhos de terra batida, fazem parecer que as casas se entrelaçam, pois é comum a construção de várias casas em um mesmo terreno, ou seja, o terreno adquirido pelo pai no início da invasão foi sendo dividido entre os filhos que autoconstróem suas residências e passam a morar com a sua nova família. Essa relação de parentesco, comum nas comunidades ribeirinhas do Amazonas está muito inerente na paisagem do Bairro.

É fundamental dizer que todos os bairros que fazem limite com a Prainha (Iraci, Santo Antonio, São Cristovão e Mutirão), receberam infraestrutura urbana como: pavimentação de ruas, escolas, posto de saúde, creches, e outros serviços básicos. No entanto, no Bairro da Prainha, os serviços públicos se limitam a abertura de caminhos e construção de pontes. Mas com todos os problemas de infraestrutura urbana, os moradores se utilizem de hábitos idênticos aos dos moradores dos bairros urbanizados, por exemplo, pela inexistência de transporte coletivo, o uso de motocicletas serve como meio de transporte para aqueles que

---

<sup>19</sup> Como demonstraremos no Capítulo 4.

<sup>20</sup> Os bairros criados recentemente (2004-2006), como Nogueira Junior; Mamoud Amed, Eduardo Braga I e II, Bairro da Paz, tiveram suas ruas asfaltadas. Foram construídas duas escolas, uma municipal e outra estadual de tempo integral, no Bairro Mamoud Amed.

têm emprego e moram nas “ruas” com fácil acesso, ou então, as motocicletas são utilizadas no serviço de mototáxi, como meio de sobrevivência.

Na cidade de Itacoatiara, como nas demais cidades do Amazonas, as invasões se dão geralmente por mecanismos especulativos e eleitoreiros, favorecendo diferentes interesses e grupos, uma forma equivocada quando se pensa em intervenções que consigam dar conta do planejamento urbano. Os bairros na sua maioria foram implantados por meio de invasões, podemos citar como exemplo, os mais recentes, Nogueira Junior, Mamoud Amed, Eduardo Braga I e II e Bairro da “Paz”, instituídos entre 2004-2006 nas terras da Fazenda Cacaia do senhor Moises Israel. Para Mike Davis (2006, p.47) é:

Raro a invasão não ter algum custo prévio. O mais comum é que os invasores sejam coagidos a pagar propinas consideráveis a políticos, bandidos ou policiais para ter acesso aos terrenos, e podem continuar pagando esses “alugueis” informais em dinheiro e/ou votos durante anos. Além disso, há o custo punitivo de um local sem serviços públicos e longe do centro urbano.

Neste contexto, na cidade de Itacoatiara, é comum os residentes dos bairros de invasões, se tornarem refém do “aluguel” pago pelo voto. As invasões dos bairros supracitados tiveram como mentor o atual vereador Nogueira Junior (PMDB), eleito em outubro de 2008 (na época das invasões o mesmo não era político). Inclusive, um dos bairros tem o seu nome, outros dois receberam o nome do ex-prefeito Mamoud Amed Filho e do ex Governador Eduardo Braga. A eleição de Nogueira Júnior, para a Câmara de Vereadores, é vista na cidade como fruto do pagamento feito através de voto pelos moradores desses cinco bairros supracitados, pela aquisição da “casa própria”.

Assim, todos os bairros que tiveram a intervenção de Nogueira Junior, já receberam por parte do Poder Público, infraestrutura urbana (pavimentação de ruas, construção de escolas, energia elétrica água encanada e outros serviços). Santos (2008, p.207) escreve que “o Estado pode prever esquemas de programação no interior dos diferentes bairros da cidade. Uma legislação apropriada dá lugar à criação de novos bairros residenciais, em detrimento dos

anteriormente existentes”. Neste sentido, a Prainha é um dos Bairros de ocupação, com situação mais crítica em todos os aspectos (serviços públicos), embora seja um dos mais antigos. Ainda que o ex prefeito Mamoud Amed Filho (PMDB), tenha pavimentado algumas ruas, nos anos oitenta, pode-se afirmar, sem ser leviano que, o Bairro da Prainha, é um Bairro marginalizado pelo Poder Público, ao longo do tempo, pois o que se verifica é uma situação de verdadeira exclusão social.

Conforme já se salientou, a ação do Poder Público no Bairro da Prainha têm se limitado a construção de pontes ou alargamentos de caminhos, geralmente em período eleitoral, ou seja, nenhum outro prefeito sucessor de Mamoud desenvolveu qualquer trabalho de infraestrutura urbana que pudesse tirar ou amenizar a situação precária em que vive esse grupo de moradores. O atual prefeito Antonio Peixoto (PT), substituiu recentemente a ponte de madeira anterior que já se encontrava sem condições de uso (Figura 37), por outra mais acessível e, de certa forma com mais segurança (Figura 38) ao tráfego dos moradores.

Mas segundo o Secretário de Infraestrutura Enéas Gonçalves, existe esperança para as famílias do Bairro da Prainha, pois, como Itacoatiara faz parte da Região Metropolitana de Manaus, há possibilidade do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), que visa à revitalização de igarapés e a melhoria da qualidade da moradia para as famílias que ocupam as margens de igarapés, se estender para Itacoatiara, a fim de proporcionar moradia digna para a população que ocupa áreas alagadas como a do Bairro da Prainha.



Figura 37: Ponte Antiga  
Fonte: Daniel Ferreira, 2010

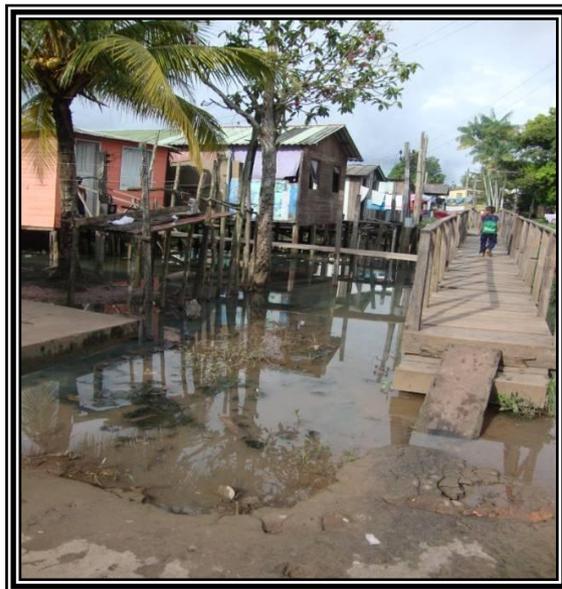


Figura 38: Ponte Atual  
Fonte Bruno Braga, 2011

Atualmente, a maioria dos residentes do Bairro da Prainha, é de pessoas cuja atividade se restringe à pesca, agricultura e serviços braçais nas madeiras da cidade e no Porto Graneleiro/Hermosa. Mas nem só de ribeirinhos é composto o bairro, residem pequenos comerciantes, funcionários públicos municipais, estaduais, além disso, alguns serviços podem ser encontrados como: mercearias, bares, oficinas mecânica; lava-jato de motocicleta; luz, água encanada e a instalação da repetidora de um canal de TV.

No decorrer da pesquisa encontrou-se um caso atípico na Prainha, examinado o mapa do Bairro fornecido pela Secretária de Infraestrutura do município, e comparando com o texto da Lei nº. 071 de 27 de setembro 2006, que estabelece a subdivisão do Distrito da Sede do Município de Itacoatiara, verificamos que o mapa não acompanha o conteúdo do texto descritivo da referida Lei.

O texto da Lei descreve o seguinte: o Bairro da Prainha começa no Marco1 (M1), localizado no cruzamento da rua Ita 2 com a rua Aquilino Barros, *segundo-se ao norte em linha reta até encontrar o Lago da Fazenda Poranga, Marco 2 (M2)*. Margeando o Lago da Poranga, alcança o igarapé da Prainha, em direção sul até o cruzamento da rua Nova do Fomento com a rua Ita 2, Marco 3 (M3) ,

segue-se por essa rua no sentido oeste, até chegar ao ponto de início, no cruzamento com a avenida Aquilino Barros, Marco 1 (M1). Ver Figura 39, mapa do bairro especificado na Lei 071, de 27 de setembro de 2006.



Figura 39: Mapa do bairro especificado na Lei 071, setembro 2006  
 Fonte: Jorge Santos, Secretaria Municipal de Infraestrutura, 2011

Entretanto, no mapa, o Bairro tem a seguinte leitura: Marco 1 (M1), localizado no cruzamento da rua Ita 2 com a rua Aquilino Barros, *seguinto-se ao norte, em linha reta até encontrar a rua Álvaro Maia, Marco 2 (M2)*, segue-se essa rua em direção sul em linha reta até alcançar o cruzamento da rua Nova do Fomento com a Ita 2, Marco 3 (M3), segue-se por essa rua no sentido oeste, até



Públicas, privadas e, inclusive, na Câmara de Vereadores. O Bairro da Prainha, estabelecido no Mapa, é o perímetro mais degradado da cidade, os serviços de infraestrutura urbana são inexistentes (Figuras 41e 42 adiante), tanto que nos levou a querer compreender porque do abandono da Prainha em relação aos outros bairros, mas especificamente em relação ao Bairro Iraci.



Figura 41: Tipos de ruas do Bairro da Prainha contempladas no Mapa  
Fonte: Daniel Ferreira, 2010



Figura 42: Uma das ruas principais do bairro  
Fonte: Daniel Ferreira, 2010

Por outro lado, no perímetro que fica entre a rua Álvaro Maia e o Lago da Fazenda Poranga, especificado em Lei, como parte da Prainha, as ruas são pavimentadas, traçadas em tabuleiro de xadrez, onde podem ser vistas grandes mansões de funcionários da Hermosa, professores universitários, empresários,

advogados, funcionários públicos e a Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), além de novos loteamentos. Durante a investigação, constatamos que alguns moradores dessa área, não se reconhecem como moradores do Bairro da Prainha, mas sim do Bairro Iraci. O próprio Delegado do Conselho Regional de Corretores de Imóveis (CRECI), em Itacoatiara France Paiva, desconhecia que a área pertence a Prainha, pois no mapa do Bairro Iraci, consta que a área pertence a ele.

Assim na Prainha, de um lado, ficam os mais abastados com suas casas bem construídas (Figura 43) e de outro, ficam os pobres abandonados sem direito à cidade, morando em casas em situação de risco, principalmente em período chuvoso. Nesta Prainha dos pobres (Figura 44), que chamou a nossa atenção para o estudo, encontram-se todos os tipos de mazelas: pobreza absoluta, tráfico de drogas, entre outros. O local é conhecido pela população como “área vermelha”, pois são constantes as intervenções policiais, para coibir o tráfico de drogas.



Figura 43: Tipo de casa Prainha dos ricos  
Fonte: Daniel Ferreira, 2010



Figura 44: Tipos de casa na Prainha pobre  
Fonte: Bruno Braga, 2011

No Bairro da Prainha, os contrastes sociais estão explícitos, as desigualdades de renda emergem nas construções e no próprio uso do solo onde estão construídas as habitações. Os grupos com melhor poder aquisitivo, moram em áreas com maior valor de troca, enquanto os de baixa renda vivem nos aningais, sujeitos a picadas de cobras, e ataques de jacarés. Aliás, como se pode

perceber, as políticas públicas de infraestrutura privilegiam o local aonde se localizam as melhores casas, embora alguns de seus donos não se reconheçam moradores da Prainha.

Outra contradição encontrada durante a pesquisa com referência ao Bairro da Prainha, é que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Itacoatiara, delimitou o setor censitário, sem levar em consideração a delimitação especificada em Lei, nem o limite especificado no mapa concedido pela Secretaria de Infraestrutura. No perímetro traçado pelo (IBGE) como setor Censitário, a Prainha engloba uma área de invasão chamada Piçareira. E de acordo com os dados do (IBGE 2010), o Bairro da Prainha possui uma população de 3.189 habitantes, 24 ruas, uma escola de ensino fundamental e três igrejas, sendo uma católica e duas evangélicas. Esses dados geraram a necessidade de retificação, tanto da Lei 071 de 27 de setembro de 2006, quanto do mapa do bairro utilizado na Secretaria de Infraestrutura.

Então, para esclarecer todos os contrastes, é pertinente dizer que segundo relato do funcionário da Secretária de Infraestrutura, Jorge Santos<sup>21</sup>, já está sendo providenciado perante a Câmara de Vereadores, por intermédio de requerimento a ser apresentado pelo Vereador Francisco Rosquides (PT), uma retificação, no texto da Lei 071 de 27 de setembro 2006, no qual vão ser corrigidas as incompatibilidades de informações, entre o texto da Lei e a delimitação apresentada no mapa do Bairro.

Aponta Jorge que a delimitação correta do Bairro da Prainha é a que consta no mapa. Assim sendo, a Prainha perde para o Bairro Iraci, uma área privilegiada, sem inundações, aonde o preço do solo possui maior valor de troca. Os terrenos nesse local foram loteados e vendidos pelos herdeiros da Fazenda Iraci.

Para os grupos sociais excluídos do Bairro da Prainha, abandonar as suas moradias da zona rural, embora precárias, significou viver num espaço da cidade sem direito aos serviços básicos, pois o Bairro da Prainha, ao longo dos seus quarenta anos, ainda não encontrou um gestor público que tivesse o interesse em proporcionar qualidade de vida aos moradores, principalmente com geração de

---

<sup>21</sup> Jorge Santos é funcionário da Secretária de Infraestrutura, técnico responsável pela confecção de Mapas da cidade e demais áreas.

emprego e renda. Portanto, a produção e expansão do bairro da Prainha estão intimamente ligados à interferência do fenômeno natural das enchentes do Rio Amazonas, associadas à decadência das atividades tradicionais, da dinâmica econômica implantada na cidade por intermédio das Madeiras e do Porto Graneleiro/ Hermasa, que atraíram os imigrantes para a cidade, bem como a omissão do Poder Público, que ao deixar de gerar políticas públicas para as famílias tradicionais, propiciou a saída delas do seu local de origem para a cidade em busca de melhores condições de vida.

## CAPÍTULO 3

### COMPARAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL ENTRE OS BAIROS DE IRACI E PRAINHA

No presente capítulo pretende-se, demonstrar as diferenças socioeconômicas existentes entre os Bairros de Iraci e Prainha.

O questionário (Anexo A) foi aplicado aos moradores, em 210 domicílios dos 1.002 existentes no Bairro Iraci e, em 200 dos 614 domicílios do Bairro da Prainha, representando uma amostragem de 20% dos domicílios ocupados nos Bairros estudados. Nesse sentido, os dados foram todos organizados em 26 gráficos, para facilitar a apresentação e a interpretação dos resultados obtidos. A aplicação dos questionários foi feita durante os meses de janeiro a março de 2010 e contou com o auxílio dos acadêmicos dos Cursos de Engenharia Florestal e de Licenciatura em Informática da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Neste capítulo, além da comparação socioeconômica entre os residentes, apresenta-se quatro gráficos com dados dos Bairros, nos seus aspectos ambientais, pois se acredita ser interessante entender como eram os Bairros Iraci e Prainha, no início de suas ocupações, para se comparar com a atual realidade.

#### **3.1. Sexo, faixa etária e distribuição por estado civil**

Sobre o sexo da população entrevistada, verificou-se que no Bairro Iraci, 30% representam o sexo masculino, enquanto que no Bairro da Prainha, a representação está para 38%. Sobre o sexo feminino, 70% caracterizam o Bairro Iraci e 62% o Bairro da Prainha, conforme exposto no Gráfico 1.

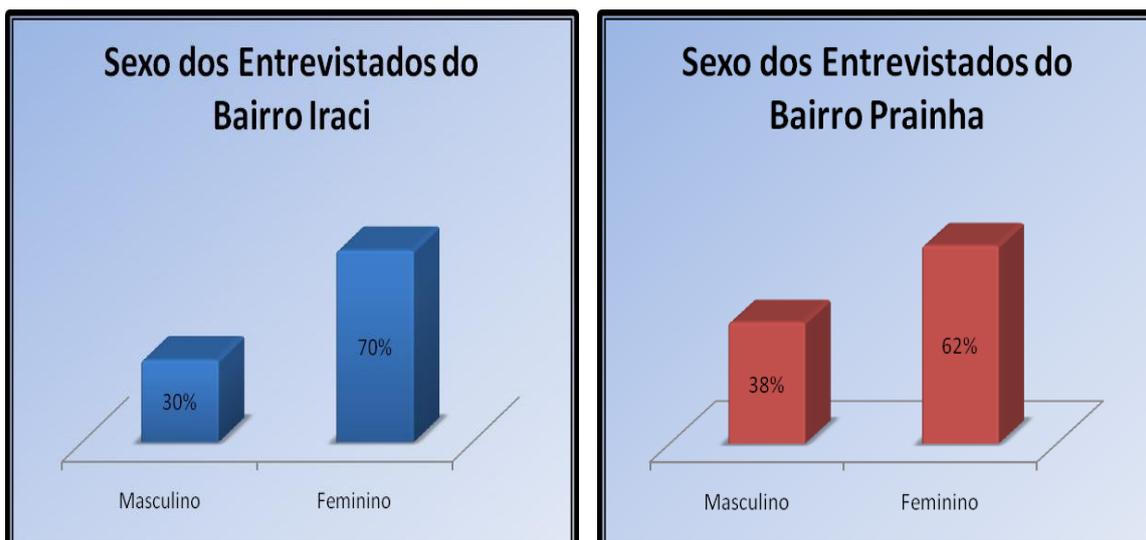


Gráfico1: Sexo dos entrevistado  
 Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

A respeito do gênero (masculino ou feminino) dos entrevistados, observou-se a predominância do feminino, em ambos os bairros, embora a aplicação dos questionários tenha sido realizado em dias alternados da semana. Desse modo, a análise que se faz indica que, apesar da abertura de mercado para as mulheres, no século XXI, a pesquisa ainda aponta para a realidade do nosso País e, por isso, de Itacoatiara-AM, a questão do desemprego. Grande índice de mulheres que ainda estão fora do mercado de trabalho, e por isso estão em casa durante todo o dia, muitas acabam trabalhando na informalidade, com vendas de produtos de várias espécies, que não requerem muitas vezes o seu afastamento por longo período, de seus lares.

Conforme observado no Gráfico 2, a faixa etária predominante de 15% dos moradores entrevistados do Bairro da Prainha é de 26 a 40 anos; no Bairro Iraci, verifica-se que 17% é de 46 a 55 anos, ou seja, justamente na fase em que estas pessoas deveriam estar cursando uma faculdade e/ou em pleno exercício de suas atividades profissionais, corroborando com o item anterior, fazem parte do grande exército de pessoas desempregadas no País e na cidade.

A diminuição das atividades madeireiras no município, fez com que muitos pais de famílias perdessem seus empregos, principalmente aqueles com pouca escolaridade, como é o caso dos moradores da Prainha que viviam do trabalho de chão de fábrica.

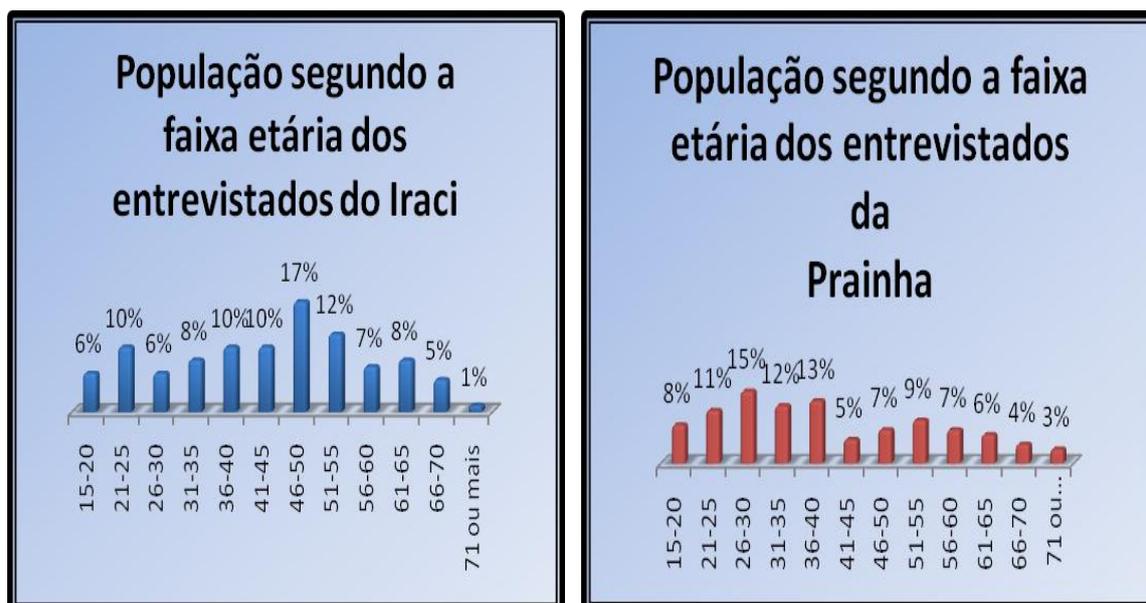


Gráfico 2: População segundo a faixa etária  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Um dos dados sobre a pesquisa refere-se às pessoas com mais de 70 anos de idade, pois foi observada uma porcentagem bem pequena em relação ao universo pesquisado. Ao fazer o comparativo entre os Bairros, percebe-se que no Iraci, os moradores nessa faixa etária são encontrados em menor escala, sendo que a diferença de um Bairro para o outro é de apenas 2%. Este número de pessoas idosas representa os moradores que já estão fora do mercado de trabalho, porque estão aposentados e que ficam em suas casas, porque as políticas públicas de atenção ao idoso em Itacoatiara, ainda são bastante escassas.

Sobre a distribuição por estado civil dos entrevistados (Gráfico 3) foi observada que a prevalência das pessoas casadas com ou sem registro, está no Bairro Iraci, 65%, também confirmando neste Bairro o maior número de pessoas separadas 3%, haja vista, que a amostragem detectou 0% de separação no Bairro da Prainha, justamente porque na Prainha se percebe o maior número de pessoas solteiras 33%, sendo que em ambos os bairros a viuvez se equipara.

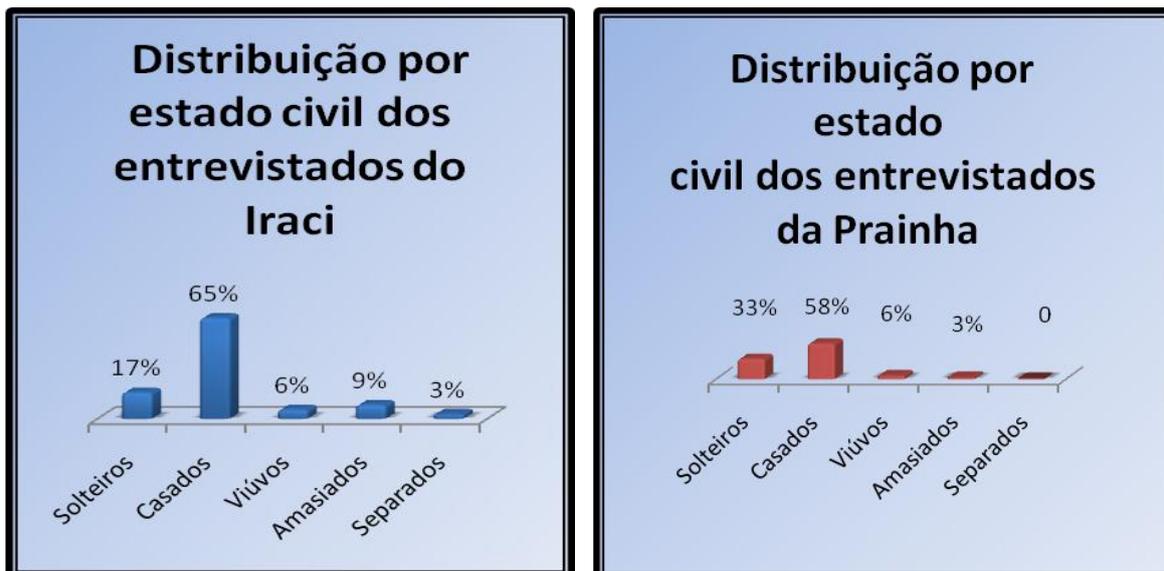


Gráfico 3: Distribuição por estado civil  
 Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Portanto, quando associamos sexo, faixa etária dos entrevistados e distribuição por estado civil entre os moradores do Bairro Iraci e Prainha, percebe-se com relação ao sexo que no Bairro da Prainha a incidência de homens com idade entre 26 a 40 anos em casa é maior do que no Bairro Iraci, isso se justifica em função da falta de emprego na cidade. Quanto à distribuição por estado civil, verifica-se que no Bairro Iraci existe um maior número de famílias nucleares, ou seja, mais pessoas vivem juntas na forma tradicional de família, umas casadas formalmente outras informalmente em forma de união estável.

No Bairro Iraci, encontra-se o maior número de homens fora de casa, pois os mesmos ou são empregados nas repartições públicas, privadas ou são autônomos. Enquanto no Bairro da Prainha, com a diminuição das atividades madeireiras, no município, muitos pais de família, perderam seus empregos, principalmente aqueles sem profissão e escolaridade, atualmente muitos deles são sustentados pelas mulheres que trabalham como domésticas em casas de família.

### 3.2. Tempo de residência e origem

Sobre o tempo de residência nos Bairros (Gráfico 4), percebe-se que no Bairro da Prainha prevalece com 21% os residentes há 26 anos. Já no Bairro Iraci, a predominância com 25% está para os moradores mais antigos, com mais de 30 anos. É interessante registrar aqui os conjuntos Residenciais Iraci (1969) e Novo Horizonte (1998), localizados no Bairro Iraci, os quais foram construídos obedecendo um padrão de arquitetura padronizada. O gráfico mostra também que os dois Bairros são bastantes antigos, tendo mais de três décadas, sendo um dos motivos que nos levou a indagar por que são tão diferentes.

Para R. S.<sup>22</sup> “a diferença de infraestrutura urbana entre os Bairros, se processa porque os moradores da Prainha, desconhecem os seus direitos sociais pelas suas condições de baixa escolaridade e pela falta de organização, a maioria das famílias são desestruturadas e sem poder de pressão sobre as autoridades, por isso o Bairro continua como no início”.

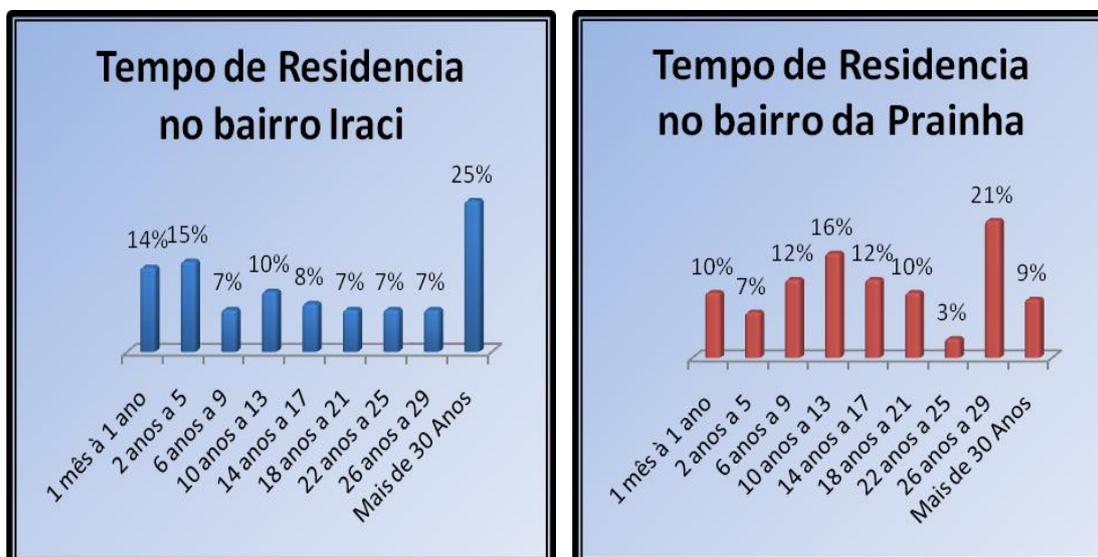


Gráfico 4: Tempo de residência no bairro  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2011

<sup>22</sup> R. S é morador do Bairro da Prainha há mais de trinta anos (entrevista dezembro de 2010).

Quanto à questão sobre o local ou bairro onde residia anteriormente, o Gráfico 5 aponta que 61% dos moradores do Bairro Iraci são de outros bairros da cidade, mas também tem os procedentes de outras cidades e Estados. Enquanto dos moradores da Prainha, 48% são oriundos da zona rural do município, mas foram detectadas pessoas de outras cidades como: Rio Preto da Eva, Urucurituba, Itapiranga e de Autazes. Essas cidades têm uma relação de proximidade com Itacoatiara, sendo a indústria madeireira e o Porto Graneleiro os principais atrativos da imigração para a cidade.

A população da Prainha em sua maioria vem da zona rural. Isto significa que numa hierarquia socioprofissional, estão menos preparados do que aqueles que moram na zona urbana, sendo que esses moradores hierarquicamente têm melhores oportunidades no mercado de trabalho, tendo em vista que na zona rural do Estado do Amazonas as políticas públicas de educação principalmente, são precárias. Escreve Milton Santos (2008, p. 214) que:

O lugar ocupado na hierarquia socioprofissional combina-se com uma organização de espaço segundo o nível cultural e o grau de integração do cidadão: não é por acaso que, em sua fisionomia, as favelas conservam certas características rurais e que seus ocupantes são, em grande parte, imigrantes recentes de quem se diz que ainda guardam costumes rurais.

No Bairro da Prainha as características rurais estão bem evidentes na paisagem, na forma de construção das casas em maioria palafitas e nos costumes dos moradores, pois grande parte dos residentes ainda se utiliza da pesca como meio de sobrevivência.

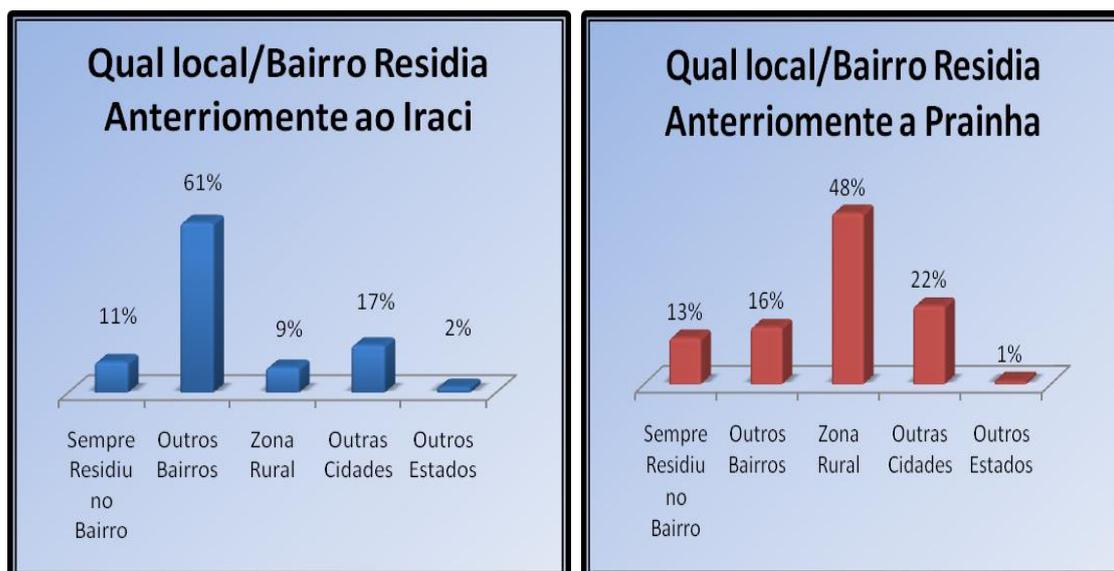


Gráfico 5: Qual local/bairro de residência anteriormente.  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010.

Além disso, a ineficiência de políticas públicas destinadas para manter com dignidade a população nas comunidades rurais do município de Itacoatiara, quais sejam: educação, saúde, transporte para escoamento da produção, faz com que os imigrantes vejam na cidade novas perspectivas de melhorias da qualidade de vida e busquem nas indústrias madeiras, bem como no Porto Graneleiro/Hermasa, oportunidade de emprego, todavia, poucos são os que conseguem ser aproveitados no mercado de trabalho industrial, pela falta de qualificação profissional e escolaridade.

No Bairro Iraci, os moradores na sua maioria são itacoatiarenses que trocaram de endereços buscando uma melhor moradia, visto que as condições de serviços públicos e privados oferecidos no Bairro tornam-no uma área diferenciada, desde a implantação da economia industrial madeira e do referido Porto. Nesse Bairro, alguns dos moradores têm melhor renda familiar, chegando inclusive a receberem até quinze salários mínimos mensais. As casas são melhor estruturadas e o preço do solo custa em média R\$ 60,00 (sessenta reais), o metro quadrado. No Bairro da Prainha, a situação é inversa, a maioria dos imóveis são autoconstruções. Os residentes moram em imóveis edificadas com até 50m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados), além de terem seus imóveis encravados em área de igarapé.

### 3.3. Número de pessoas por residência, número de cômodos

Em relação ao número de pessoas por residência (Gráfico 6), detectou-se que 44% da população da Prainha vive com 5 a 8 moradores por casa; no Bairro Iraci, 51% vivem com 1 a 4 pessoas por residência. Inclusive, esses dados são compatíveis com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Censo de 2010. Apesar da pouca frequência de 13 a 16 moradores em uma residência, elas existem, principalmente no Bairro da Prainha que chega a 4%, enquanto que no Bairro Iraci registra apenas 1%. No Bairro da Prainha é grande o número de moradores por casa, somando-se com os imóveis pequenos, isto demonstra que as pessoas vivem amontoadas e em péssimas condições de moradia.

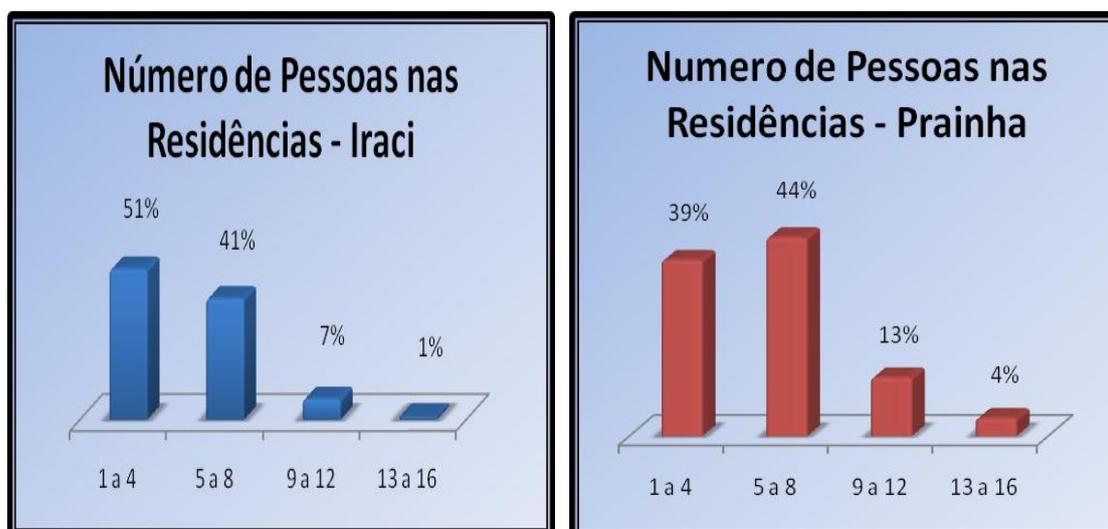


Gráfico 6: Número de pessoas por residência  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Em relação ao número de cômodos por residência (Gráfico 7), detectou-se que as casas do Bairro da Prainha têm menos cômodos, prevalecendo de 1 a 3, enquanto que no Iraci, as residências são de 4 a 9, acomodando assim, melhor os seus moradores.

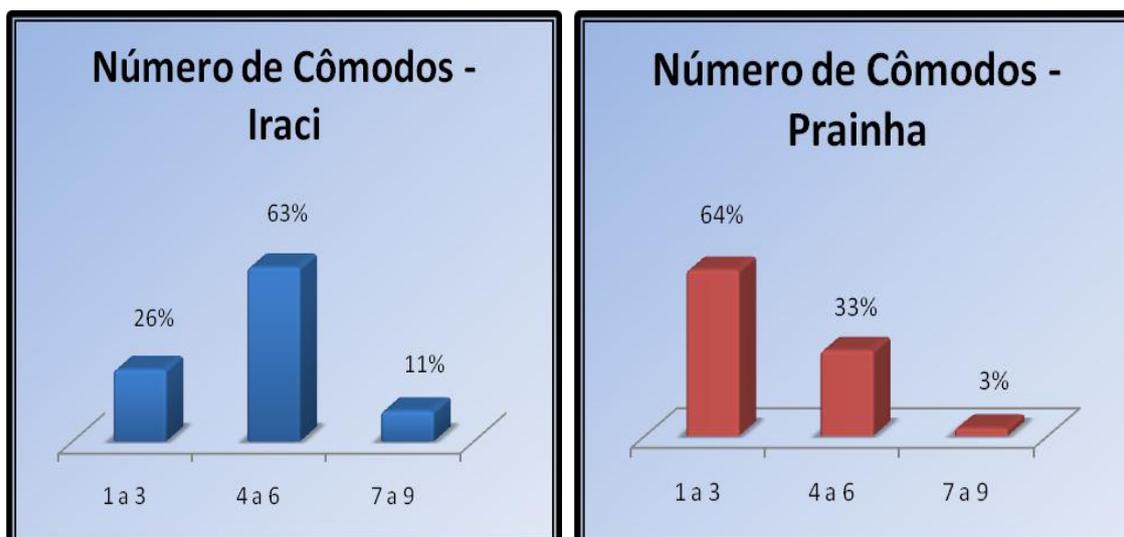


Gráfico 7: Número de cômodos.  
Fonte: Pesquisa de campo desenvolvida em 201

Levando-se em consideração o poder aquisitivo baixo dos moradores do Bairro da Prainha, se justifica o grande número de pessoas por residência (Gráfico 6), em imóveis com o mínimo de cômodos (gráfico 7). Além do mais, a característica de morarem vários indivíduos em uma mesma residência faz parte da pobreza brasileira, que se estende para as cidades amazônicas principalmente de pequeno a médio porte, onde é muito comum encontrar-se casas de um só cômodo, sendo habitada por pais e filhos casados, partilhando os mesmos bens. Tal característica ainda prevalece em ambos os Bairros pesquisados, ou seja, os filhos casam-se e continuam morando com os pais, ou então, são parentes que vêm do interior para estudar ou buscar emprego na cidade, ficando alojados na casa de parentes, sendo mais comum no Bairro da Prainha, onde os moradores são pessoas na sua maioria ribeirinhas.

### 3. 4. Ocupação, rendimento mensal e nível de instrução

O Gráfico 8, que demonstra o nível ocupacional dos entrevistados. Através dele percebemos no Bairro Iraci um elevado número de funcionários públicos. Prevaecem também, os índices de autônomos, estudantes e aposentados, enquanto que no Bairro da Prainha impera o número de pessoas desempregadas, confirmando o elevado nível de pobreza.

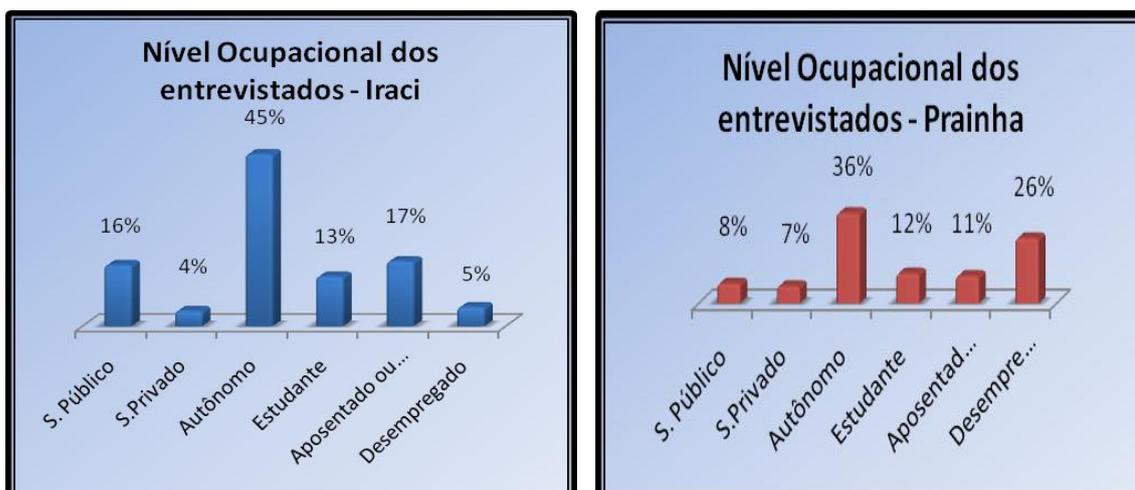


Gráfico 8: Nível ocupacional dos entrevistados  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

A exclusão dos moradores do Bairro da Prainha, do mercado de trabalho relaciona-se diretamente com a falta de escolaridade. O mercado de trabalho é exigente e, atualmente vive-se na sociedade da tecnologia, uma ferramenta ainda inacessível a esse grupo de moradores que está vivendo sem a qualificação necessária para disputar uma vaga no mercado de trabalho formal.

Sobre o número de estudantes cabe registrar que as porcentagens estão bem próximas, em ambos os Bairros, mostrando boas perspectivas de mudanças futuras tanto sociocultural, quanto econômicas, se esses discentes não abandonarem a escola, como pode ter ocorrido, por algum motivo, com seus pais e avós em épocas distintas.

Sobre os rendimentos mensais (Gráfico 9) foi observado que é visível a desigualdade de renda entre os moradores dos dois Bairros, pois enquanto no Iraci existem famílias que ganham entre 10 a 15 salários mínimos, no Bairro da Prainha não há nenhuma família com este nível de renda mensal. Assim fica evidente que os moradores do Bairro Iraci possuem um poder aquisitivo maior.

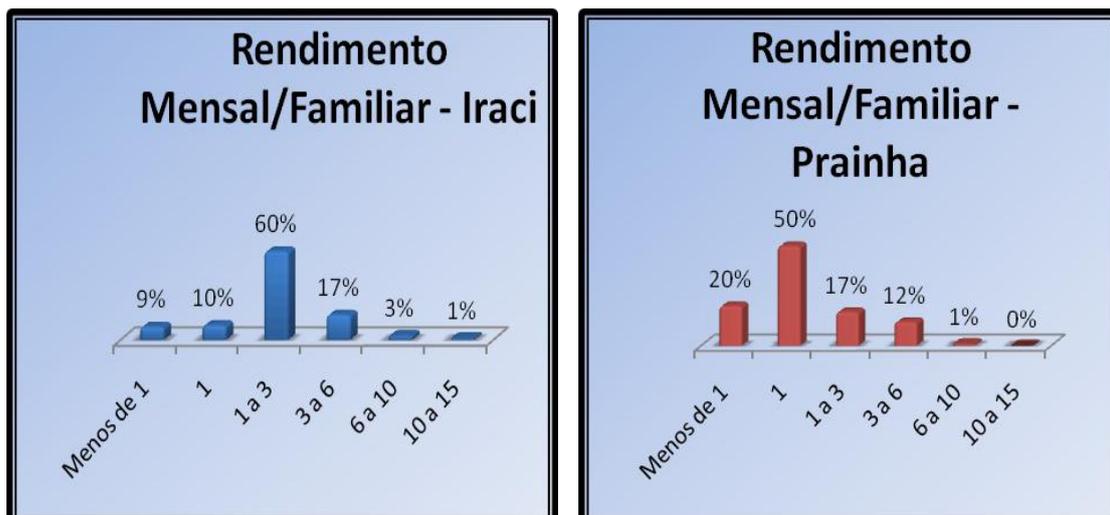


Gráfico 9: Rendimento mensal familiar  
 Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Na Prainha prevalecem trabalhadores, quando têm emprego, que recebem mensalmente, o mínimo para o sustento de uma família. Neste caso, concorda-se com Santos (2008, p. 52-53) quando assegura que:

A grande maioria da população urbana tem o mais baixo nível de vida, enquanto um número reduzido de pessoas tem altas rendas [...] as camadas mais baixas correspondem, geralmente, à população formada de todos os migrantes vinda do campo e sem nenhuma qualificação para o trabalho na cidade. A maior parte dos pobres não recebe salário fixo, vivendo de atividades inseguras, ocasionais, transitórias, mal pagas.

Nesta perspectiva, o pensamento do autor traduz o que vem acontecendo entre os Bairros Iraci e Prainha, no Bairro Iraci existe um número pequeno de moradores que ganham mais de quinze salários mínimos, enquanto no Bairro da Prainha, grande parte de seus moradores, cerca de 70%, vivem com renda mínima e em muitos casos, inferior ao salário mínimo.

É sabido que um dos principais impedimentos para a inserção das pessoas no mercado de trabalho formal é falta de qualificação profissional ou pouca escolaridade, esse problema tem impulsionado os residentes da Prainha na sua maioria para a informalidade, ou seja, as pessoas com pouca escolaridade estão sendo usadas como mão de obra-barata nas empresas informais de Itacoatiara.

O trabalho informal abre um precedente para a exploração da força de trabalho, pelo empregador e, principalmente, remuneração salarial abaixo do mínimo estabelecido em Lei. Neste contexto, ressalta-se a situação das empresas que atuam em Itacoatiara, pois segundo pesquisa do Censo do SEBRAE<sup>23</sup>: 69% das empresas que atuam em Itacoatiara não estão legalizadas. No Jornal *A Crítica* do dia 28 de julho consta a seguinte publicação:

Duas em cada três empresas em Itacoatiara estão na informalidade, de acordo com o Censo Empresarial da Itacoatiara, realizado pelo Sebrae-AM. No total foram mapeadas 3.277 empresas em atividades na “Velha Serpa” [...] de acordo com o estudo, do total de negócios, apenas 31% estão na formalidade. Por setor a indústria apresentou o maior índice de informalidade (77,3%), seguido do serviço (74,2%) e comércio (67,3%).

Itacoatiara é o segundo município da Região Metropolitana de Manaus a realizar o Censo Empresarial, de acordo com a afirmação da gerente da Unidade de Estudos e Pesquisa do SEBRAE, para o Jornal *A Crítica*, Maria José Albuquerque, o resultado da pesquisa vai balizar as ações do SEBRAE no município, servir para a elaboração de políticas públicas e para investimentos de setores empresariais em determinados bairros.

Neste sentido, é oportuno também se pensar na qualificação profissional dos Itacoatiarenses para que os mesmos possam concorrer ao mercado de trabalho formal. Mercado esse que possibilita melhor remuneração e garantias especificadas na legislação trabalhista, principalmente, para os residentes no Bairro da Prainha que estão, na sua maioria, vivendo de subempregos ou apenas com a renda do Bolsa Família, Programa do Governo Federal.

Sobre o nível de escolaridade dos entrevistados (Gráfico 10) foi possível perceber que os moradores do Bairro Iraci são mais escolarizados do que os da Prainha. O Iraci possui 3% de analfabetos, enquanto que a Prainha 7%. Foi ainda observado que as pessoas do Bairro da Prainha chegam na sua maioria a completar o Ensino Fundamental, mas no Ensino Médio apenas 12% concluem

---

<sup>23</sup> Pesquisa divulgada no Jornal *A Crítica*, do dia 28 de julho de 2011, Caderno de Economia p. A 15.

essa fase de seus estudos, apenas 2% chegam a cursar a faculdade e cursos de pós-graduação. Já no Iraci, a porcentagem é de 4% para esse nível de ensino.

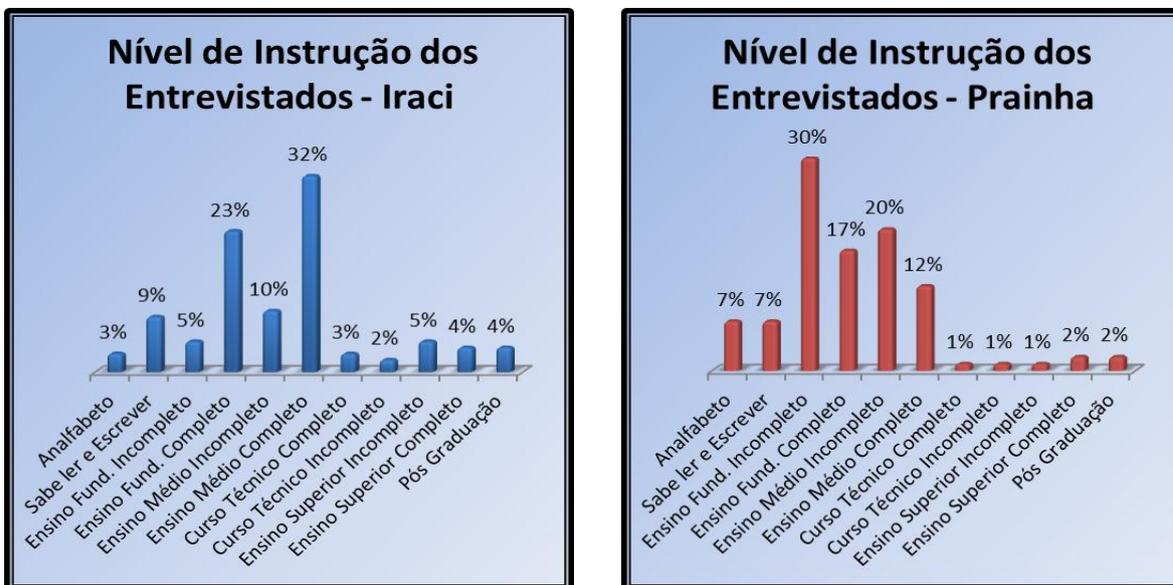


Gráfico 10: Nível de instrução dos entrevistados  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

No gráfico anterior ficou explícito que os moradores do Bairro Iraci possuem renda familiar maior que os do Bairro da Prainha, isso se justifica ao compararmos o nível de escolaridade de ambos os Bairros, confirmando o que já foi dito, ou seja, a escolaridade é o vetor principal para a ascensão social, pois uma geração escolarizada, é também uma geração que luta pela sua humanização, como escreve Freire (2005, p. 62):

Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se”. Tal liberdade requer que o indivíduo, seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada na máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autônomos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte. Os oprimidos dos que se formam no amor à morte, que caracteriza o clima de opressão, devem encontrar na sua luta, o caminho do amor à vida, que não está apenas no comer mais, se bem que o implique também e dele não possa prescindir.

Assim, a falta de escolarização, está fortemente associada à pobreza e a outras mazelas sociais. Acredita-se que os moradores de ambos os Bairros podem buscar na educação uma forma de superação de suas realidades, principalmente, os moradores da Prainha, pois se sabe que para muito deles, falta-lhes o alimento, melhor moradia, lazer, ou seja, mais dignidade para viver como pessoa cidadã.

Portanto, quando se junta ocupação, escolaridade e o nível de instrução dos entrevistados, os dados demonstram que no Bairro Iraci a ocupação e a remuneração se vinculam com a alta escolaridade. Já no Bairro da Prainha, onde a maioria dos residentes tem pouca escolaridade, porque muitas vezes a população teve que deixar a escola para se tornar trabalhadora muito cedo, ou mesmo pela inexistência de escola próxima de seu local de origem (zona rural), torna-os de certa forma inferiores, na ocupação e logo na sua remuneração. Assim entende-se que a falta de escolarização, de renda familiar, repercute em pouco poder de pressão junto às autoridades, que se utilizam desses recursos para imprimirem uma política pública de subserviência, impedindo o exercício da cidadania dessa parcela de moradores da cidade.

### **3.5. Sobre a caracterização dos imóveis: tipo de posse, material do imóvel, telhado, piso, sanitário e fossa**

No Gráfico 11, é possível perceber o tipo de propriedade de moradia dos Bairros pesquisados. Os moradores do Bairro da Prainha, mesmo sendo mais pobres, possuem “casas próprias”, porém, não têm documentação que comprove a propriedade do imóvel. Enquanto que os moradores do Bairro Iraci, 87% possuem casa própria e terrenos legalizados, mas ainda há pessoas que moram em casas alugadas, são moradores que vieram de outros Estados (Pará, Mato Grosso, Paraná) para trabalharem em Itacoatiara e, encontraram no Bairro Iraci um local de moradia adequado, sendo grande a procura por aluguel de casas por essa demanda. Tanto que os proprietários de terrenos do Bairro Iraci estão se tornando corretores imobiliários, pois os mesmos estão construindo casas e vilas para vender ou alugar aos imigrantes que estão chegando à cidade a trabalho,

tanto nas instituições de ensino superior, quanto nas empresas de grande porte como as madeiras, a Hermasa e a GeoRadar<sup>24</sup>, esta última em fase de instalação na cidade.

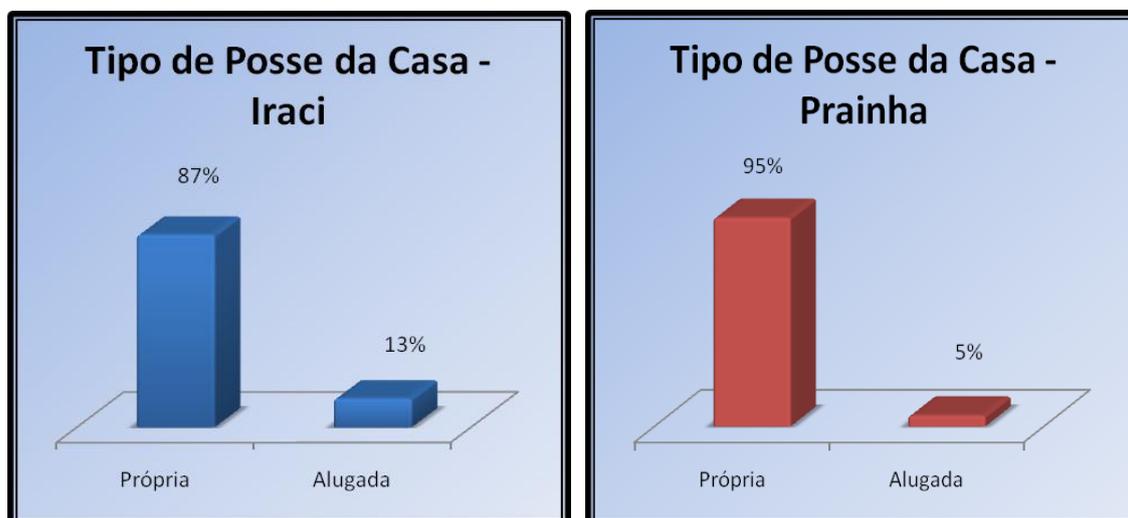


Gráfico11: Tipo de posse  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Nos Gráficos 12 e 13 é possível observar que as casas existentes no Bairro da Prainha são na sua maioria de madeira ou de restos de madeira, enquanto que no Iraci são de alvenaria e que para os telhados das casas foram utilizados três tipos de telhas: amianto, alumínio e barro. Entretanto, nota-se que em ambos os Bairros, prevalece a telha de amianto<sup>25</sup>, vindo em seguida, as de alumínio e por último as de barro, sendo que esta última foi encontrada, com maior frequência nas casas do Bairro Iraci. A telha de amianto, por ser um produto mais barato, é a mais procurada pelas pessoas, mesmo não sendo a mais apropriada para o clima amazônico, devido à

<sup>24</sup> Empresa do ramo de prospecção mineral.

<sup>25</sup> Amianto, material de uso condenado em vários países. O amianto foi responsável por mais de 200.00 (duzentos mil mortes) nos Estados Unidos. Todos os tipos de amianto causam asbestoses, uma fibrose pulmonar progressiva, além disso, todos os tipos de amianto podem causar câncer de pulmão e mesotelioma maligno. O amianto foi classificado como carcinogêno para seres humanos pela agência de Proteção Ambiental (APA) e pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (IARC) da Organização Mundial de saúde (OMS). Enquanto a quantidade de amianto usado nos Estados Unidos é menor que 100g/cidadão por ano, no Brasil a média é mais que 1.000g/cidadão por ano (Chamado para uma proibição internacional do amianto-OC Ramazzini, Disponível em: <<http://www.abrea.com.br/indRamPO.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2011.

absorção do calor, principalmente no verão, quando a temperatura chega a mais de trinta e cinco graus.

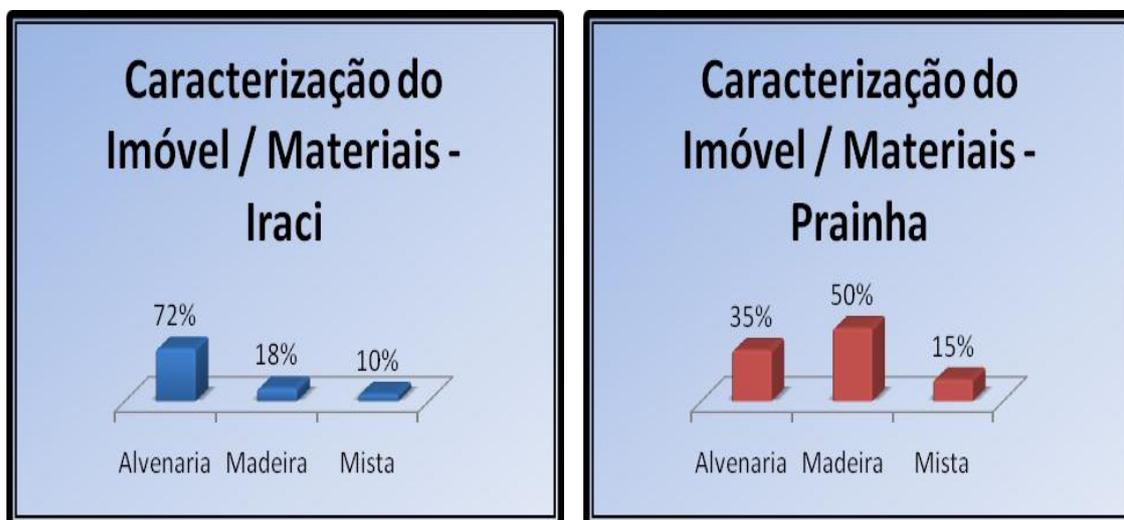


Gráfico 12: Material do imóvel  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

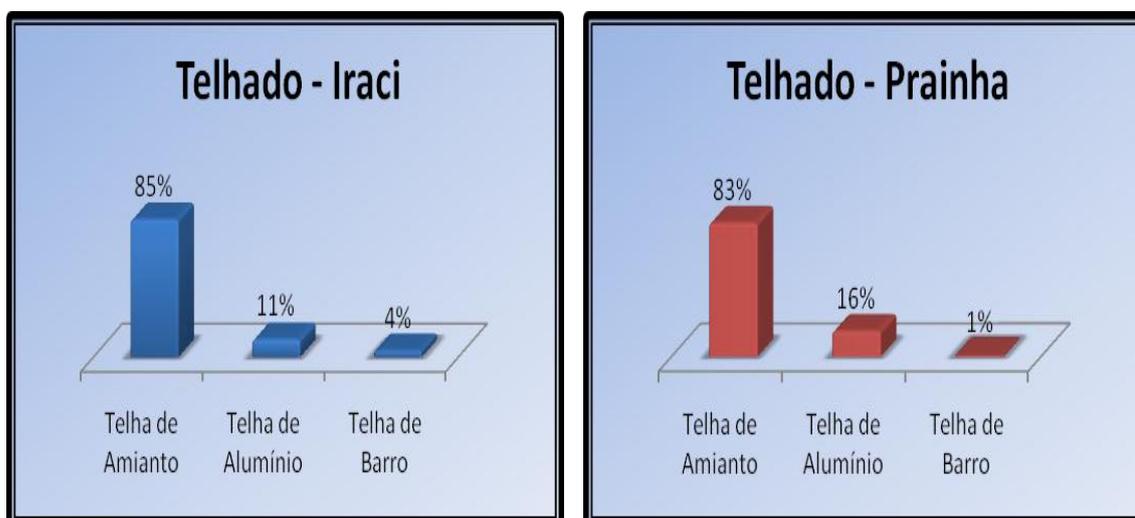


Gráfico 13: Telhado  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

O Gráfico 14 mostra a qualidade do piso das casas construídas. A melhor qualidade está no Bairro Iraci, pois lá se encontra a maior porcentagem de pisos com cerâmica. Em ambos os Bairros existe um elevado índice de piso queimado; já os pisos de madeira são encontrados no Bairro da Prainha.

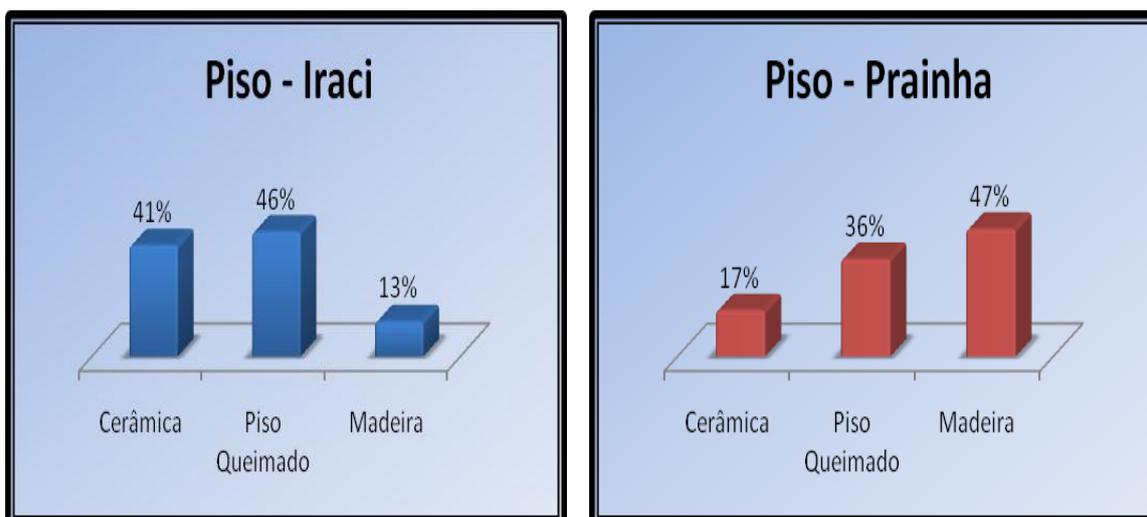


Gráfico 14: Tipos de piso  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

O Gráfico 15 refere-se à construção dos sanitários. A estrutura sanitária tem relevância na qualidade de vida da população, independente da sua situação econômica. Assim, foi observado que enquanto nas casas do Bairro Iraci, 88% das instalações sanitárias são dentro de casa, no Bairro da Prainha, 61% dos sanitários não fazem parte das residências, são construídas na forma das denominadas “casinhas”, ou seja, tipo privada. Esse tipo de sanitário é utilizado por mais de uma família e as condições de higiene são degradantes.

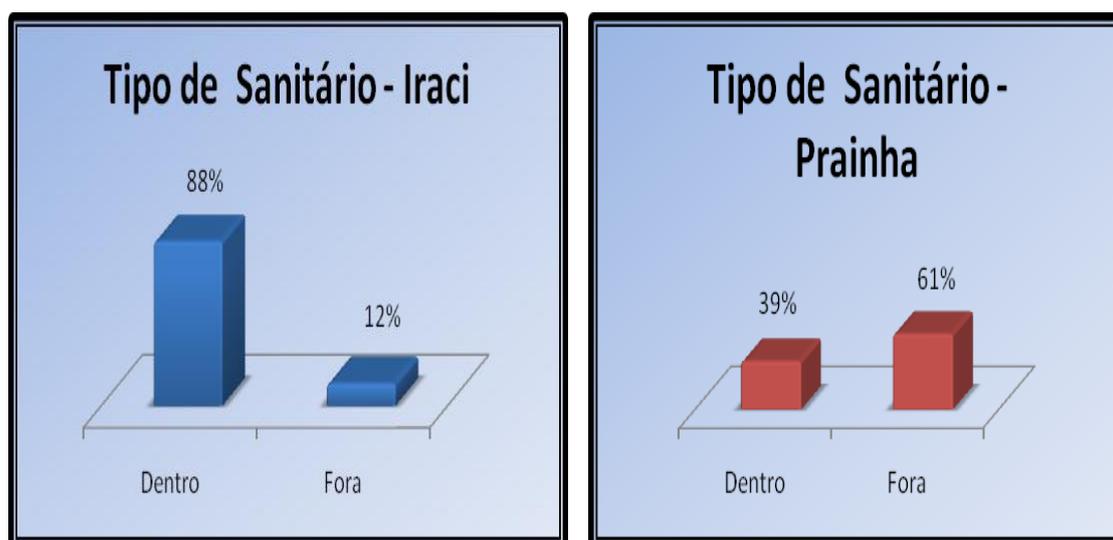


Gráfico 15: Tipo de sanitário  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

O Gráfico 16 é o complemento do Gráfico 15 e aponta o Bairro Iraci com 85% de fossas biológicas construídas, enquanto que o Bairro da Prainha, apresenta apenas 46%. Quando se perguntou sobre a inexistência de fossas, o Bairro da Prainha ficou com 54% e o Bairro Iraci com 15% .

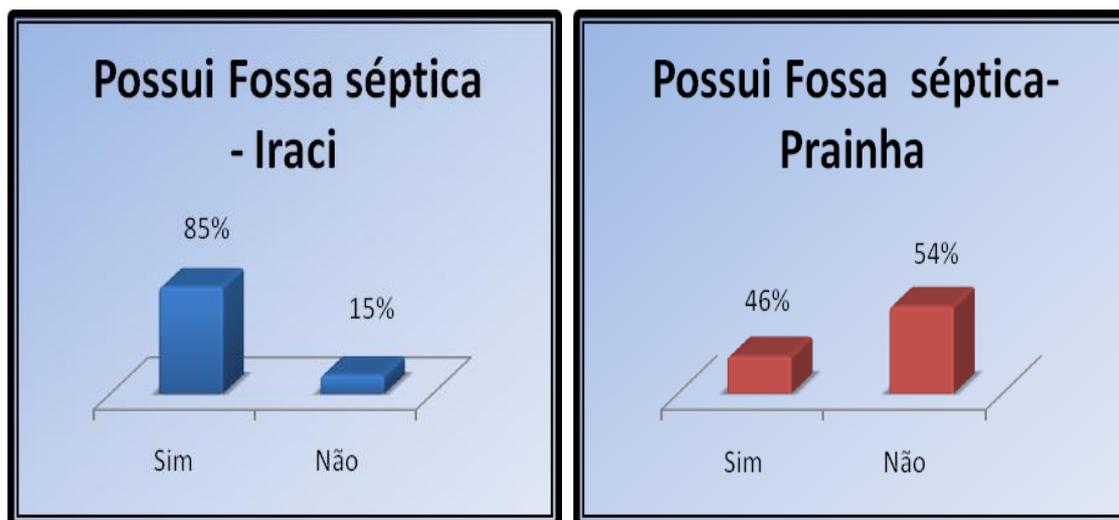


Gráfico 16: Possui fossa séptica  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

### 3.6. Conforto, vizinhança, lazer e o maior problema do Bairro

O presente trabalho também se preocupou em saber dos moradores a situação de conforto, de vizinhança e de lazer, após a mudança de suas residências anteriores para a atual, além de evidenciar sobre o que mais lhes chama a atenção e o maior problema do Bairro onde residem. Por intermédio dos Gráficos 17 e 18, 19 é possível perceber o que pensam os residentes sobre os seus Bairros.

A respeito do Gráfico 17, segundo os moradores, depois que se mudaram, alguma coisa mudou sim, para melhor ou para pior. Em se tratando de melhorias 82% dos moradores do Bairro Iraci estão mais satisfeitos, enquanto 12% dos moradores da Prainha disseram estar insatisfeitos com a sua nova moradia. Na Prainha, 30% dos moradores acham não ter mudado em nada a sua nova moradia, isso acontece em decorrência da frustração de ter deixado o seu local de

origem na zona rural em busca melhores condições de vida, o que não ocorreu, pois na realidade vivem abandonados, sem perspectivas de dias melhores.

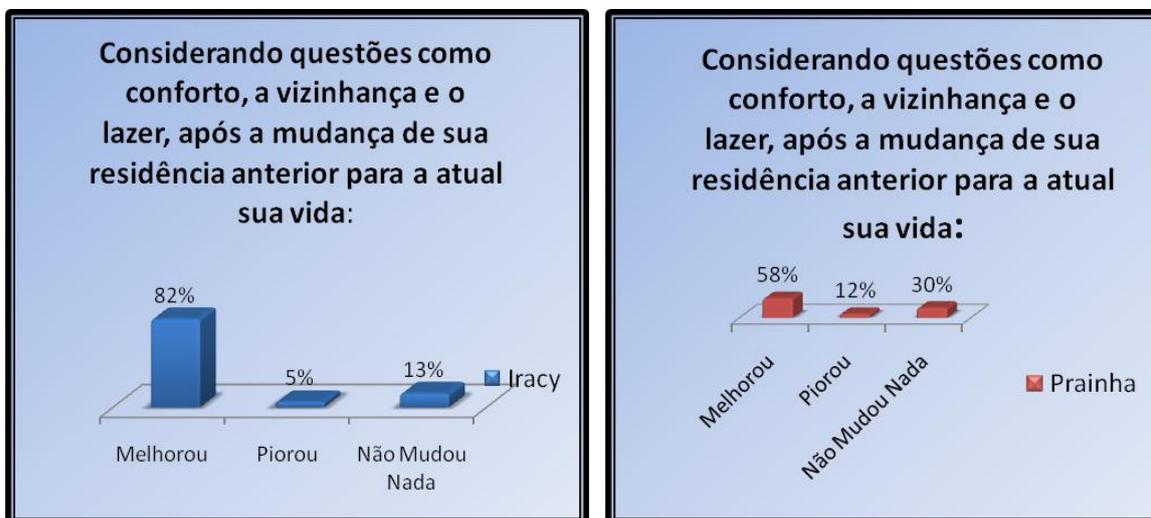


Gráfico 17: Considerando a questão como conforto, vizinhança, lazer após mudança de sua residência anterior para a atual.

Fonte: Pesquisa de campo Realizada em 2010

A respeito do Gráfico 18, sobre a questão “O que lhe chama mais atenção durante o dia e durante a noite no seu Bairro”. Os itens a serem observados foram: barulho do trânsito; insegurança; tranquilidade; opções de lazer; beleza natural e temperatura agradável. Os moradores de ambos os Bairros demonstraram opiniões muito parecidas quando se trata de barulho do trânsito, poucas opções de lazer, beleza natural e temperatura agradável.

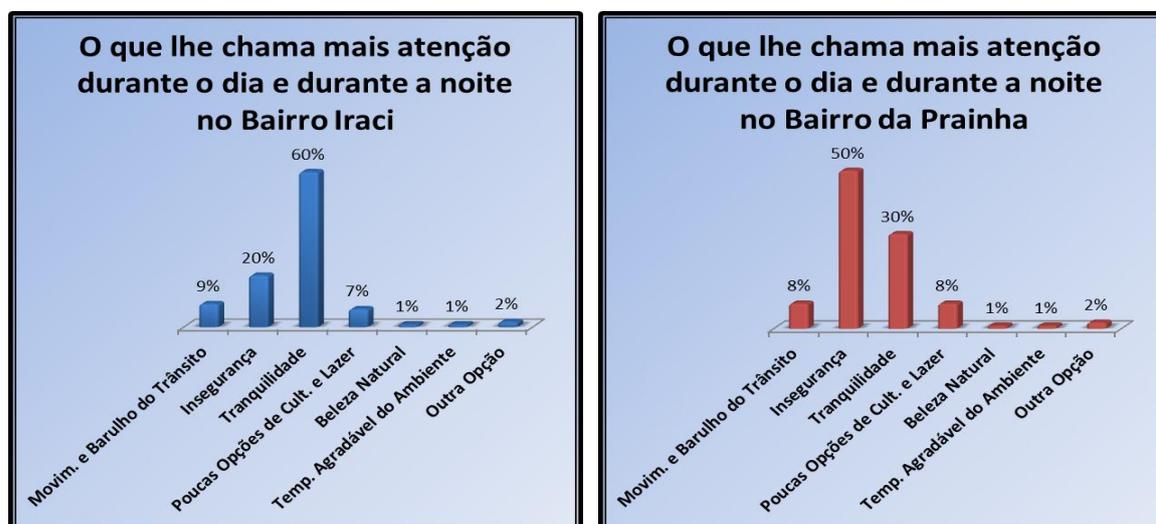


Gráfico 18: O que chama mais a atenção

Fonte: Pesquisa de campo Realizada em 2010

Em relação à insegurança, em ambos os Bairros, os moradores demonstraram se sentir inseguros, porém, na Prainha, 50% demonstraram uma maior preocupação pela falta de segurança. Dos moradores do Bairro Iraci, 60% demonstraram um sentimento mais elevado de tranquilidade. Isto é perceptível quando observamos que realmente, transitar no Bairro Iraci, principalmente à noite, é muito mais tranqüilo do que transitar no Bairro da Prainha, mesmo durante o dia. Poucas pessoas têm coragem de adentrar no Bairro da Prainha à noite.

Segundo o delegado de polícia do município, Lázaro Mendes Neto, no Bairro da Prainha existe um alto índice de consumo e tráfico de drogas. Portanto, uma atenção maior por parte das autoridades competentes, quanto à segurança para ambos os Bairros, mas principalmente no Bairro da Prainha, é fundamental para que tanto os moradores dessa área, quanto os visitantes, possam ter assegurado o direito de ir e vir, sem, no entanto, serem importunados por bandidos que impõem medo, quando se colocam como donos do Bairro.

Com relação ao maior problema do Bairro gráfico 19, os moradores do Iraci 25% responderam que é o excesso de lixo. Enquanto para os moradores da Prainha 43% afirmam que é a falta de urbanização.

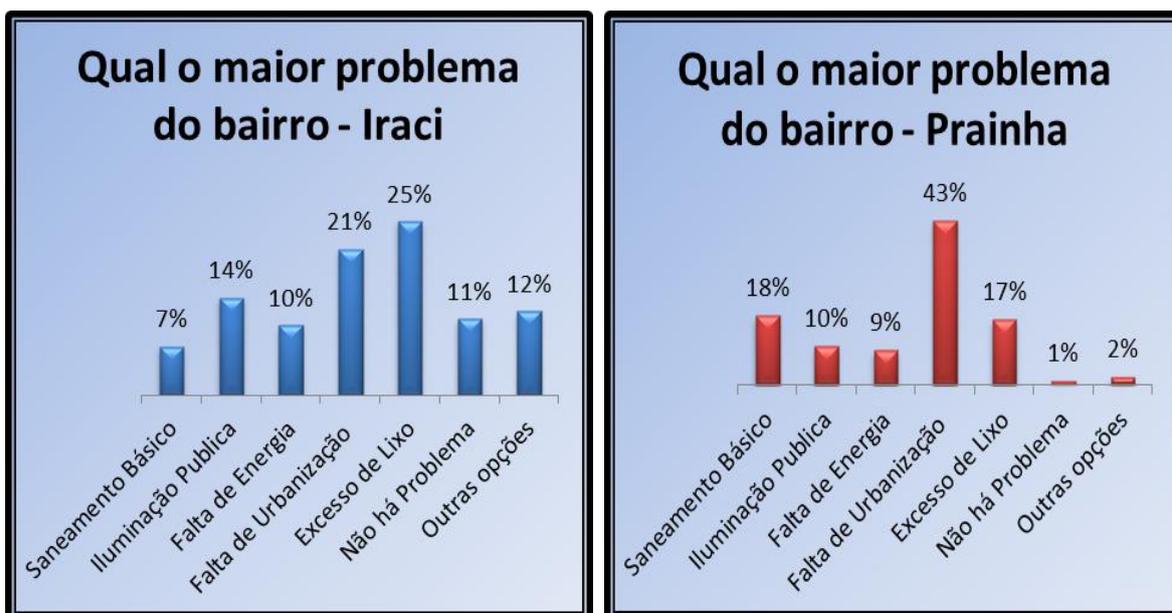


Gráfico19: qual maior problema do Bairro  
Fonte: Pesquisa de campo Realizada em 2010

### 3.7. Saneamento básico e coleta de lixo

O Gráfico 20 trata da questão da água encanada. Neste sentido foi possível perceber que os Bairros recebem atenção do Poder Público, pois no Bairro Iraci, 100% dos moradores recebem água encanada e no Bairro da Prainha, 95%. O que é considerado positivo, haja vista o saneamento básico da cidade deixar muito a desejar, principalmente com relação ao sistema de esgoto existente apenas na área central da cidade.

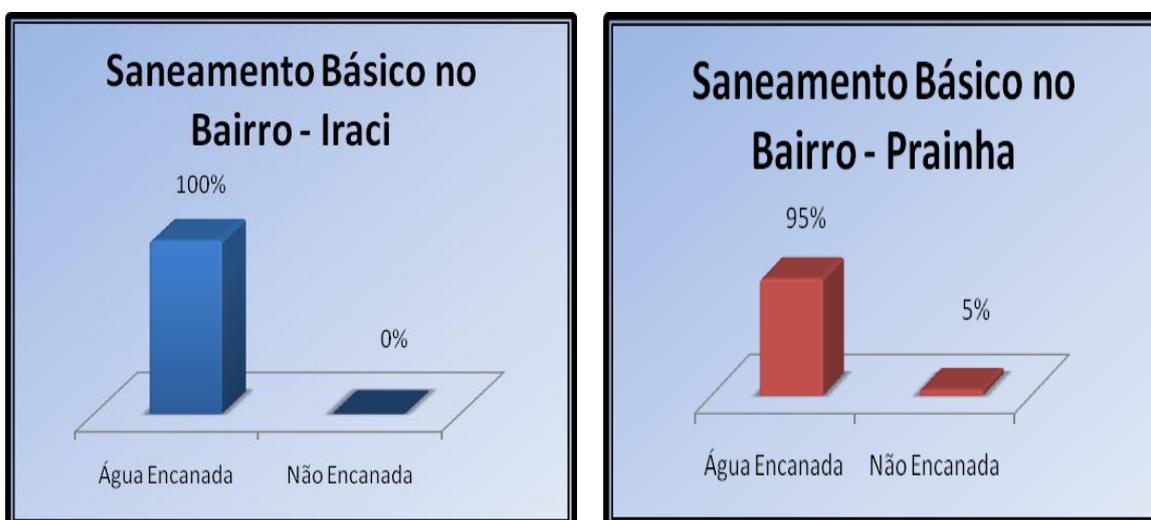


Gráfico 20: Saneamento básico  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Em relação à coleta de lixo apresentada no Gráfico 21, vê-se que o procedimento é realizado diariamente, com a diferença que no Bairro Iraci, se faz com mais frequência, chegando a 95%, segundo os entrevistados. Enquanto na Prainha, devido ao difícil acesso do carro coletor, uma boa parcela da população, cerca de 23%, fica sem coleta de lixo.

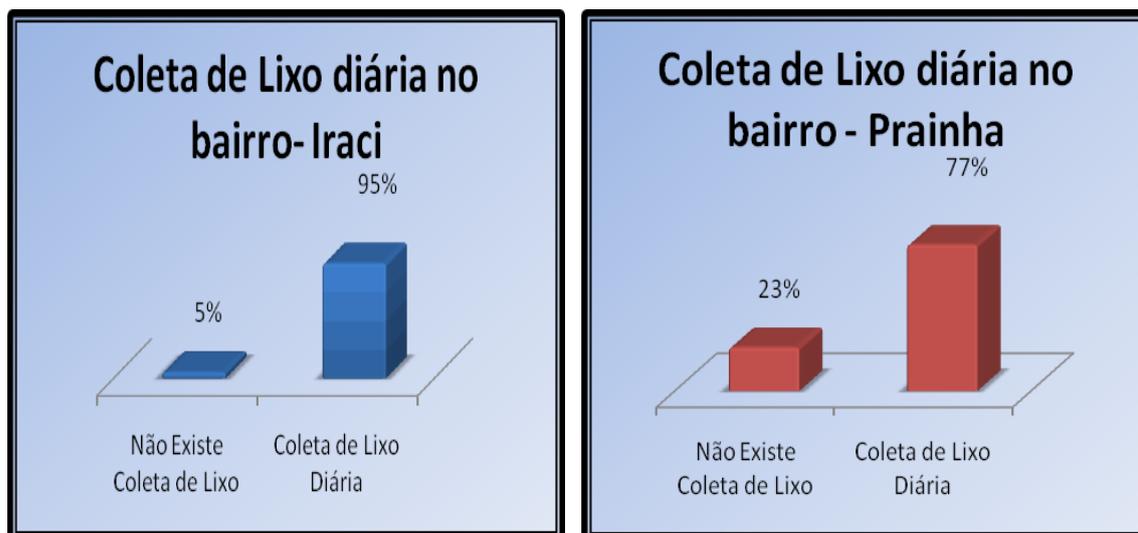


Gráfico 21: Coleta de lixo diária  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Vale ressaltar neste item que embora ocorra coleta diária, em todos os bairros, é comum as pessoas não terem o hábito de colocar o lixo no horário em que o carro coletor passa, pois ainda se vê um amontado de lixo espalhado pela cidade todos os dias, devido à falta de educação ambiental da população.

Nesse sentido, o problema do lixo em Itacoatiara está longe de ser resolvido, pois as pessoas não têm consciência do seu papel como sujeitos dos problemas ambientais, pois acredita-se que a educação geral, não apenas ambiental, é parte da vida de todos nós. “Aprender como proteger o meio ambiente, mantendo sempre limpa a cidade e a casa, trabalhar sozinho e em grupos para resolver os problemas ambientais que aparecem nos dias atuais, ajuda a evitar que venham a acontecer no futuro”<sup>26</sup>. Nessa perspectiva, a educação não separa o sujeito da sua relação com a natureza, mas o coloca como ser social consciente e responsável de suas ações com o meio ambiente que o envolve.

Contudo, comparando os Bairros estudados, verifica-se que no Bairro Iraci o saneamento básico (água) e a coleta de lixo atende toda a população, sendo a coleta de lixo feita com maior frequência. No Bairro da Prainha, existem 5% dos

<sup>26</sup> IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas. *Lixo: nosso resíduo sólido de todos os dias*. Manaus: Imprensa oficial do Estado do Amazonas, 2001.

moradores que não utilizam água encanada, e 23% que não são atendidos com a coleta de lixo, se justificando, o acúmulo de lixo no bairro, tornando-o um viveiro de todo tipo de insetos. No Bairro Iraci é comum as pessoas jogarem lixo e escoarem água de piscina para o meio da rua se justificando a falta de conscientização com a preservação ambiental, pois a maioria dos moradores é escolarizado.

Uma parte da coleta de dados foi comparar os Bairros nas questões ambientais (natureza) na época em que os moradores pesquisados foram morar neles, para comparar com a presente realidade. Os dados dos gráficos abaixo, demonstram como eram os Bairros no início das suas ocupações.

### 3. 8. Árvores, animais sivistres, igarapés/lagos e animais aquáticos

No Bairro Iraci 40% responderam que havia arborização (Gráfico 22), enquanto que na Prainha, 28% disseram que existiam muitas árvores. No entanto, percebe-se que os próprios moradores fizeram o trabalho de plantio de árvores, pois existem atualmente muitos quintais bem arborizados em ambos os Bairros, até mesmo porque é cultura dos amazonenses terem árvores frutíferas em seus quintais, pois as mesmas servem de sombra, possibilitando reunir os amigos e familiares aos domingos e feriados para comerem churrasco e peixe assado, hábito rotineiro na vida dos itacoatiarenses.

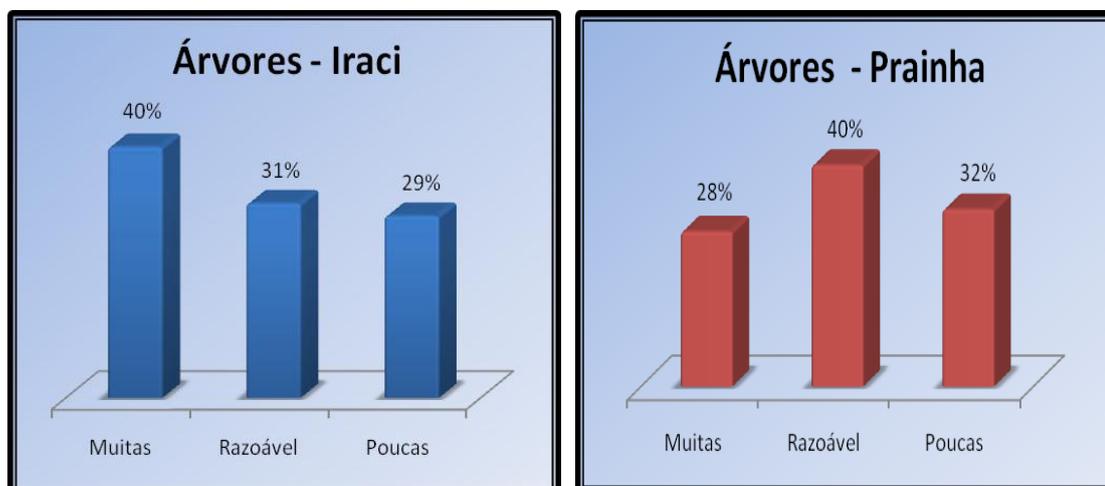


Gráfico 22: Árvores

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Sobre os animais silvestres, os moradores de ambos os bairros se equipararam nas respostas (Gráfico 23), segundo eles, desde que lá chegaram, encontraram poucos animais silvestres, pois os Bairros já tinham passado por intervenções.

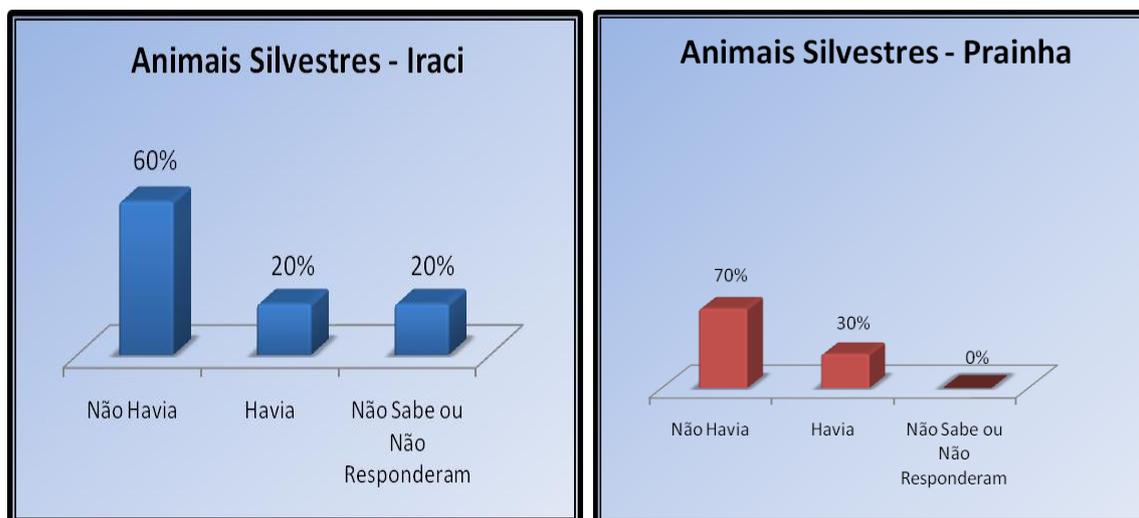


Gráfico 23: Animais silvestres  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

O Gráfico 24 trata da questão da existência de igarapés e lagos nos Bairros, os mesmos servem para mostrar melhor a modificação ocorrida ao ambiente natural, pelo processo de expansão urbana de Itacoatiara. Assim, foi possível perceber que uma parcela de moradores, 16% do Bairro Iraci e 26% do Bairro da Prainha, conviveram com as águas límpidas dos rios e lagos que faziam parte do local. Enquanto 46% dos moradores do Iraci e 74% da Prainha, consideraram as águas sujas, mas ainda usadas pelos moradores.

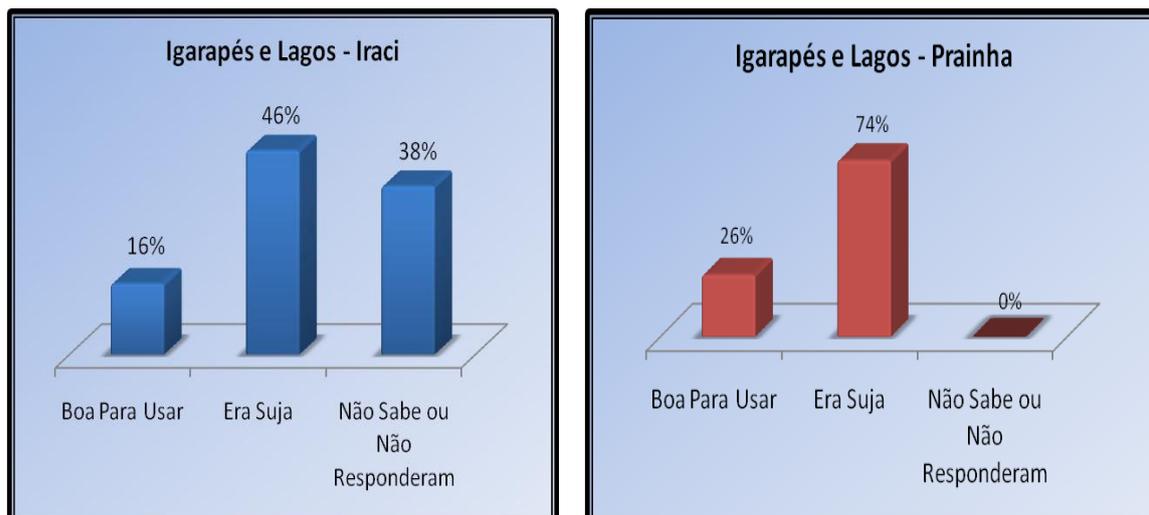


Gráfico 24: Igarapés/lagos  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Quanto aos animais aquáticos, o Gráfico 25 mostra que 19% dos moradores do Bairro Iraci disseram que existia animais quando foram morar no Bairro. Enquanto na Prainha, 43% dos entrevistados afirmaram que havia animais, como: jacaré, peixes, e cobras, no local.

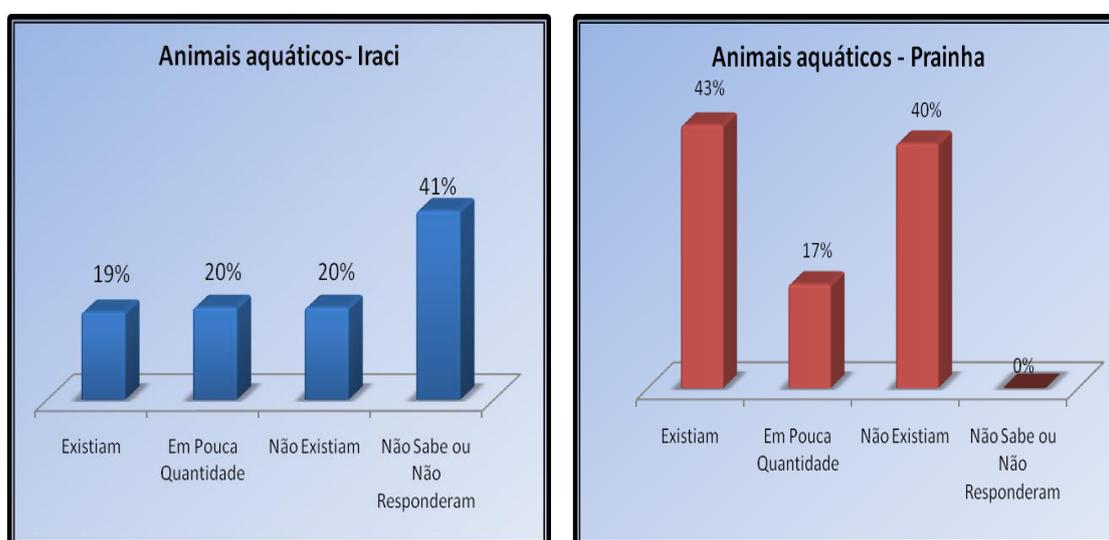


Gráfico 25: Animais aquáticos  
Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2010

Na área onde foi construído o Bairro da Prainha existia um igarapé que apresentava um cenário de vegetação nativa e águas cristalinas. Os habitantes da cidade faziam uso de suas águas como balneário e para lavar roupa, tanto que de

acordo com F. M.<sup>27</sup>, ele aprendeu a nadar no Igarapé da Prainha. É com certa melancolia que o mesmo descreve as mudanças que foram ocorrendo no igarapé que originou o nome do Bairro, atualmente é um local totalmente assoreado, com aningais, onde são jogados todos os tipos de dejetos e águas fétidas (Figura 45), que se acumulam ao lado das residências<sup>28</sup>, ou seja, o igarapé foi transformado em esgoto a céu aberto.



Figura 45: Água fétida ao lado das residências.  
Fonte: Dilma Braga, 2011

Por ser o Bairro da Prainha, nos anos de 1960, um local com muita vegetação de floresta e, pelo fato de o Igarapé da Prainha ser um afluente do Lago do Canaçari, onde até os dias atuais é possível a pescaria de quelônios<sup>29</sup> e peixes, a afirmação dos entrevistados é pertinente sobre a existência desses animais no Bairro. Inclusive têm dois tipos de peixes *Liposarcus pardalis* denominado popularmente de Acari-Bodó e Tamuatá (cascudo) que sobrevivem ainda nas águas poluídas, do que sobrou do Igarapé da Prainha, servindo muitas vezes de alimento para as pessoas desse local que não têm nenhuma renda.

<sup>27</sup> F. M é morador antigo do bairro da Prainha, veio com seus pais de Município de Maués, com cinco anos de idade.

<sup>28</sup> A casa de F. M é uma das que aparece na (Figura 32).

<sup>29</sup> Quelônios são espécies de tartarugas encontradas nos rios da Amazônia.

Neste contexto, a paisagem natural, de ambos os Bairros, foi sendo modificada com o crescimento da cidade. As intervenções foram decisivas para transformar a fauna e a flora existentes no local. No Bairro Iraci foi construído o primeiro campo de pouso para aeronaves de pequeno porte; que depois deu lugar para a construção do conjunto habitacional Iraci. Enquanto o Bairro da Prainha, era o local de onde tiravam areia para as construções de casas e instituições públicas e onde as pessoas se divertiam nos vários cassinos e prostíbulos nos idos dos anos 1960, bem como, para caçar e pescar, até ser ocupado nos anos 1970. Atualmente o que sobrou da paisagem natural em ambos os bairros são os aningaís fétidos.

Considerando os dados analisados, chega-se a conclusão de que a maioria dos moradores de ambos os Bairros, encontram-se satisfeitos no local que habitam. Estando os moradores do Bairro Iraci mais satisfeito do que os que moram no Bairro da Prainha, pois a porcentagem de satisfação está de 87% para o Bairro Iraci enquanto para a Prainha é de 73%. O que se evidencia no Gráfico 26.

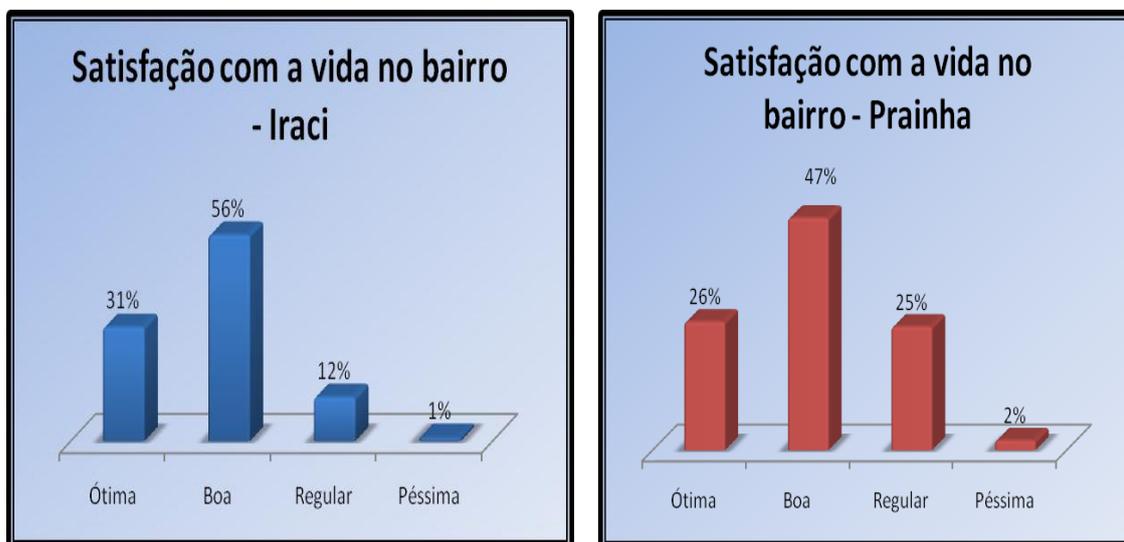


Gráfico 26: Satisfação com a vida no bairro  
Fonte: Pesquisa de campo Realizada em 2010

### 3.9. Considerações gerais sobre os dados de campo

Os resultados aqui expostos por intermédio dos gráficos nos permitem afirmar que os Bairros Iraci e Prainha apresentam profundas contradições e desigualdades sociais, econômicas e ambientais. Pois embora os mesmos sejam antigos, não apresentam a mesma infraestrutura urbana e serviços coletivos (educação, saúde, habitação). Na realidade essa infraestrutura se apresenta diferenciada, devido às políticas públicas privilegiarem o Bairro Iraci, haja vista, que as ruas do Bairro são todas pavimentadas, contrastando com as do Bairro da Prainha que revelam o total descaso das autoridades.

De acordo com o senhor G. B.<sup>30</sup>, o maior problema do Bairro da Prainha é a precariedade de infraestrutura urbana<sup>31</sup>, inclusive depois de muito ir buscar melhorias para o Bairro e não ser atendido confeccionou uma placa e a colocou exposta na entrada da rua onde mora, com a seguinte frase: “Ramal<sup>32</sup> até quando?”. Ou seja, o senhor G.B que procurou a cidade, buscando melhores condições de vida, continua morando em um ramal, onde convive com lama e erosão constante no inverno. Além disso, a omissão do poder legislativo e executivo fica evidenciada na fala do referido morador ao dizer que:

Os vereadores após a eleição desaparecem. O Bairro é discriminado, falta interesse político, já cansei de ir atrás de melhorias para o Bairro da Prainha, mas tudo fica só na promessa. No Bairro da Prainha existem vários grupos, com interesses diferentes, essa falta de união atrapalha na hora de cobrar do prefeito as melhorias para o bairro.

Todavia, mesmo assim, a cada período eleitoral a população se enche de esperanças e acredita nas promessas dos candidatos, por exemplo, que o Bairro vai receber toda a infraestrutura urbana, contudo, o tempo passa e nada

---

<sup>30</sup> G. B. é morador do Bairro da Prainha há mais de vinte e cinco anos, é agricultor, sindicalizado no Sindicato Rural. Antes de morar na Prainha residia no Rio Arari, comunidade rural de Itacoatiara.

<sup>31</sup> Com essa mesma opinião comungam 43% dos moradores da Prainha de que o maior problema do Bairro é a falta de infraestrutura (gráfico 19).

<sup>32</sup> Ramal significa ruas abertas nas comunidades rurais, sem pavimentação asfáltica e sujeitas à erosão de águas pluviais.

acontece. Quanto à existência de vários grupos com interesses diferentes no Bairro da Prainha, referenciado pelo senhor G. B é comum a submissão de grupos de moradores e dos próprios presidentes de associações de bairros principalmente de ocupação, atrelados ao poder executivo representados pelo prefeito do momento, que atua com a política do clientelismo. Concorda-se com Carlos (2008,p.199) ao dizer que “os movimentos reivindicatórios estão presos, em sua maioria, ao clientelismo, que faz com que moradores de loteamentos dirijam-se à prefeitura para pedir água, luz e transporte, de forma isolada”. Dessa forma, dificilmente vai existir por parte desses grupos subservientes, poder de pressão sobre o prefeito por serviços de consumo coletivos, pois em muitos casos a subserviência é uma estratégia de sobrevivência.

Portanto, o resultado da pesquisa foi significativo por mostrar as condições em que vive tanto os residentes do Bairro Iraci, quanto os da Prainha. Corroborou para sustentar as desigualdades de infraestrutura urbana apresentadas nos capítulos anteriores entre os Bairros Iraci e Prainha, no qual “o uso diferenciado da cidade demonstra que o espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social”<sup>33</sup>. Assim, no Bairro Iraci mora uma população muito mais escolarizada, com maior padrão econômico e com maior poder de reivindicação dos serviços e bens coletivos.

No Bairro da Prainha mora uma população na sua maioria pobre, em consequência do abandono na qual estão submetidas pelas autoridades competentes que ocasionalmente visitam o Bairro em época de eleição, segundo o senhor G.B, sem qualquer comprometimento, com as políticas públicas, de infraestrutura urbana e principalmente, de habitação, que será abordada no capítulo seguinte.

---

<sup>33</sup> CARLOS, Ana Fani A. A cidade. São Paulo: Contexto. 2009, p.23.

## CAPÍTULO 4

### A PROBLEMÁTICA DA HABITAÇÃO EM ITACOATIARA NOS BAIROS IRACI E PRAINHA

Este capítulo trata das problemáticas habitacionais existentes na cidade de Itacoatiara, principalmente, as que permeiam os Bairros de Iraci e Prainha. O objetivo é destacar a situação de moradia no município e nos dois Bairros, objetos dessa pesquisa. Entretanto, antes de abordar as condições habitacionais em Itacoatiara e nos Bairros acima citados, buscar-se-á destacar os antecedentes e as causas que geraram *déficit* habitacional na cidade, tomando como ponto de partida uma breve explanação das políticas habitacionais em nível nacional e estadual, para se contextualizar e compreender a problemática local.

É importante entender o papel do Poder Público na produção da habitação, para poder saber até que ponto os instrumentos políticos asseguram os direitos à moradia. Conforme o que determina a Constituição Federal de 1988, em seus Artigos 21 a 30, os municípios são co-responsáveis pela promoção das políticas habitacionais.

O crescimento rápido da cidade<sup>34</sup> e da população urbana brasileira trouxe sérios problemas, no que tange ao uso e ocupação do solo, como também, intensas mudanças no processo de organização territorial, traduzindo-se em sérios problemas urbanos como desemprego, violência e ausência de serviços básicos gerais.

Entre os problemas que atingem as cidades, segundo Oliveira e Costa (2007, s/p) são notórios os da questão habitacional, visto que essa explicita as contradições resultantes da produção da cidade numa sociedade desigual. Desse modo, a falta de políticas habitacionais resulta em moradias empobrecidas, geralmente em áreas inadequadas, como por exemplo, a maioria das invasões. Essa falta de planejamento constitui um fator para a degradação social e ambiental, o que gera danos à própria população.

---

<sup>34</sup> A cidade nos abre a perspectiva de entendermos o urbano, a sociedade, a dimensão social e histórica do espaço urbano (Carlos, 2004, p. 184).

No sistema capitalista evidencia-se uma política de exclusão quanto ao acesso a bens e a serviços produzidos socialmente. Embora se entenda que a habitação é um direito de todos, observa-se que o acesso é usufruído apenas pela camada social mais abastada; enquanto a maior parcela da sociedade, com renda inferior, dificilmente consegue ter acesso a esse direito, por não conseguir espaço e poder aquisitivo para adquirir moradia digna. Nesse sentido, afirma Carlos (2004, p. 185) que:

O momento atual da sociedade capitalista modifica o ato de habitar, impõe novas relações entre os indivíduos e deteriora o sentido da cidadania, fazendo emergir novas lutas que emanam das mudanças nas formas do habitar, subvertendo as relações entre os cidadãos que moram nas cidades, como decorrência do aprofundamento das desigualdades.

Neste sentido, as formas como vem constituindo-se a produção da habitação deixam claras as contradições sociais, principalmente, quando se presencia os atuais problemas da sociedade evidenciados pelas desigualdades socioespaciais. O problema da habitação torna-se acentuado, a partir do surgimento do homem “livre”, nascido do capitalismo, por meio do processo de industrialização que, segundo Lefebvre (1991), é o motor das transformações na sociedade. O homem “livre” difundido pela ideologia capitalista é aquele que pode teoricamente, escolher a sua forma de trabalho, o seu salário, o seu patrão, mas o homem “livre” transformou-se em “sujeito sujeitado” desprovido de trabalho e de habitação.

#### **4.1. A produção de habitação no Brasil**

A política habitacional no Brasil passa a ser responsabilidade do Estado a partir de 1930, com a instituição das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Segundo Rodrigues (1998, p.45), os IAPs, eram organizados por categorias, construíam conjuntos residenciais e financiavam moradias aos associados. No período de 1937 a 1964 foram construídos 239 conjuntos habitacionais, totalizando 47.789 moradias, além do financiamento de 72.236 unidades.

Em 21 de agosto de 1964, sob a Lei nº. 4.380, conforme Villaça (1986), foi instituído o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Federal de Habitação (SFH), com o objetivo de coordenar a política habitacional das instituições públicas, diminuir o *déficit* habitacional, gerar emprego por meio da construção civil, orientar a iniciativa privada, estimular a construção de moradias populares, financiar a aquisição da casa própria, melhorar o padrão habitacional e ambiental, eliminar as favelas, aumentar os investimentos da indústria de construção e estimular a poupança privada como investimento.

A política habitacional do BNH emerge com a ditadura militar. Nesse contexto, a política habitacional assume um modelo empresarial na medida em que o governo traça as metas para resolver os problemas sociais de desemprego por intermédio da construção civil, bem como o problema da questão da habitação.

Afirma Valadares (1983, p.78) que a criação do BNH apresentou-se como inovação à introdução do sistema de correção monetária nos financiamentos habitacionais como mecanismo de compensação. A autora aborda a atuação do BNH em quatro momentos: o primeiro vai de 1964 a 1967, correspondendo à implantação e sua estruturação como órgão central do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a Lei 5107 de 14 de setembro de 1966, e a Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimos (SBPE), como forma de superar as dificuldades financeiras do início.

No segundo momento, de 1968 a 1970, houve transformação operacional com a ampliação das funções do BNH. Foram privilegiados os financiamentos para a camada social com renda superior ao salário mínimo e outros programas como o Programa de Financiamento para Saneamento (FINASA), o Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e o Programa de Financiamento de Material de Construção (FIMACO).

No terceiro momento, de 1971 a 1979, o Banco passa a operar com menos poderes, no entanto, houve a intensificação de programas de desenvolvimento urbano com a criação, em 1972, dos Fundos de Desenvolvimento Urbano (Nordeste, Leste, Centro-Oeste, Sul e Amazônia); do Programa de Complementação Urbana (CURA) e do Plano Nacional de Habitação Popular.

No quarto e último momento, de 1979 a 1986, foi criado o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), com o objetivo de atender às famílias de baixa renda, promover a recuperação das áreas faveladas e formular um Plano de Habitação Rural.

Contudo, segundo Blay (1979), o mecanismo posto em marcha pelo BNH conseguiu realmente retardar a solução do problema habitacional brasileiro, por vender uma utopia, evitar a redistribuição da renda e desviar a direção da tensão social dos verdadeiros problemas subjacentes ao problema habitacional. Neste sentido, embora muitos programas tenham sido criados para solucionar o problema da habitação, não tiveram êxito, pois a população de baixa renda ficou excluída da lógica de atuação do BNH, que transmitia para a iniciativa privada suas funções, especialmente para o setor imobiliário que convergia para as camadas sociais média e alta.

Assim, a chamada teoria do bolo, do fazer investimentos para a habitação da classe média urbana, esperando rápido retorno financeiro para depois investir na área pobre urbana; ou seja, repartir o bolo, não ocorreu, ocasionando concentração de renda, processos de periferização e favelização. Além disso, esses investimentos para a classe médias urbanas causou aumento do preço do solo urbano, reforçando os processos acima citados, caracterizados por moradias de baixo padrão, distantes das áreas centrais e sem infraestrutura física e social. Exceção das favelas que apareceram por todo o tecido urbano.

O BNH foi extinto em 1986, devido à crise econômica vivenciada no País durante essa década. Suas atribuições foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004). Para o setor de habitação a crise resultou num alto endividamento, sem falar na incapacidade de implementação de novos projetos que conseguissem dar conta da demanda por moradias existentes no País. É o caso das cidades do Estado do Amazonas. Manaus e Itacoatiara são algumas das que sofreram o reflexo das políticas habitacionais implementadas pelos programas do BNH e, atualmente, pelo Ministério das Cidades.

## 4.2. A produção de habitação no Amazonas

A Política Habitacional do Estado do Amazonas tem início com dois programas oriundos do extinto BNH. Segundo Oliveira e Costa (2007, s/p): o primeiro conhecido como Programa Companhia de Habitação do Brasil (COHAB), criado em 1966, que tinha como meta a construção de casas em áreas livres, para formação de conjuntos habitacionais servidos de infraestrutura urbana e destinados inicialmente às famílias que possuíssem renda de até três salários mínimos, sendo, posteriormente, estendido às famílias com renda de cinco salários. O segundo, o PROMORAR, criado em 1982, tinha por objetivo promover a urbanização das áreas carentes de habitação e equipamentos coletivos de saúde, educação, lazer e segurança. Ambos os programas tiveram importância na configuração do espaço urbano de Manaus, com a construção de conjuntos habitacionais e a implementação do Projeto de Urbanização do Bairro do Coroadó, executadas pela COHAB-AM.

Em 1976, a COHAB foi transformada em Superintendência de Habitação do Amazonas (SHAM) e, em 1995, em Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB), órgão responsável pela política habitacional no Estado. Nessa conjuntura política de 1965 a 1975 e, após dez anos da criação da COHAB, foram construídos os primeiros conjuntos habitacionais em Manaus, dentre eles Flores I e II, Costa e Silva, Castelo Branco, Trinta e Um de Março, nomes de referência do Regime Militar, e o conjunto Ajuricaba, nos arredores da cidade, sendo o mais próximo do Centro, o que dista cinco quilômetros. Com o PROMORAR veio a construção do Conjunto Cidade Nova com quinze mil habitações e outros conjuntos cada vez mais distantes do centro, por mais de dezesseis quilômetros. Nas últimas três décadas, afirma Assad (2005, p.7) que:

O município de Manaus vem se deparando com um número elevado de ocupações irregulares, as chamadas “invasões”. Segundo dados da Secretaria de Estado de Terras e Habitação, nos anos de 2002 e 2003, ocorreram mais de 100 novas “invasões” no perímetro urbano (Assad, 2000, p.7).

Nessa perspectiva, mesmo com essa política habitacional que vinha sendo implantada desde a época da COHAB, SHAM e atualmente SUHAB, bem como,

as crescentes construções dos conjuntos denominados de Conjuntos de Rede Social Cidadão: I, II, III, IV, V, VI e VII, VIII, IX (Figuras 46 e 47 adiante) e, do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), que visa à revitalização dos igarapés e a melhoria da qualidade da moradia para as famílias que ocupam as margens de igarapés, nas áreas centrais e outros conjuntos residenciais da cidade, tem se mostrado insuficiente para atender a demanda por habitação.



Figuras 46 e 47: Tipos de moradias dos Conjuntos Cidadãos em Manaus  
Fonte: < <http://www.blogdoclaudemirandrade.blogspot.com>>. Acesso em: 1 out. 2010.

Na realidade, pensa-se que não basta somente construir conjuntos habitacionais, é imperativo realizar-se uma política habitacional capaz de assegurar, além da estrutura física, outros serviços de cunho social para as pessoas morarem com dignidade, pois muitos dos conjuntos da rede denominada “Cidadão” não oferecem condições de moradia devido a sua própria estrutura física insuficiente, colocando em risco a vida de seus moradores, visto que alguns desses conjuntos foram construídos em terrenos totalmente em risco de desmoronamento, como é o caso do Conjunto “Nova Cidade”, de onde várias famílias tiveram que abandonar suas casas, devido ao risco de morte.

A situação habitacional de Manaus configura-se de um lado pela especulação imobiliária nas áreas nobres da cidade: centro, bairro da Ponta Negra e Vieiralves e, de outro, pelas áreas onde residem famílias de baixa renda que precisam de política habitacional para deixar os locais insalubres, distantes e

sem qualquer tipo de condições de moradia, ou seja, para deixarem de ser excluídos do direito à cidade.

Dados da Fundação João Pinheiro (FJP) confirmam que, em 2000, o *déficit* habitacional em Manaus, estava estimado em 68.108 domicílios. Esse *déficit* impulsionou novas invasões. De acordo com dados do (IBGE, 2010), houve um crescimento de 13,89% de invasões em Manaus, sendo esse número maior do que o detectado em 2000. Essa situação também se reflete em Itacoatiara, município da região metropolitana de Manaus, embora em menor grandeza.

### **4.3. A produção de habitação em Itacoatiara**

Na cidade de Itacoatiara, a problemática da habitação teve início, como visto no capítulo dois, sobretudo, com o êxodo rural e, com o fluxo migratório de pessoas de outros municípios e estados, atraídos pela economia industrial que se formou a partir da implantação da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA em 1967), que propiciou a instalação das madeireiras nos anos 1970-1980 e do Porto Graneleiro/Hermasa, nos anos 1990, além das enchentes do Rio Amazonas associadas à decadência das atividades tradicionais dos ribeirinhos. Em função do rápido processo de urbanização ocorrido nos anos de 1980 e, mais precisamente, na última década, com o aumento significativo da população, os problemas foram se acentuando.

As diferenças sociais impostas por essa dinâmica logo foram se aguçando no que concerne aos bens e serviços coletivos. A habitação é um desses bens, cujo acesso é seletivo como diz Corrêa (2002), por isso, poucas pessoas têm habitação própria. Assim as áreas melhores localizadas foram ocupadas pela população com poder aquisitivo mais elevado (Centro, Bairro Iraci e outros), enquanto a camada de baixa renda multiplica os bairros periféricos de norte a sul, e logo se acirram os conflitos sociais pelo direito ao uso do solo e da habitação, ocasionadas pelas invasões.

Na cidade de Itacoatiara, as constantes invasões em terras particulares (Fazenda Cacaia de propriedade do senhor Moises Israel) se constituíram em vários bairros, mais especificamente na última década, com a criação de cinco bairros: Nogueira Junior, Mamoud Amed I, Eduardo Braga I e II, nomes que fazem

alusão aos “padrinhos políticos” Nogueira Junior vereador (PMDB), ao ex-prefeito Mamoud Amed Filho (PMDB) e ao ex governador Eduardo Braga (PMDB), e Bairro da Paz. Eles são o retrato da insuficiência das políticas habitacionais, o que tem gerado sérios conflitos entre os donos de terrenos, o Poder Público e os invasores.

No mês de junho de 2009, presenciou-se e se documentou, através de imagens (Figuras 48 e 49 adiante), a ação de reintegração de posse de terrenos localizados na periferia leste da cidade em favor do Pólo Moveleiro (área destinada pelo Estado para a construção de fábricas de móveis) e de empresários, bancários e comerciantes proprietários dos imóveis. Para frear as invasões o Poder Público utilizou-se de mecanismos de repressão, como a ação policial com uso de balas de borracha e *spray* de pimenta para coibir a ação dos invasores.



Figura 48: Ação policial na reintegração de posse  
Fonte: Dilma Braga, 2009



Figura 49: Ação dos invasores  
Fonte: Dilma Braga, 2009

No entanto, exceto o terreno pertencente ao Pólo Moveleiro, os demais, dos comerciantes, bancários e empresários estavam sem qualquer benfeitoria, ou edificações que se justificasse o uso da terra. Os donos dos terrenos são moradores das áreas nobres da cidade, Centro e seu entorno e, dificilmente vão utilizar as terras para moradia, ou seja, os grupos mais abastados compram a

terra, esperando a valorização da mesma por intermédio da urbanização da área, para depois usar como mercadoria, vendendo a terceiros. Os terrenos loteados de forma irregular são ocupados por pessoas que dizem não ter casa para morar. Os conflitos nos remetem a Carlos (2009, p.71) que escreve que:

O urbano produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade de classes fez dele um campo de luta onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. As contradições são produzidas a partir do desenvolvimento desigual de relações sociais (de dominação-subordinação) que criam conflitos inevitáveis. Esses conflitos tendem a questionar o entendimento da cidade enquanto valor de troca e, conseqüentemente, as formas de parcelamento do solo urbano (Carlos, 2009, p.71).

A cidade não é uma simples condição de vida, ela supõe direção, gestão, atividades sociais e políticas, mas também nela está vinculada a cultura e, por isso, guarda a dimensão do humano. Todavia, ela é produzida de forma vinculada à propriedade privada que se materializa na segregação espacial<sup>35</sup>.

Neste contexto, o mercado capitalista que impulsiona o uso e o parcelamento do solo, dimensionando uma disputa desigual por terras, tem acarretado as constantes invasões. Elas se constituem na forma que os grupos sociais empobrecidos encontraram para amenizar o problema da moradia. Na cidade de Itacoatiara as invasões, além de colocar em risco a vida das próprias pessoas que passam a morar em locais sem nenhuma condição de higiene e infraestrutura urbana, têm contribuído muito para degradar áreas de igarapés e exterminar várias espécies da flora e da fauna (Figuras 50 e 51).

---

<sup>35</sup> CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2009, p.81.

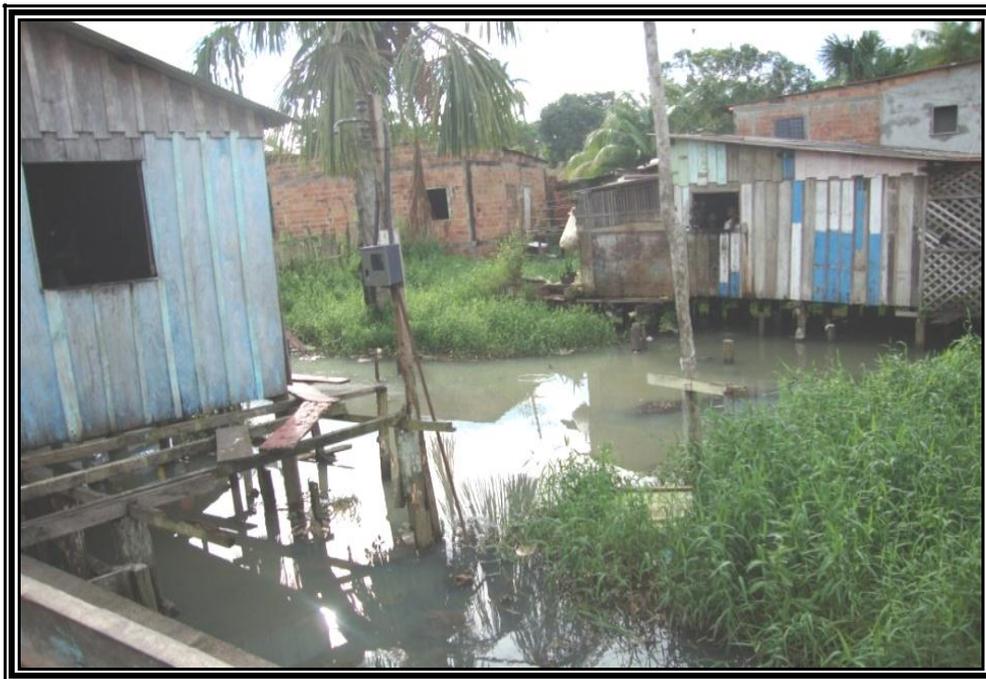


Figura 50: Tipos de moradias das áreas de invasões em Itacoatiara (AM)  
Fonte: Bruno Braga, 2011



Figura 51: Moradias de áreas de invasão II de Itacoatiara (AM)  
Fonte: Bruno Braga, 2011

As famílias que vivem nessas condições de moradia sobrevivem geralmente de subempregos ou empregos provisórios. Na sociedade urbana, o desemprego é o principal vetor para as desigualdades sociais e a elevação dos problemas urbanos, um exemplo disso, são as invasões dos igarapés que entrecortam a cidade. Esse quadro tem deixado em evidência o pouco alcance

das políticas públicas. Dessa forma, tal situação coloca em destaque a necessidade de se formular políticas de habitação mais eficazes para atender as faixas de menor poder aquisitivo, principalmente, as que não têm renda. Para Maricato (2003, p. 157):

A falta de alternativas habitacionais seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais é, evidentemente, o motor que faz pano de fundo dessa dinâmica de ocupação ilegal predatória de terra urbana. A orientação de investimentos de governos municipais revela um histórico comprometimento com a captação de renda imobiliária gerada pelas obras [...] beneficiando grupos vinculados ao prefeito de plantão. Há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade desigual e historicamente marcada pelo privilégio.

Assim, na cidade de Itacoatiara, a cada ano, por ocasião das enchentes do rio Amazonas, as situações são lastimáveis: famílias que moram nas margens de igarapés em vários bairros como a Prainha, Jauary, Bairro da Paz, Centenário entre outros (Figura 52) são obrigadas a abandonarem suas residências com perda total dos bens, passando a se abrigar em escolas. Essa forma de “resolver o problema de habitação”, tem criado outro problema: a retirada dos alunos das salas de aulas, contribuindo, na maioria das vezes, para a perda do ano letivo.



Figura 52: Pessoas em situação de risco (enchente de 2009)  
Fonte: Enéias Gonçalves, 2010.

Na cidade de Itacoatiara, uma vez que os rios, lagos e igarapés fazem parte da vida cultural dos itacoatiarenses ribeirinhos da cidade (existe uma identidade do homem ribeirinho com o Rio), até então, ainda não houve nenhum gestor público que planejasse ações efetivas para viabilizar habitações especificamente voltadas para as famílias que vivem em área de risco. Sequer manifestaram a intenção de mantê-las nessas localidades de forma digna, com infraestrutura adequada.

Entende-se que quando o Poder Público municipal deixa de investir em habitação proporciona uma política de proliferação de um amontoado de palafitas de forma irregular para os que não têm acesso à moradia, contribuindo, dessa forma, para a segregação socioespacial, bem como para a degradação ambiental na cidade.

Em Itacoatiara atualmente inexistem terras de patrimônio público municipal, pois ao longo da produção da cidade, ocorreram várias doações feitas por prefeitos, com a autorização da Câmara de Vereadores. Mencionamos como exemplos, algumas empresas que receberam tais doações, entre elas: a Superintendência de Habitação do Amazonas (COHAB), atual (SUHAB), área onde se localizam os Conjuntos Residenciais: Iraci, Novo Horizonte, Cidadão; Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais S/A, terreno com uma área de 233.661m<sup>2</sup>; a Hermasa Navegação da Amazônia S/A, com área de 600.00m<sup>2</sup><sup>36</sup>, e Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que recebeu uma área onde se localiza a Escola Agrícola Km<sup>2</sup> da AM-010.

Para que o município transfira seu patrimônio a terceiros, segundo o atual Presidente da Câmara de Vereadores Raimundo Silva<sup>37</sup>, *“a doação de terra deverá ser sempre por interesse público, na perspectiva de se usar a área em utilidades sociais, na sustentação do interesse da população”*. Por tudo isso, nota-se que se tornou uma prática comum do Poder Público independente de filiação partidária, a doação do patrimônio municipal ao longo do tempo em Itacoatiara.

Na cidade de Itacoatiara os vazios urbanos ainda existentes, são áreas de antigas fazendas (Iraci e Poranga), que com a expansão da cidade, foram

---

<sup>36</sup> Lei nº. 11 de 11 de agosto de 2003.

<sup>37</sup> Raimundo Silva é formado em Direito pela Universidade Federal do Amazonas, (UFAM), Mestre em Direito Trabalhista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor de carreira da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), atualmente é Vereador (PMDB) eleito em 2008. Nasceu em Itacoatiara, há mais de sessenta anos.

incorporadas à malha urbana. Atualmente parte dessas terras está sendo transformada em loteamentos pelos herdeiros. Esta dinâmica socioespacial tem propiciado uma produção espacial cada vez mais privilegiadora das camadas sociais com maior poder de compra, impossibilitando o direito à cidade para quem não tem renda.

Em Itacoatiara a política habitacional está atrelada às políticas de habitação dos Governos Federal e Estadual, tanto que se restringe à construção de alguns conjuntos habitacionais como: o Residencial Iraci, construído em 1969; o Novo Horizonte em 1987; o Conjunto Mutirão em 1988; o Conjunto Cidadão em 2008 e o “Minha Casa Minha Vida”, em construção (2011).

Cabe lembrar que o Residencial Iraci foi oriundo do Banco Nacional de Habitação (BNH). A COHAB (AM) órgão responsável pela política habitacional no Estado, em parceria com o governo municipal (Gestão Prefeito Aurélio Vieira dos Santos – ARENA) construiu o mesmo com o objetivo de diminuir o *déficit* habitacional, proporcionando moradia para quem ganhasse até três salários mínimos, com financiamento em vinte anos. A construção do Residencial Iraci materializou-se num momento de transição da estrutura produtiva (agroextrativista) para uma economia industrial das madeireiras que se iniciava no município, logo, os beneficiados foram os empregados da iniciativa privada: comerciantes, bancários, políticos que estavam aptos ao financiamento.

O conjunto Residencial Novo Horizonte foi criado por convênio firmado entre o governo do Estado e o município, durante a gestão do então prefeito Mamoud Amed Filho (PMDB), tendo correspondência às mesmas estratégias do Residencial Iraci: diminuir o *déficit* habitacional gerando emprego e renda e o favorecimento de grupos sociais mais abastados que podiam financiar a casa própria. As casas foram financiadas em vinte anos, neste caso, os beneficiados foram os funcionários públicos estaduais, municipais e os empregados da iniciativa privada com salários que variavam entre três a cinco salários mínimos.

Na cidade de Itacoatiara, pelo visto, os investimentos em habitação com a produção dos conjuntos habitacionais supracitados, não fugiu à regra das demais cidades brasileiras, pois a política do BNH implantada na cidade, por intermédio da COHAB-AM e mais tarde (SUHAB), privilegiou as classes que podiam pagar para morar. Nota-se que essa forma de política habitacional iniciou o processo de

exclusão dos grupos sociais que ganhavam até um salário mínimo, principalmente famílias vindas da zona rural.

Diante desse contexto, surge, nesse bojo, o conjunto residencial “Mutirão” construído em (1988) na administração do ex-prefeito Francisco Pereira da Silva (PMDB), com o objetivo de beneficiar a camada populacional de baixa renda com 450 moradias. Para tanto, foi feito um cadastramento pela prefeitura das famílias que não tinham realmente moradia para serem contempladas com a casa própria. A construção do dito conjunto se deu em sistema de mutirão (as pessoas recebiam material de construção da prefeitura e construíam suas próprias casas). Como pode ser observada na Figura 53, a estrutura física das casas não oferece qualquer conforto aos moradores, além disso, os serviços urbanos são precários.



Figura 53: Tipo de habitação do Conjunto Mutirão  
Fonte: Bruno Braga, 2011

Além disso, a forma como se dá a construção em sistema de mutirão, acaba penalizando os próprios moradores que por um lado ganham a moradia, mas por outro lado acabam tendo algumas perdas, por exemplo: mão de obra não remunerada; a falta de conhecimento da construção civil que resulta em casas precárias e desconfortáveis; desperdício do tempo de convívio familiar e ainda a privação do lazer. Vale ressaltar que os moradores do Conjunto “Mutirão” só

passaram a usufruir de infraestrutura urbana e, ainda de forma precária, em meados de 1997, com o cumprimento da promessa de campanha do candidato a Prefeito, Miron Osmario Fogaça (PDT), eleito em outubro de 1996.

Cabe lembrar que nas imediações dos três conjuntos habitacionais mencionados existiam igarapés que foram totalmente assoreados ou aterrados na época da construção dos mesmos. É possível ver atualmente o que sobrou dos igarapés: filetes de água e aningais poluídos, sobrevivendo aos impactos da urbanização. Ultimamente as famílias de baixa renda se apossam desses locais em sistema de autoconstrução.

O Conjunto Residencial “Cidadão”, com 600 casas entregues à população em 2008, por sorteio, foi mais um convênio entre o Governo Municipal e Estadual. Para a construção do referido conjunto residencial, o ex-prefeito Mamoud Amed (PMDB), utilizando-se das mesmas estratégias anteriores, e com o discurso de gerar habitação para as famílias de baixa renda e emprego para os munícipes, desapropriou uma área de terra do senhor Moises Israel, na zona leste da cidade, repassando à Superintendência de Habitação do Amazonas (SUHAB), para construção do conjunto residencial.

O projeto inicial do Conjunto Cidadão (Figura 54) contemplava 1.000 casas, mas por falta de espaço, foram construídas apenas 600, (as pessoas estão esperando até hoje o restante das casas; ainda existem promessas de que serão construídas). O Conjunto Cidadão faz parte de uma política do Governo do Estado que visa proporcionar à população de baixa renda moradia “digna”, mas o sistema de esgoto foi desconsiderado no ato da construção e toda a área verde existente no local desapareceu.



Figura 54: Tipo de casa do Conjunto Cidadão construída pela (SUHAB)-2008  
Fonte: Bruno Braga, 2011.

A mais recente política de habitação desenvolvida em Itacoatiara é o Programa do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida” (Figura 55, adiante), uma parceria entre o Governo Federal, Caixa Econômica Federal e o poder municipal, gestão do Prefeito Antonio Peixoto (PT). Segundo o Secretário de Infraestrutura, o arquiteto Enéas Gonçalves, “Itacoatiara faz parte dos oito municípios amazonenses que preencheram os requisitos apontados na Lei de nº. 11.977<sup>38</sup> de 7, de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa “Minha Casa Minha Vida”, do Ministério das Cidades”. Enéas Gonçalves, sobre esse projeto, manifesta-se na seguinte fala:

Inicialmente estão sendo construídas quinhentas casas das mil que contempla o Projeto. O Conjunto habitacional denominado de “Parque Poranga” está sendo construído na estrada do aeroporto (Pela Construtora Metro Quadrado que ganhou a licitação), sendo que as casas possuem a seguinte estrutura física: dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço externa. O conjunto vai ser todo urbanizado, com ruas pavimentadas, calçada, meio fio e tratamento de esgoto.

<sup>38</sup> Artigo 1º. O programa “Minha Casa Minha Vida” tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção de novas unidades habitacionais, a requalificação de imóveis urbanos e a produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Este fato é inédito na política habitacional implantada no município. Neste sentido, espera-se a conclusão da obra para ver se realmente o discurso se concretiza na prática. As casas vão ser financiadas pela Caixa Econômica Federal e beneficiará famílias com renda de três salários mínimos e até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).



Figura 55: Tipo de casas do Conjunto Parque Poranga (Minha Casa Minha Vida)  
Fonte: Bruno Braga, 2011

Contudo, apesar da implantação de vários conjuntos habitacionais, a demanda com baixa renda continua morando mal, uma vez que o número de casas construídas é insuficiente para minimizar o *déficit* habitacional, principalmente das famílias que não possuem renda. Até o momento é inexistente, por parte da gestão municipal, um planejamento orçamentário para essa demanda.

Discorre Maricato (2003, p. 158) que a lógica concentradora da gestão pública urbana não admite a incorporação ao orçamento público da imensa massa, moradora ilegal, demandatária de serviços públicos<sup>39</sup>. Nesse sentido, concorda-se com a autora, visto que, na cidade de Itacoatiara, não há dúvidas de que os investimentos públicos estão sendo direcionados para áreas de

<sup>39</sup> Maricato, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados*, 2003, p. 157-158. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48a13.pdf>. Acesso em: 25 maio 2011.

concentração de maior poder aquisitivo, ou seja, para o Centro principal e seu entorno, em detrimento dos bairros periféricos menos favorecidos. A identificação dessa diferença é notória quando olhamos a quantidade de famílias que moram em barracos nos bairros da periferia, sem qualquer infraestrutura urbana.

Portanto, a forma como estão sendo tratadas as políticas habitacionais na cidade, atreladas à intervenção Estadual e Federal, precisa tomar novos rumos, ou seja, os procedimentos adotados pela Prefeitura Municipal necessitam de mudanças com a criação de um plano orçamentário que possa traçar planos direcionados capazes de amenizar a problemática de habitação para as pessoas que moram em situações de risco, já que, segundo dados do IBGE (2010), aproximadamente 14.456 pessoas perfazem a população das áreas de invasão na cidade de Itacoatiara. Além disso, as políticas municipais são importantes no atendimento da demanda mais empobrecida, para mudar a configuração do acesso à casa própria (invasões) e ainda sanar o problema de habitações em áreas alagadas da cidade, a exemplo de alguns perímetros dos Bairros Iraci e Prainha.

#### **4.3.1. A reprodução de habitação no Bairro Iraci**

O Iraci é um dos bairros da cidade de Itacoatiara que concentra uma grande parcela de moradores com padrão econômico mais elevado e, conseqüentemente, com melhores condições de habitação, mas há também uma parte menor do bairro composta por pessoas mais humildes que residem em habitações simples. Essas diferenças processam-se pelas condições de produção do espaço urbano.

O Bairro Iraci<sup>40</sup> como já mencionado foi instituído e, de certa forma, “planejado”, pois no início da sua constituição contou com a intervenção do Poder Público que visando ao interesse social abriu loteamentos (terras do Município) para alocar famílias oriundas da zona rural que procuravam a cidade, fugindo das cheias do Rio Amazonas e da escassez das atividades tradicionais, ou seja, em

---

<sup>40</sup> O Bairro Iraci foi loteado na década de 1950 e é um dos bairros mais antigos. Foi constituído sob o Decreto Lei nº, 6, de 26 de setembro de 1957 com o nome de Getúlio Vargas, na Gestão de Francisco Ferreira Athayde. Mudou da nomenclatura anterior para Iraci, sob a Lei nº. 17, de 22 de junho de 1993, que estabeleceu uma nova subdivisão do Distrito Sede e oficializou a nomenclatura, descrição e delimitação de todos os bairros do Município de Itacoatiara.

busca de sobrevivência. No ato da entrega dos terrenos era expedido o Título de Aforamento (ou Certidão de Posse), em nome das pessoas que adquiriam o imóvel que, posteriormente, solicitavam perante o setor de terras da Prefeitura, a regularização da terra (documento atualmente chamado de Título Definitivo)<sup>41</sup>, Por isso, no Bairro Iraci a maioria de seus habitantes possui terrenos regularizados. Nesse sentido, Davis (2006, p.220) afirma que:

A regularização é necessária para exigir do poder público o controle e a manutenção do local e para dar aos moradores a cidadania plena (outros direitos previstos em lei), além da segurança da posse.

É assim que se encontram os terrenos do Bairro Iraci: legalizados, oportunizando aos moradores de fato, o direito ao uso do solo. Embora no início da ocupação as famílias tenham vindo da zona rural e construído suas casas de madeira, mas atualmente é um dos bairros com melhor localização, (sem problema de inundações). Foi ganhando ruas com traçados padronizados, ou seja, ruas largas e terrenos com grandes áreas. Muitos moradores pioneiros, com situação econômica mais favorável, ampliaram suas habitações e, posteriormente, compraram outros lotes, os quais dividiram com seus filhos casados, construindo moradia para os mesmos nos lotes adquiridos.

Com o advento da industrialização na cidade e, por ser o Bairro Iraci uma expansão do Centro, o bairro foi sendo urbanizado e recebeu muitos serviços públicos como pavimentação de ruas, construção de hospital e outros serviços destacados em capítulo anterior, com isso, os vazios urbanos que pertenciam aos proprietários da Fazenda Iraci, foram sendo loteados e ocupados por pessoas com maior poder aquisitivo que pagavam pela terra. Assim, as habitações foram mudando as suas tipologias, as casas de madeiras foram substituídas na sua maioria por casas de alvenaria, ou mistas, alvenaria e madeira.

Todavia, por ter o Bairro uma área bastante extensa, 191.500 m<sup>2</sup>, em alguns perímetros, ainda vê-se habitações precárias, sujeitas a inundações no período chuvoso, não ao ponto de serem consideradas palafitas, como nos bairros de invasões em áreas de igarapés, mas que podem ser classificadas

---

<sup>41</sup> Informações colhidas perante o Cartório do 2º. Ofício e prestadas por (A. G, 2011).

como habitações que requerem a ação do Poder Público para a melhoria da chamada qualidade de vida de seus moradores.

No Iraci, além das casas comuns que se expandem por todo o Bairro, concentram-se dois conjuntos habitacionais: o Novo Horizonte e o Residencial Iraci, que impulsionaram a valorização da área e as diferenças entre as habitações, mudando a paisagem do Bairro e da cidade. Muitas pessoas que moravam no centro, em outras cidades e até mesmo em outros bairros, como comerciantes, políticos, bancários, funcionários públicos, industriários, advogados, médicos e tantos outros, por possuírem condições econômicas mais elevadas, atualmente são moradores desse Bairro.

A força socioeconômica desses grupos sociais de alguma forma pressiona o Poder Público a direcionar uma maior efetivação de políticas de infraestrutura para esta área da cidade. É o Bairro da reprodução social dos grupos influentes econômico, cultural e politicamente de Itacoatiara. Com isso, nesse Bairro, a problemática de habitação não se acentua tanto quanto nos demais bairros da cidade de invasão, pois conforme dados obtidos em pesquisa de campo: 87% dos moradores são proprietários de suas habitações. Nesse sentido, afirma Carlos (2009, p. 79) que:

O homem vive onde ele pode morar e isso será determinado por sua renda e pelos sacrifícios que pode fazer. Como ele pode morar e em que condições vive depende do acesso aos serviços coletivos produzidos.

Assim a diferenciação do uso do solo urbano está intrinsecamente ligada às imposições econômicas, pois segundo o Diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura, Sr. Ademar Marques, o Bairro Iraci é considerado uma das áreas onde se concentram os imóveis mais valorizados de Itacoatiara, neste caso, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)<sup>42</sup> gerado anualmente equivale a um montante aproximado de R\$ 156.000,00 (cento e cinquenta e seis mil reais), retornando como investimento, por isso, é uma das áreas mais urbanizadas. Este processo implica fundamentalmente na qualidade das habitações.

---

<sup>42</sup> Os valores cobrados do IPTU são diferenciados por setores residenciais, o Bairro Iraci faz parte do Setor 1, juntamente com o Bairro do Centro.

No Bairro Iraci, as casas bem construídas e até mesmo as mais imponentes estão localizadas em terrenos com maior valor de troca (nos conjuntos habitacionais e novos loteamentos), enquanto aqueles, com poder aquisitivo inferior, ficam nos terrenos encharcados, por isso os preços dos mesmos são inferiores, assim como sua infraestrutura urbana. O Bairro Iraci tem uma peculiaridade: muitas das habitações estão escondidas por trás de grandes muros de concreto (Figura 56), contrastando completamente com as habitações mais humildes do mesmo Bairro, onde ainda se vê habitações protegidas por cercas de madeiras, ou até mesmo sem elas (Figura 57). Como diz Carlos (2003)<sup>43</sup> “a habitação é a forma mais imediatamente visível das diferenciações de classe no espaço”.



Figura 56: Tipo de casa encontrada no Bairro Iraci  
Fonte: Graciane Oliveira, 2011

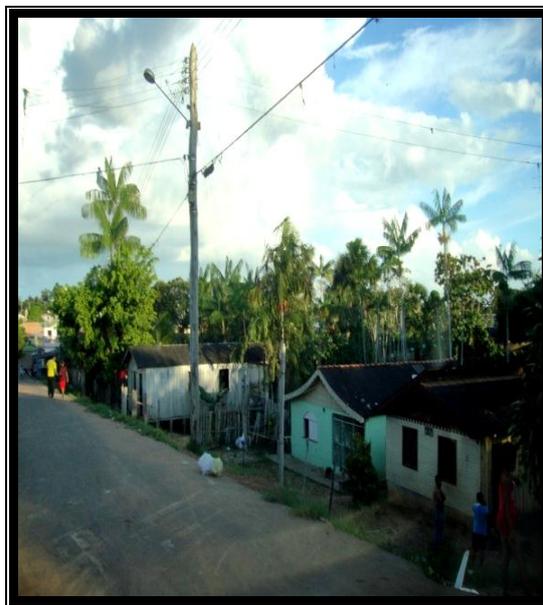


Figura 57: Casa do Iraci, área inundável  
Fonte: Graciane Oliveira, 2011

No Bairro Iraci as reformulações pelo qual passaram as habitações do início da ocupação, bem como as demais que foram sendo construídas, refletem uma paisagem diferenciada e uma nova configuração espacial do Bairro.

Portanto, embora o Bairro citado apresente poucos problemas referentes à habitação, coexistem moradores no mesmo bairro que estão alheios às políticas habitacionais, a espera de realizar o desejo de conseguir a casa própria, um bem

<sup>43</sup> Carlos, Ana Fani Alessandri. *A questão da habitação na metrópole de São Paulo*, 2003. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrt/sn/sn-146/046/.htm>.> Acesso em: 3 jun. 2011.

tão necessário para se viver, somente possível se a Gestão Municipal compreender a importância de garantir a todos os direitos adquiridos por lei, independentemente da camada social a qual pertençam.

#### **4.3.2. A reprodução da habitação no Bairro da Prainha**

O Bairro da Prainha como assinado é um dos muitos bairros de Itacoatiara que surgiu a partir de uma invasão em terras particulares, pertencente à antiga Fazenda Iraci de propriedade da família Simões. Nesse Bairro, as habitações predominantes são palafitas, provindas das autoconstruções, caracterizando-se em verdadeira favela. Para Santos (2008, p 197), favela tem a seguinte definição:

É um *habitat* clandestino, instala-se em terrenos públicos ou abandonados [...]. Quanto à infraestrutura e à qualidade da construção, são praticamente nulas, face o caráter ilegal da instalação e, principalmente, ao nível de renda dos habitantes: raras fontes públicas, eletricidade quase sempre inexistente, falta de esgoto etc. As casas são exíguas, seu tipo de construção (madeira, esteira, barro batido, zinco) varia segundo herança cultural ligada à região de origem do novo cidadão.

Neste contexto, no Bairro da Prainha, os moradores que ali residem possuem, em sua maioria, uma cultura amazônica, grande parte é oriunda da zona rural de Itacoatiara, onde geralmente as casas são palafitas. As habitações foram construídas de madeira, em área degradada e com péssimas condições de moradia, muitos residentes vivem com renda mínima e não conseguem comprar ou alugar uma habitação em locais valorizados pelo mercado imobiliário.



Figura 58: Tipos de habitação em área alagada do Bairro da Prainha  
 Fonte: Dilma Braga, 2011

Nessa área do Bairro da Prainha, retratado na figura acima, o espaço de convivência dos moradores é uma extensa ponte de madeira (alguns moradores a denominam de “Ponte da Amizade”), de onde as demais pontes fazem um elo de acesso às habitações. A construção dessa ponte foi uma reivindicação dos moradores ao atual prefeito Antônio Peixoto (PT). No Bairro da Prainha, observa-se o que escreve Carlos (2008, p. 94):

As contradições sociais emergem, na paisagem, em toda a sua plenitude, pois aqui os contrastes e as desigualdades de renda afloram, já que o acesso a um pedaço de terra, o tamanho, o tipo e material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classe. O acesso a habitação e aos meios de consumo coletivo serão diferenciados segundo a camada social que se localizará e morará de modo diferenciado na cidade.

No Bairro da Prainha, as instalações das habitações tornam-se cada vez mais precárias, sem infraestrutura como instalações sanitárias, coleta de lixo, área de lazer para a população e ruas para tráfego de pessoas e veículos. Além do mais, nesse Bairro, o uso do solo não é legítimo, visto que os terrenos na maioria não são legalizados, ou seja, não possuem escritura. Quanto a essa ilegalidade, Davis (2006 p. 220) afirma que: “a ilegalidade contribui para a deteriorização, pois não dá à Prefeitura o poder de fiscalização quanto ao uso e à

apropriação do solo, no local<sup>44</sup>". No Bairro da Prainha, as autoconstruções em áreas deterioradas têm aumentado cada vez mais nos últimos anos, segundo os moradores.

Contudo, é nessa situação que o Poder Público isenta-se da geração de políticas de infraestrutura, habitação e de geração de emprego e renda, não só para os moradores da Prainha, mas para toda a cidade. No entanto, o reflexo do descaso da gestão municipal, quanto à problemática da habitação no Bairro da Prainha, ocasiona doenças e contribui para a degradação social e ambiental.

Por outro lado, habitar áreas, principalmente de invasão, é estar sujeito à falta de infraestrutura física e social, sem acesso aos meios de consumo coletivo. Para os grupos sociais de baixa renda, o acesso à habitação digna, depende totalmente de políticas públicas sérias, amparadas no comprometimento social dos governantes.

As políticas de habitação requerem uma nova forma de se pensar a moradia popular, pois para as camadas de baixa renda, não basta apenas construir conjuntos habitacionais, com estrutura física ínfima, é imprescindível pensar também no bem-estar de seus moradores, especialmente em Itacoatiara, onde a temperatura média ultrapassa os trinta e cinco graus no verão. Dificilmente aqueles que não possuem renda, vão poder ampliar a sua habitação, no sentido de ter mais conforto.

Assim, reforça-se a idéia de que a classificação da habitação classifica também o seu morador. Contudo, fica com os que têm maior poder aquisitiva a influência nas decisões do Poder Público, tanto que os melhores serviços públicos destinam-se aos bairros, onde se concentra as melhores habitações, um exemplo: o Bairro Iraci é considerado pela Prefeitura de Itacoatiara como área nobre, por abrigar as residências mais valorizadas, principalmente nos conjuntos habitacionais e arrecadar um percentual de imposto significativo ao município por intermédio do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), mencionado anteriormente, na divisão dos recursos é o que recebe mais serviços de urbanização, em detrimento daqueles bairros de invasão, onde a maioria dos moradores é isenta desse tipo de imposto.

---

<sup>44</sup> Não que a legalidade por si só signifique automática eficiência por parte do Poder Público municipal.

O Bairro da Prainha figura nos critérios adotados pela Prefeitura (Departamento de Tributação e Fiscalização), para a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), como Setor 4, nesse setor estão localizados os bairros considerados de invasão<sup>45</sup>. Neste sentido, a situação econômica da maioria dos residentes, com renda aproximada de um salário mínimo, faz com que os mesmos sejam contemplados pela Legislação Tributária Municipal, Lei nº. 080, de 12 de dezembro de 2006, na qual dispõe no seu artigo 78, parágrafo 1º: *“é isento imóvel edificado que tenha destinação residencial da família e sua área construída seja até 50m², desde que o beneficiário não possua outro imóvel no município<sup>46</sup>”*. Essa forma de moradia é denominada de moradia econômica. Além do mais, na mesma Lei, no artigo 73, registra-se a seguinte redação: *“As famílias que moram as margens de Igarapés fica o poder executivo o dever de reduzir a alíquota do imposto de IPTU até 0%, em relação aos imóveis encravados em área não edificando de conservação e preservação ambiental”*.

O Bairro da Prainha, segundo Ademar Marques, diretor do Departamento de Tributação e Fiscalização, arrecada anualmente um valor aproximado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Assim sendo, pelo critério da divisão dos recursos (serviços públicos), a Prainha está subjugada à exclusão social. Pelo visto, a lógica do capital é a que prevalece, pois a forma como o acesso à habitação e outros serviços vem sendo imposta no cotidiano desses grupos sociais do Bairro da Prainha, pelo Poder Público, há décadas, coloca em xeque o direito à cidade.

Neste contexto, pensa-se que o cerne da exclusão dos moradores da Prainha esteja vinculado a essas questões políticas, econômicas e sociais geradas com a divisão social das políticas públicas desenvolvidas no Município. Assim sendo, chega-se à resposta do porquê da efetividade de políticas de infraestrutura urbana não ser direcionada nas mesmas porções para os Bairros de Iraci e Prainha separados por uma única via, pois enquanto o Bairro Iraci é considerado área nobre pelo Poder Público e recebe toda a infraestrutura urbana, levada pelas condições econômicas da maioria de seus moradores, o Prainha continua sendo considerado área de invasão, e pela condição econômica e social

---

<sup>45</sup> Fonte Departamento de Tributação e Fiscalização da Prefeitura de Itacoatiara (junho 2011).

de seus moradores fica marginalizado, sem direito a serviços de infraestrutura urbana.

De um modo geral, viver no Bairro da Prainha, embora com todos os problemas enfrentados pelos seus moradores, representa a possibilidade de ter uma habitação<sup>47</sup>, pois de acordo com C. S.<sup>48</sup>, moradora do bairro:

Pior era morar no rio Arari, no tempo da seca do rio fica difícil e, mais difícil fica quando o rio enche. Na época da seca, não tenho como vender o que eu planto, na cheia, não dá pra plantar, é melhor ficar aqui, por mais que o meu filho de dois anos, quase tenha morrido quando caiu da ponte, aqui é melhor, no interior, a gente fica abandonado, os políticos só aparece na eleição pra pedir voto enganando que vão ajudar a gente.

Essa realidade narrada por Dona C. S, é uma constante entre os demais moradores dessa área. A moradora vive em uma “casa” paupérrima (Figura 59), de dois cômodos, sem quaisquer instalações sanitárias. A mesma relatou o drama vivenciado com a família em um local inseguro; nota-se que as crianças vivem trancadas e somente as maiores saem para ir à escola, mas a preocupação é grande por causa dos inúmeros acidentes que os filhos dela e dos demais moradores sofrem. Ou seja, essa família é mais uma a esperar por ações garantidas pelas leis e negligenciadas pelas autoridades; por falta de políticas públicas e comprometimento com o social.

---

<sup>47</sup> O gráfico de número vinte e cinco mostra que 73% dos moradores do Bairro da Prainha, estão satisfeitos com o local de moradia, mesmo com a situação precária de infraestrutura do Bairro.

<sup>48</sup> C. S. é moradora do Bairro da Prainha há mais de cinco anos, vivia antes na Comunidade do Rio Arari, zona rural de Itacoatiara, mãe de cinco filhos, seu marido vende churrasquinho, para sobreviver. O rio que ela se refere é o Amazonas.



Figura 59: Casa em situação de risco para a família  
Fonte: Dilma Braga, 2011.

Em Itacoatiara, a realidade do Bairro da Prainha, quanto à problemática da habitação, impõe um desafio ao Poder Público Municipal, pois não tem mais como o mesmo ficar esperando uma ação do Governo Estadual, ou do Federal, para poder agir no enfrentamento de tamanho problema. De acordo com o senhor Enéas Gonçalves, Secretário de Infraestrutura, os recursos do município são pequenos em relação às demandas dos problemas enfrentados.

Santos (1998) ao discutir o espaço habitado trata de um aspecto importante, visto que chama a atenção para o uso marginal do solo. É impossível tratar o espaço da mesma forma como era tratado antes da Revolução Industrial. O solo vem sendo exaurido com a especulação do capital imobiliário que empurra o pobre para área de risco e para o preconceito.

Assim, a problemática de ocupação do espaço urbano, para fins de habitação, é um dos principais elementos para a compreensão da segregação socioespacial e, sobretudo, para apontar a qualidade das políticas habitacionais desempenhadas pelo Poder Público. Em Itacoatiara, entende-se ser imprescindível e urgente um planejamento que trace metas e estruturas produtivas capazes de frear o desemprego e possibilitar aos moradores de baixa renda, habitações dignas, para poderem usufruir da qualidade de vida tão almejada por todas as classes sociais, visto que até então, ainda não foi

implementado com eficácia nenhum projeto dessa natureza que contemple a população menos abastada.

Desta feita, concorda-se com Carlos (2009, p. 83), quando afirma que:

As desigualdades não podem ser mais ignoradas, não se pode mais governar forjando uma unanimidade. O acirramento das contradições urbanas, fruto do crescimento rápido, no qual o Estado se coloca a serviço da reprodução ampliada do capital, é um fato incontestável. O espaço urbano se reproduz, reproduzindo a segregação, fruto do privilégio conferido a uma parcela da sociedade.

#### **4.4. O Bairro da Prainha no Plano Diretor Municipal**

O Plano Diretor é um instrumento pleno de ordenamento das funções sociais e, nele deverão constar todas as características intrínsecas (diagnóstico) da realidade do município, para servir de instrumento de ação para a elaboração de políticas públicas. Assim, o planejamento é função do Poder Público municipal que tem a responsabilidade, junto com a população, de elaborar um documento capaz de transformar a realidade da cidade definindo as diferentes áreas, garantido o uso e a ocupação do solo de forma justa.

O Plano Diretor do município de Itacoatiara, para atender determinações impostas pela Constituição Brasileira (1988) e pelo Estatuto das Cidades (2001), foi instituído em 27 de setembro de 2006, sob a Lei nº. 076. Segundo Mário Pennafort Garcia, coordenador do Plano Diretor municipal, para a elaboração da referida Lei, foi criada por intermédio do Decreto nº 0120 de 14 de setembro de 2005, uma comissão formada por quarenta e oito (48) membros, representantes da sociedade civil organizada, por exemplo, do Poder Legislativo, Ministério Público, Universidades, Secretária da Fazenda (SEFAZ), do Ministério do Trabalho, Instituto Brasileiro Estatística (IBGE), Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) e das áreas de Saúde, Educação, Cultura, Associações, Sindicatos, dentre outros.

As reuniões iniciaram em quinze de dezembro de 2005, de forma efetiva as quartas feiras até o término do trabalho em 14 de setembro de 2006, no auditório

do Fórum de Justiça. A divulgação deu-se pelas três emissoras de rádios locais, carro de som e faixas afixadas nas principais ruas da cidade. Mário diz ainda que, para andamento das atividades, foram formados grupos de trabalho como: de Política de Desenvolvimento; Participação e Controle Social; Educação e Saúde; Abastecimento; Turismo e Meio Ambiente; Segurança e Transito; Planejamento territorial urbano; Habitação e política fundiária; Técnico Capacitação e Informação e o Grupo de trabalho popular.

No artigo 5º parágrafo 2º do Decreto 0120/2005 que instituiu a comissão de elaboração do Plano Diretor municipal, fica determinado que cada grupo de trabalho tem a incumbência de apresentar um relatório final com as propostas de cada tema, a comissão para elaboração do Plano Diretor, responsável em fazer as discussões pertinentes, juntamente com os componentes de cada grupo, traçando as diretrizes finais de cada Artigo que compõem o Plano Diretor municipal .

O líder comunitário representante do Bairro da Prainha foi o senhor C. M, presidente da Associação de moradores, que pouco pôde contribuir com reivindicações para a melhoria do Bairro, tendo em vista a forma como ia se desenrolando o processo de produção do Documento ( Plano Diretor). Pois em uma das atas de reunião do dia de 18 de janeiro de 2006, que trata do grupo de trabalho de Políticas de Desenvolvimento, é registrado o seguinte: o representante da Universidade Federal do Amazonas senhor Frank Queiroz Chaves, entregou seis (6) laudas digitadas contendo trinta e três (33) propostas para o Plano Diretor, propostas estas de sua autoria. Essas propostas eram discutidas e incorporadas como diretrizes conforme sua importância.

No documento no qual constam os nomes dos membros da Comissão de elaboração do Plano Diretor municipal, assim como, na lista de componentes dos grupos de trabalhos distribuídos por temas acima citados, inexistente a menção dos membros das associações de moradores, inclusive do Bairro da Prainha. Assim fica evidente, que a produção do Plano Diretor de Itacoatiara, obedeceu até certo ponto os trâmites “legais”, com audiências públicas, reuniões efetivas, mas na realidade as propostas que definiram as diretrizes e os objetivos da Lei, pelo visto, não emanaram da população em geral, ou mesmo dos representantes dos moradores de Bairros, mas apenas dos componentes dos grupos de trabalhos,

em consenso com a Comissão Municipal de elaboração do Plano Diretor. Cabe aqui destacar trechos dos seus artigos 3º. e 4º, da Lei por demonstrarem a preocupação com a questão urbana e com o meio ambiente:

Art. 3º A presente Lei tem por finalidade precípua orientar a Administração Pública e a iniciativa privada, segundo imperativo da democracia e da justiça social, de forma a assegurar aos municípios.

I - O pleno desenvolvimento ordenado da cidade, nos seus aspectos físicos, políticos, sociais, econômicos, ambientais e administrativos;

III - Redução das desigualdades existentes, com justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização;

Art. 4º. A política urbana tem como objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes:

I - Garantir a cidade sustentável, como direito a terra urbanizada, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana e aos serviços públicos;

IV - Ordenação do controle do uso do solo urbano;

VI - Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

Embora no capítulo 3º fique expresso o pleno desenvolvimento ordenado da cidade, nos aspectos físicos, econômicos, ambientais e administrativos, a redução das desigualdades existentes com justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização, assim como, no capítulo 4º que propõe a garantia de uma cidade sustentável, com direito a terra urbanizada, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, serviços públicos, ordenamento e controle do solo urbano, proteção, preservação e recuperação do meio ambiente. Nota-se a Inexistência para a Prainha, bem como para outros bairros pobres da cidade, uma atuação do Poder Público no sentido de um “desenvolvimento ordenado”, do mesmo modo, não se tem verificado “Redução das desigualdades existentes, com justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização”, nem garantido a cidade sustentável com direito a terra urbanizada, pois, à medida que o Bairro Iraci melhora de condições na sua infraestrutura urbana o da Prainha está cada vez mais precarizado.

Além disso, o Plano Diretor, no artigo 12, dispõe sobre o macrozoneamento do município de Itacoatiara; são porções do território delimitadas para as quais se pensa um determinado ordenamento territorial, tendo como referências as características dos ambientes natural e construído. Assim sendo, é importante

salientar também, o artigo 14, no qual o território do Município é dividido em quatro Áreas Homogêneas, os critérios utilizados, de acordo com Mário Garcia<sup>49</sup> foi uma questão de lógica, uma vez que as áreas da cidade obedecem a um padrão. Ficando assim definidas: I . Área Homogênea de Preservação Ambiental; II . Área Homogênea de Desenvolvimento Econômico; III . Área Homogênea de Urbanização Precária; IV . Área Homogênea de Urbanização Consolidada.

Neste contexto, o Bairro da Prainha está zoneado na área Homogênea de Situação Precária. O objetivo para essa área é o de regular o uso e ocupação do solo nos bairros com baixa densidade construtiva onde a oferta de infraestrutura viária, de saneamento básico e de equipamentos comunitários é precária em relação à Área Homogênea de Urbanização Consolidada; ficando o Poder Público responsável por: regularizar e urbanizar os assentamentos precários; qualificar os assentamentos existentes, minimizando o impacto decorrente da ocupação irregular do território; implantar equipamentos públicos de educação, saúde, cultura e lazer; implantar áreas verdes; melhorar as condições de mobilidade urbana.

Neste sentido, o Bairro da Prainha, deveria receber toda a atenção do Poder Público no que tange as políticas de regularização do solo e a infraestrutura urbana, por meio de equipamentos nas áreas de educação, saúde, cultura, lazer, enfim, todo tipo de infraestrutura física e social. Mas, o documento (Plano Diretor) que tem como objetivo a construção de um cenário de desenvolvimento urbano para a cidade de Itacoatiara, e logo para o Bairro da Prainha, se constata ineficiente, pois é letra morta.

As contradições entre lei e realidade são identificadas quando se visita o Bairro da Prainha, onde as políticas públicas gerais, inclusive de regularização do uso do solo, não correspondem ao que é citado nas diretrizes e finalidades da Lei, pois inexistente um “planejamento ordenador” do Bairro que garanta aos moradores segurança e direitos de cidadania.

Portanto, o Plano Diretor de Itacoatiara, foi elaborado mais para responder as exigências do Estatuto da Cidade, Lei n. 10.257/2001, sem, contudo aplicá-lo *in loco*, pois assegura o Arquiteto Enéas Gonçalves, que o referido Documento,

---

<sup>49</sup> Mário Garcia é Bacharel em Direito e Procurador do Município, foi o coordenador do Plano Diretor municipal.

precisa ser reformulado (até o momento continua prevalecendo o mesmo documento, existindo apenas o desejo de uma nova reformulação) para poder dar conta de um planejamento urbanístico que cumpra a verdadeira função social de moradia, terra, infraestrutura urbana, transporte e tantos outros serviços públicos, ou seja, que possa legitimar as igualdades de condições para todos os munícipes, mas principalmente para os moradores do Bairro da Prainha, onde a ausência de políticas públicas de todo tipo acaba se somando às mínimas condições de subsistência dos moradores.

No presente capítulo, apontamos a problemática da habitação no contexto nacional, estadual, em Itacoatiara e nos Bairros Iraci e Prainha, pois pensamos que está na hora de o Poder Público local, “olhar” mais para a população de baixa renda, somando esforços, para acabar com as desigualdades de moradia na cidade e, principalmente, no Bairro da Prainha, onde as pessoas estão totalmente segregadas ao abandono, inclusive, vivendo em constante risco de morte, bem como no Bairro Iraci, onde uma minoria espera por políticas habitacionais, motivo de discursos políticos, segundo Dona Conceição, em épocas de campanhas eleitorais e, tentar resolver de uma vez por todas essa situação que se arrasta durante muito tempo.

O Bairro da Prainha precisa de um prefeito que possa em respeito à população tomar medidas para inserir no orçamento municipal um plano orçamentário para a implementação de políticas de infraestrutura urbana e outros serviços públicos básicos para esse Bairro e, assim possa garantir aos residentes acesso à moradia digna, uma vez que é uma necessidade básica extremamente fundamental na vida dos seres humanos.

Contudo, este trabalho não esgota as informações sobre a problemática habitacional na cidade de Itacoatiara, e, nos Bairros de Iraci e Prainha, iniciada com a economia industrial das madeireiras e Projeto Hermasa / Porto Graneleiro, os principais fatores de atração da migração para a cidade. Mas, sem nenhuma pretensão, inicia uma discussão desse tema, para aqueles pesquisadores que vierem a se interessar por esta temática, nos âmbitos nacional, regional e local.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs-se a analisar o processo de urbanização da cidade de Itacoatiara, sobretudo, para compreender o porquê das políticas públicas de infraestrutura urbana não serem direcionadas nas mesmas proporções para os Bairros Iraci e Prainha, visto que eles se localizam em uma mesma zona da cidade, são contemporâneos e estão separados apenas por uma única via. Portanto, para essa compreensão foi necessário adentrar-se nos processos de transformações socioeconômicas e políticas que vêm ocorrendo ao longo do tempo na cidade de Itacoatiara os quais culminaram na situação acima referida.

. Pode-se afirmar a partir desta investigação que, os Bairros Iraci e Prainha são produtos do processo de imigração, ocasionado pelo fenômeno natural das enchentes do Rio Amazonas, da escassez dos produtos da floresta, associada à decadência das atividades tradicionais dos ribeirinhos e da dinâmica econômica das madeiras (1970-80), Porto graneleiro (década de 1990) implantada em Itacoatiara, sendo que as atividades econômicas industriais atraíram a população ribeirinha, assim como imigrantes de todas as regiões do País, que chegavam à cidade em busca de emprego.

O Bairro Iraci foi instituído nos idos anos de 1957, na forma de loteamento regularizado; enquanto o da Prainha surgiu alguns anos depois, no final da década de 1960-70, na forma de uma invasão.

Itacoatiara até 1960-1970 apresentava uma forte característica de “cidade da floresta”, por sua relação socioespacial e econômica produzida pelas populações tradicionais, balizada pelo comércio dos produtos da floresta na sua maioria de forma artesanal, ou seja, era uma verdadeira “cidade da floresta” como diz (Saint-Clair 2010). As atividades industriais fomentaram em Itacoatiara a divisão social do trabalho, acirrando a distribuição desigual da renda, como também o parcelamento e uso do solo urbano, afetando o acesso à habitação.

Assim sendo, os trabalhadores com rendas mais elevadas passaram a ocupar as áreas de transição e expansão da cidade, onde foram construídas as habitações de melhor nível de qualidade; os de baixa renda, principalmente os da zona rural que não conseguiam ter acesso a terra nas áreas com maior dotação

de infraestruturas, foram impulsionados a migrarem para as áreas mais distantes por possuírem menor poder de compra, passando a habitar loteamentos clandestinos, geralmente, próximos de igarapés na periferia. Tais eventos expõem a segregação social no espaço.

As mudanças estruturais da cidade, e, conseqüentemente dos Bairros Iraci e Prainha, foram ocorrendo conforme o intenso fluxo migratório que atingiu estes espaços década a década. O Bairro Iraci foi habitado por imigrantes com maior poder aquisitivo, recebeu sucessivas intervenções urbanísticas com todo o aparato de serviços públicos dos prefeitos em mandato, fazendo com que o Bairro fosse mudando suas características rurais, principalmente quando construídos os conjuntos habitacionais, quais sejam: o Residencial Iraci e Novo Horizonte, além dos loteamentos que se formaram nessa área com grandes construções, o que o tornou uma das áreas mais procuradas da cidade por pessoas de classe média, devido à concentração de inúmeros serviços oferecidos, tornando-se um dos Bairros da reprodução dos agentes dominantes e produtores do espaço urbano, embora alguns setores sejam ocupados por residências simples, mas na sua maioria bem acabadas.

O Bairro da Prainha foi habitado por pessoas de baixa renda, desde o início de sua construção. Os sucessivos loteamentos irregulares no Bairro repercutiram numa paisagem urbana, marcada pelas autoconstruções e por carências de infraestruturas urbanas que acabaram agravando os problemas socioambientais, pois a inexistência de intervenções, no que tange às políticas públicas dos prefeitos de todos os partidos ao longo da história do Bairro, independentemente de ser oposição ou situação, produziu-se um espaço diferenciado, segregado, de pobreza.

Contudo, fundamentando-se na pesquisa de campo, nas observações *in loco*, nas conversas informais, entrevistas e nas literaturas consultadas, não se pode deixar de perceber que na correlação das forças econômicas, políticas e sociais, engendradas pelas políticas públicas de infraestrutura urbana duas realidades foram constituídas: uma para o Bairro Iraci, onde a população residente vive usufruindo os mais diversos bens e serviços, produzidos socialmente, pois pelo visto, as autoridades competentes, ao longo da história do Bairro, não deixaram de investir em serviços e nos aspectos urbanísticos,

tornando uma das áreas mais urbanizadas e com habitações mais valorizadas da cidade. Embora uma pequena parcela dos moradores ainda espere por políticas habitacionais para consolidar o sonho da casa própria.

Enquanto a outra, para o Bairro da Prainha, onde mora uma população na sua maioria pobre, excluída do direito à cidade. Uma população que está à margem das políticas públicas de infraestrutura urbana, de habitação, emprego e renda e de todos os serviços públicos que possibilita uma melhor qualidade de vida, isto porque a mobilização dos recursos públicos destinou-se ao atendimento dos grupos sociais mais abastados da cidade, ou seja, com maior força de cobrança do direito à cidadania.

Assim, pode-se concluir que as profundas desigualdades de políticas de infraestrutura urbana entre os Bairros Iraci e Prainha, estão presentes desde a produção de seus espaços, pois a forma como cada um se apresenta atualmente trás as marcas do poder do capital, no qual o espaço urbano é selecionado para quem pode pagar por um pedaço do solo, pois apesar dos primeiros moradores do Bairro Iraci terem vindos da zona rural, o seu poder econômico era diferente dos ribeirinhos que habitaram o Bairro da Prainha.

Isso fica evidente quando comparamos as tipologias das construções, visto que no Bairro Iraci uma grande parcela dos moradores tem um poder maior de atuação junto ao Poder Público, além de melhores remunerações<sup>50</sup>. Essa diferença se impôs mais ainda, no decorrer do tempo com a chegada de novos moradores para o Bairro Iraci de poder aquisitivo mais elevado. Já a Prainha continua recebendo uma população rural, historicamente considerada paupérrima quando comparada com a população urbana, por isso, na nossa concepção, a falta de comprometimento com as políticas públicas, ou mesmo, de apadrinhamento dos políticos que usufruíram e usufruem dos votos de confiança dos moradores, no sentido de traçar um planejamento urbanístico e implantar os meios de consumo coletivos para o Bairro da Prainha, têm de fato, contribuído para aumentar a violência, os impactos ambientais, com a transformação dos mananciais de água doce em verdadeiros depósitos de dejetos.

---

<sup>50</sup> Como visto no gráfico nove, no Bairro Iraci tem famílias com renda entre dez a quinze salários mínimos. Enquanto na Prainha 70% vivem de renda mínima.

Portanto, pensa-se a partir desse estudo que se forem efetivadas as políticas de infraestrutura urbana para o Bairro da Prainha, nas mesmas proporções que são direcionadas ao Bairro Iraci, separados unicamente por uma via, indubitavelmente, possibilitará aos moradores da Prainha, o acesso aos serviços produzidos socialmente, porque o ribeirinho busca na área urbana o que lhe é negado no seu local de origem ( zona rural), ou seja, o direito a emprego, moradia digna, à educação, saúde, saneamento básico, em suma, ao usufruto da cidade, que garantam a esta parcela da sociedade o direito universal à cidadania.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Glória da Anunciação. *Cidade como te ver?* 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ASSAD, Tamera Maciel: *A problemática das “invasões” na cidade de Manaus: perspectivas de legalização fundiária à luz do Estatuto da Cidade.* 2005. Disponível em: < [conpedi.Org/manaus/arquivo/novos\\_desafios\\_tamera\\_maciel\\_assassa.pdf](http://conpedi.Org/manaus/arquivo/novos_desafios_tamera_maciel_assassa.pdf).> Acesso em: 3 out. 2008.

BECKER, Bertha K.. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecnológico. In. CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território.* 5ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

BIARD, François Auguste. *Dois anos no Brasil.* São Paulo: Editora Nacional, 1945.

BITTENCOURT, Antônio Clemente Ribeiro. *Álbum do Amazonas 1910.* Manaus: Courrier & Billiter, 1910.

BLAY, Eva Alterman. *A luta pelo espaço: textos de Sociologia Urbana.* Petrópolis: Vozes, 1979.

BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. *Desenvolvimento Industrial: perfil dos projetos aprovados na Amazônia Ocidental.* Manaus: SAP/DEOS, 1983.

BRASIL, *Constituição (1988).* Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARDOSO, Waldemar. *Plano de fomento agropecuário.* Manaus: [s.ed.], 1956.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A questão da habitação na metrópole de São Paulo,* 2003. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrt/sn/sn-146/046/.htm>.> Acesso em: 3 jun. 2011.

\_\_\_\_. Urbanização da sociedade: um desafio à reflexão. *Revista Cidades.* Presidente Prudente: Grupo de Estudo, v.5., n. 8, 2004.

\_\_\_\_. *A (Re) produção do espaço urbano.* São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_. *A cidade.* São Paulo: Contexto, 2009.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CIDADE, Lúcia Cony F. A questão ambiental urbana: perspectivas de análise. In: Encontro da ANPUR, V, 1995, Brasília. *Anais*. Brasília: ANPUR, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.4, n.3, p. 39-68, jul./set., 1987.

\_\_\_\_\_. O espaço metropolitano e sua dinâmica. *Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ*, 17. Rio de Janeiro, p. 24-29, 1994.

\_\_\_\_\_. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2002.

CUSTÓDIO, Vanderli. A retomada do planejamento federal e as políticas públicas no ordenamento do território municipal: a temática das águas e do saneamento. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, n.16, 2005.

DAVIS, Mike. Planeta favela. (Trad). Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Mario Benjamin. *Urbanização e ambiente urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA*. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Informativo do Centro de Estatística e Informações (CEI)* Belo Horizonte: FJP, 2002.

HALL, Anthony L. *Amazônia: desenvolvimento para quem?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

IPAAM. Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas. *Lixo: nossos resíduos sólidos de todos os dias*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico de Itacoatiara*. Amazonas. IBGE, 1960-91, 2009.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico de 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios*. N. 4, Amazonas. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico de Itacoatiara*. Amazonas: IBGE, 2010.

ITACOATIARA. Lei n. 17, de 22 de julho de 1993. *Estabelece a subdivisão do distrito da Sede do Município de Itacoatiara, e dá outras providências*. Itacoatiara: Câmara Municipal, jun., 1993. Legislação Municipal.

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor Participativo do Município de Itacoatiara (2006)*. Lei Municipal nº 076 de 27 de setembro de 2006, Itacoatiara, AM: Câmara Municipal, 2006.

JOBIM, Anísio. *Itacoatiara: estudo social, político, geográfico e descritivo*. Manaus. ACA, 1948.

JORNAL A CRITICA. Manaus, 28 de julho 2011. Caderno de Economia, p. A15. Censo Empresarial de Itacoatiara.

\_\_\_\_. *Oposição culpa governo pelo êxodo rural no Amazonas*. Manaus, 27 de abril 2011. Caderno Política, p. A3.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.

\_\_\_\_. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. .

LOUREIRO, Antonio José Souto. *O Amazonas na época Imperial*. Ed. Comemorativa ao 45.º aniversário de T. Loureiro Ltda. Manaus [s.ed.], 1989.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Empório do Livro, 2009.

LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MARICATO, Maria Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. *Estudos Avançados*, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48a13.pdf>> Acesso em: 25 maio, 2011.

MARTINS, Sérgio. Espaço e Política. (Trad.) In: LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MELLO, Neli A. *A urbanização pública do Distrito Federal e o comprometimento Ambiental: o caso da Sub-Bacia do Ribeirão Riacho Fundo*. Brasília: UnB, 1997.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Déficit habitacional no Brasil: Municípios selecionados e microrregiões geográficas*. Belo Horizonte: FJP, nov. 2004.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e Ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazonas: um estado ribeirinho*. Manaus: Edua, 1999.

NORONHA, Marconde Carvalho de. *Geoespaço*. Manaus: Cecil Concorde, 1998.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII ao XX)*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v.4, n.1, p. 65-115. jul., 1988.

OLIVEIRA, Antônio Perreira de. *Zona Franca de Manaus: análise dos discursos intelectuais nas categorias Estado e desenvolvimento regional*. 2001, Dissertação (Mestrado em Natureza e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2001.

OLIVEIRA, José A.; Danielle P. COSTA. Análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. Colóquio Internacional de Geocrítica, IX, 2007, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir de. As cidades amazônicas: ilusão da busca. *Boletim Amazonense de Geografia*. Manaus: AGB, n. 2, 1995.

\_\_\_\_\_. Repensando o estudo das pequenas cidades amazônicas. *Revista da Universidade do Amazonas*. Série Ciências Humanas, v.4, n.1-2, p.155-172, jan./dez. de 1995.

\_\_\_\_\_. *Manaus (1920-1967): permanências e transformações*. Manaus: UFAM, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cidade na selva*. Manaus: Valer, 2000.

\_\_\_\_\_. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer, 2003.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. *Urbanização no Médio Amazonas: A importância de Itacoatiara como cidade intermediária*. Dissertação (Mestrado em Natureza e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2005

PERES, Izaac José. *Relatório apresentado à Intendência Municipal de Itacoatiara*. Manaus: Typ. Cá e Lá, 1929.

PÓVOAS, Joaquim de Melo e. *Cartas do Primeiro Governador da Capitania de São José do Rio Negro (1758-1761)*. Manaus: Cedeam-Edua, 1983.

RIBEIRO FILHO, V. *A configuração sua dinâmica da área central de Manaus e recente*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, CCMN, 2004.

REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus: Itatiaia, 1989.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradias nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 1998..

SANTOS, Aurélio Vieira dos. *Álbum de Itacoatiara*. Itacoatiara [S.l.: s.n.], 1975.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_. *Espaço e Método*. São Paulo: Livraria Nobel, 1985.

\_\_\_\_. *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_. *A Urbanização Brasileira*. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999

\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

SEBRAE. *Censo Empresarial de Itacoatiara*. Manaus, 2011.

SILVA, Francisco Gomes. *Itacoatiara: roteiro de uma cidade*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1965.

\_\_\_\_. *Corografia de Itacoatiara*. Manaus: Papyrus, 1997

SPÍNDOLA, Henriqueta Barbosa. *Itacoatiara: seus bairros, sua história, sua vida*. Itacoatiara: Silvane, 2001.

SOUZA, Jorge Alex de Almeida. Difusão do urbano na Amazônia ribeirinha: o incremento do turismo no município de São Domingos do Capim. In. TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair; TAVARES, Maria Goretti da Costa. (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.

SUFRAMA. Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. *Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU*.

*Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado do Município de Itacoatiara.* Manaus: CODEAMA, 1970.

TRINDADE JR. Saint Clair.; SILVA, M. A. P.; MALHEIRO, B. C. P. *Belém, a cidade e o rio: uma apresentação do tema.* In: TRINDADE JR, Saint Clair.; SILVA, M. A. P. (Org.) *Belém, a cidade e o rio na Amazônia.* Belém: EDUFP, 2005.

TRINDADE JR., Saint Clair; TAVARES, Maria Goretti. (Org.) *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.* Belém: EDUFPA, 2008.

TRINDADE JR, Saint Clair. *Cidades na Floresta: “os grandes objetos” como expressão do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico.* São Paulo: Revista IEB nº. 50, 2010. P. 13-138.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) et. al. Estudos recentes sobre habitação no Brasil: Resenha da Leitura. In: *Repensando a habitação no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.* São Paulo: Global, 1986.

WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1997

## ANEXO A

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DO GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA  
CONVÊNIO UEA/USP- MINTER

**FORMULÁRIO PARA COLETA DE DADOS DO TRABALHO INTITULADO  
A (RE) PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: OS BAIRROS IRACI E PRAINHA-  
ITACOATIARA-AM**

N. \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

**Identificação do Informante**

Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Estado civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) outros

**1. Quanto tempo você mora no Bairro?**

1 mês a um ano ( ) 2 anos 5 anos ( ) 6 anos a 9 anos ( ) 10 anos a 13 anos ( )  
14 anos a 17 anos ( ) 18 anos a 21 anos ( ) 22 anos a 25 anos ( ) 26 anos a 29 anos ( )  
)  
Mais de 30 anos ( )

**2. Em qual local residia antes?**

Sempre residiu no Bairro ( ) em outro Bairro ( ) Zona Rural ( ) outras cidades ( )  
Outros Estados ( )

**3. Quantas pessoas moram na residência?**

1 a 4 ( ) 5 a 8 ( ) 9 a 12 ( ) 13 a 17 ( )

**4. Nível ocupacional do entrevistado**

Servidor público ( ) Servidor privado ( ) Autônomo ( ) Estudante ( )  
Aposentado/pensionista ( ) Desempregado ( ) Aux. serviços Gerais ( ) Outros ( )

**5. Rendimento Mensal**

1 a 3 salários ( ) 3 a 6 salários ( ) 6 a 10 salários ( ) 10 a 15 salários ( )

**6. Nível de Instrução**

Analfabeto ( ) Sabe ler e escrever ( ) Ensino Fundamental incompleto ( )  
Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( )  
Curso Técnico incompleto ( ) Curso Técnico Completo ( ) Ensino Superior incompleto ( )  
) Ensino Superior completo ( ) Pós- Graduação ( )

**7. Tipo de posse da casa**

Própria ( ) Alugada ( )

**8. Caracterização do Imóvel**

Alvenaria ( ) Madeira ( ) Mista madeira/ Alvenaria ( )  
Telhado de telha Amianto ( ) Telha de Alumínio ( ) Telha de Barro ( )  
Piso de Cerâmica ( ) piso queimado ( ) Piso de madeira ( )

**Local sanitário**

Dentro ( ) Fora ( )

**Possui Fossa Séptica?**

Sim ( ) Não ( )

**9. Considerando questões de conforto, vizinhança e lazer, após a mudança de sua residência anterior para a atual sua vida:**

Melhorou ( ) Piorou ( ) Não mudou nada ( ) Não sabe responder ( )

**10. O que lhe chama atenção durante o dia e durante a noite no seu Bairro?**

Insegurança ( ) Tranqüilidade ( ) Pouca Opção de Lazer ( ) Violência ( ) Drogas

**11. Como você considera sua vida no Bairro?**

Ótima ( ) Boa ( ) Regular ( ) Péssima ( )

**12. Saneamento Básico**

Água encanada ( ) Não encanada ( )

Coleta de Lixo diária ( ) Não existe ( )

**13. Para você qual da opção abaixo é o maior problema para o seu Bairro?**

Falta de: água ( ) Iluminação Pública ( ) de Urbanização ( ) excesso de Lixo ( )

Outras opções ( ) insegurança ( ) Falta de lazer ( ) Drogas ( ) Não tem Problema ( )

**14. Como era o Bairro na época que você se mudou?**

Árvores: Muitas ( ) Razoável ( ) Poucas ( )

Animais silvestres: havia muitos ( ) Não Havia ( ) Não sabe ( )

Animais Aquáticos: Existiam ( ) Pequenas quantidades ( ) Não existiam ( ) Não

sabe Responder ( ) Igarapés/ Lagos: Água boa para uso ( ) água suja ( )

não sabe responder ( )

**15. Atualmente como está o seu Bairro?**

Árvore: Muitas ( ) Poucas ( ) Razoável ( )

Animais Silvestres: Não existe ( ) Existem ( ) Não responderam ( )